

O PCR e a Revolução Brasileira

Teses do Comitê Central aprovadas no III Congresso do Partido Comunista Revolucionário, realizado em agosto de 2003.

“O povo brasileiro, estes milhões de explorados, nunca esteve satisfeito com sua miséria. Resta-lhe apenas entender claramente quem são os responsáveis por essa miséria. É aí onde reside o imenso papel da vanguarda revolucionária. Essa vanguarda é o destacamento organizado, consciente, da classe operária. Sua missão histórica consiste em ligar-se às massas oprimidas e dirigi-las para a conquista do poder. Sem a ação da vanguarda, sem a direção de um Partido Comunista Revolucionário, a revolta do povo será sempre cega e inconseqüente.”

(**Manoel Lisboa**, fundador do PCR assassinado pela ditadura militar fascista em 4 de setembro de 1973, após ser barbaramente torturado nas dependências do DOI-Codi)

Brasil. Novembro de 2003

Edições do Centro Cultural Manoel Lisboa

Revolução socialista ou barbárie

O século XXI começou com o aprofundamento das contradições entre os principais países imperialistas, e sob uma feroz e intensa luta dos monopólios capitalistas pela conquista de novos mercados e pelo controle das fontes de matérias-primas, como bem demonstram a ocupação do Afeganistão e a guerra contra o Iraque, ambas visando ao controle do petróleo e ao domínio dessas regiões por parte dos Estados Unidos. Por isso, enquanto milhares de civis afegãos, iraquianos, colombianos e palestinos são assassinados, as ações das poderosas indústrias bélicas norte-americanas Raytheon, Lockheed Martin e Boeing, fabricantes de aviões de caça, satélites e mísseis, batem recordes na Bolsa de Nova York.

São apenas algumas centenas de monopólios, cartéis e bancos dos países imperialistas que dominam as economias de quase todos os países e agem sem freio para obter lucro à custa de uma impiedosa exploração dos trabalhadores e da espoliação das nações.

E segundo relatório preparado pela FAO (sigla em inglês da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e divulgado em março de 2002, em 2020 o mundo terá um bilhão de crianças desnutridas. Hoje, segundo Jean Ziegler, representante das Nações Unidas para o Direito à Alimentação, uma criança morre de fome a cada sete segundos e a cada dia 100.000 pessoas morrem de fome ou de suas conseqüências. Muito embora sejam produzidos mais alimentos que o necessário para atender às necessidades da população mundial. Pior: não menos de onze milhões de crianças menores de cinco anos morrem anualmente por causas evitáveis.

Mais: os países capitalistas mais poderosos, que têm apenas 20% da população do planeta, consomem 80% de todos os recursos e, em sua busca de maiores lucros, envenenam a atmosfera, contaminam os oceanos, dilapidam as reservas de água potável, destroem a camada de ozônio, causam a extinção de centenas de espécies animais, desertificação e crescente contaminação de rios, mares e do ar que respiramos, ameaçando a própria vida humana. De fato, EUA, Alemanha, França, Inglaterra, Japão e Rússia são os principais responsáveis pela emissão de gás carbônico e, conseqüentemente, pelo enorme aquecimento que vive o planeta, e os cada vez maiores incêndios e destruição de florestas. Pior, para aumentarem seus ganhos, os capitalistas donos de rebanhos têm alimentado seus animais com restos de animais doentes e não com ração, com o objetivo de engordá-los mais rapidamente. Resultado: tornou-se freqüente a descoberta de rebanhos doentes e a morte de centenas de pessoas que se alimentaram deles. Tal foi o caso da vaca louca, quando dezenas de pessoas morreram e 200 mil vacas foram sacrificadas na Inglaterra, por terem sido contaminadas ao se alimentarem com restos de animais doentes.

Já a pobreza cresce sem parar. São 4,4 bilhões de humanos, cerca de 60% da população mundial, que não têm acesso a condições básicas de saneamento; 25% não têm moradia, 20% não têm acesso a serviços médicos e 3 bilhões vivem subalimentadas. Apenas na América Latina, segundo Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), o ano 2003 terminará com 225 milhões de pobres e 100 milhões de indigentes. Por outro lado, apenas 225 pessoas reúnem uma fortuna superior a mais de US\$ 1 trilhão, soma igual à renda anual dos 47% mais pobres da população, isto é, 2,5 bilhões de pessoas.

Também como conseqüência do esgotamento do modo de produção, mais de 26 milhões de trabalhadores foram demitidos em 2002, somando-se ao 1,5 bilhão de pessoas sem emprego em todo o mundo. E, se não bastasse, 30 milhões de imigrantes ilegais trabalham sob condições de escravidão na Europa, de acordo como a Coalizão Espanhola contra o Racismo, a Xenofobia e a Discriminação (Cecra).

No Brasil, a situação não é diferente: a cada seis pessoas uma está desempregada e mais da metade dos trabalhadores não têm carteira assinada. O salário mínimo brasileiro é um dos menores do mundo e a cada oito dias surge em São Paulo, a cidade mais rica do Brasil, uma nova favela. Mas, em

meio a toda essa pobreza, o país continua pagando US\$ 20 bilhões por ano de uma dívida externa que não pára de crescer.

Como vemos, em cinco séculos o sistema capitalista concentrou a riqueza nas mãos de uma reduzida classe, a burguesia, enquanto os bilhões de trabalhadores, os que verdadeiramente produzem todas as riquezas, foram jogados na miséria. Confirmam-se, assim, as palavras de Marx em *O Capital*: “A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, de tormento de trabalho, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. (Karl Marx, *O Capital*, volume II).

De fato, em meio a grandes avanços técnicos, o modo de produção capitalista deixou, primeiro, milhares, depois milhões, e, hoje, bilhões de homens e mulheres desempregados. Quase um bilhão de pessoas são vítimas crônicas da fome, e seis doenças infecciosas (malária, tuberculose, pneumonia, sarampo, diarreia e Aids) matam anualmente 13 milhões, mortes que poderiam ser evitadas se os remédios existentes pudessem ser adquiridos pela população pobre.

Por sua vez, os países que abandonaram o socialismo e retornaram ao capitalismo (pomposamente chamado pelos economistas burgueses de *economia de mercado*) têm suas populações entregues à degradação moral, econômica e social. Hoje, na Rússia, por exemplo, onde todo trabalhador tinha emprego e garantia de escola, saúde e cultura, 40% da população está desempregada e a prostituição, antes inexistente, é uma das maiores do mundo.

O aprofundamento das contradições do capitalismo

Não satisfeitos, porém, com toda essa espoliação e saque que realizam, os países imperialistas procuram saída para suas crises por meio de guerras que visam a se apoderar das matérias-primas e dos mercados de outros países, e a impedir que os povos que lutam conquistem sua liberdade.

De fato, há décadas a economia capitalista mundial atravessa uma profunda crise econômica, resultado da concentração das riquezas nas mãos de uma minoria, enquanto a grande maioria da população vive com baixos salários, desempregada e na miséria. Em consequência, acirra-se a disputa entre os países imperialistas pelo controle do reduzido mercado mundial e para ver quem vai tomar posse das fontes de matérias-primas e das riquezas de outros povos. Prova disso são as freqüentes disputas comerciais entre União Européia, Estados Unidos, China e Japão.

Por outro lado, em virtude do completo domínio do capital financeiro, a economia mundial é hoje um grande cassino: para cada dólar que se investe no comércio mundial, mais de cem são empregados em operações especulativas que nada têm a ver com a produção.

Porém se a crise atinge a todos os países capitalistas, ela é hoje muito mais aguda no principal país capitalista do mundo, os Estados Unidos. Sem dúvida, em 2003 o déficit na balança comercial dos EUA atingiu mais de 500 bilhões de dólares; 12% da população está desempregada e cerca de 40 milhões de norte-americanos vivem abaixo da linha de pobreza. Mais: a dívida externa dos EUA é a maior do mundo, somando US\$ 2,7 trilhões, e, como o país desde 1970 compra mais mercadorias do que vende, não tem como pagá-la.

Se não bastasse, as grandes companhias capitalistas norte-americanas tiveram prejuízos de US\$ 2,4 trilhões apenas no primeiro semestre de 2002. Tal situação levou, inclusive, várias grandes empresas, como Enron, WorldCom, a farmacêutica Merck, a Xerox e até a Raytheon a fraudar seus balanços para esconder a enorme queda em seus lucros.

Portanto, mesmo mantendo o controle do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, é fato que os EUA há muito perdem força na economia mundial e precisam desesperadamente aprofundar a espoliação de outras nações para manter seu posto de país mais rico do planeta.

Desse modo, não conseguindo mais garantir seus interesses por meio das negociações comerciais, o imperialismo norte-americano e seu sócio menor, o imperialismo inglês, tratam de desencadear guerras para conquistar mercados e matérias-primas estratégicas. Trata-se de um

fenômeno muito bem analisado pelo genial V.I. Lênin em sua grande obra *O imperialismo, fase final do capitalismo*: “No capitalismo, só a força faz prevalecer o interesse de um ou de outro país imperialista” (Lênin, *Obras Completas*, t.26)

Guerras, drogas, prostituição, violência, desemprego, destruição do meio-ambiente e fome são os males que o capitalismo tem causado à humanidade. Em outras palavras, em vez da “prosperidade suspirada” há séculos pelos senhores do capital, uma verdadeira catástrofe ronda o mundo neste século XXI. E tudo isso em benefício de uma reduzida classe, a burguesia. De fato, a cada dia que passa os capitalistas vão acumulando mais e mais riquezas, enquanto o povo vai afundando numa miséria crescente.

Mas, ao submeter as enormes massas de proletários de todos os países à ditadura mundial do capital financeiro, o imperialismo põe completamente a descoberto e aprofunda todas as contradições da sociedade capitalista, em particular as contradições que existem entre o desenvolvimento das forças produtivas da economia mundial e as atuais relações de produção, o que produz, inevitavelmente, guerras imperialistas que abalam todo o sistema e conduzem à revolução proletária mundial.

A classe operária, os camponeses, todos vítimas desse sistema, vêem que os dias passam, não conseguem emprego e seus problemas se agravam. Já os que trabalham compram com seus baixos salários cada vez menos e logo estarão desempregados. Assim, sedentos por uma explicação para as constantes crises que tornam sua vida insuportável nessa sociedade, continuam insistindo em perguntar: por quê?

A história do capitalismo confirma inteiramente a doutrina de Marx e Lênin sobre as leis do desenvolvimento da sociedade capitalista e a ruína inevitável desta como consequência das suas contradições internas. Na verdade, a época do imperialismo é a época do capitalismo moribundo. As graves crises econômicas que a economia capitalista vem atravessando desde a II Guerra Mundial são resultado da profunda contradição entre o crescimento das forças produtivas da economia mundial e as suas barreiras, isto é, as atuais relações de produção. Dito de outra maneira, o capitalismo se converteu num obstáculo intolerável para o desenvolvimento da humanidade, demonstrando que as condições materiais para o socialismo já existem.

Logo, os trabalhadores de todo o mundo são colocados diante do dilema: ou levantar-se e lutar para destruir o capitalismo e construir uma sociedade nova, o socialismo, ou assistir, passivamente, à humanidade caminhar para a barbárie. Com certeza o mundo marcha para uma crise geral de consequências catastróficas, como provam a cada vez mais concreta ameaça de uma III Guerra Mundial e a feroz exploração dos trabalhadores por parte da burguesia em dezenas de países. Dessa crise, ou a classe operária sai vencedora, derrotando o capitalismo e construindo o socialismo, ou a barbárie será imposta pela civilização burguesa em sua insaciável ganância de lucro.

Como explicou Lênin: "O capitalismo tornou-se reacionário e desenvolveu as forças produtivas a tal ponto que a humanidade terá ou de passar ao socialismo ou de sofrer anos ou mesmo décadas". (Lênin, *O Socialismo e a Guerra*, *Obras Completas*, tomo 26).

Aos comunistas cabe, pois, um importante papel: conduzir o proletariado à luta contra o capitalismo e os parasitas do mundo – a burguesia –, evitar a destruição da humanidade e construir um novo mundo sem exploradores e sem explorados.

Esta é nossa luta, este é nosso desafio.

Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário do Brasil

O Brasil no século XXI

O Brasil ocupa a porção centro-oriental da América do Sul. Sua área total é de 8.511.965 quilômetros quadrados, que corresponde a 20,80% das Américas e 47% da América do Sul. Mas apesar de o país ter um PIB (Produto Interno Bruto) de US\$ 550 bilhões (R\$ 1,650 trilhão), ser a 11ª economia capitalista do mundo, e rico em ouro, petróleo, ferro, terras férteis, ter um imenso parque industrial e uma rica e diversificada cultura, a grande maioria dos 172 milhões de brasileiros são pobres.

De fato, 54 milhões de brasileiros passam fome. Só de jovens, são 21,1 milhões menores de 18 anos vivendo na pobreza. No total, temos 85 milhões de brasileiros que vivem sem nem um prato de comida, nem saúde, nem educação, nem terra nem moradia nem trabalho.

De acordo com o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano), o Brasil é um dos piores países do mundo em distribuição de renda. De cada 100 brasileiros, 30 são analfabetos funcionais, isto é, escrevem o nome, mas não conseguem escrever uma carta ou ler um texto.

Se não bastasse, 20 milhões de brasileiros estão desempregados; 11,1 milhões de pessoas vivem sem esgoto e água encanada; 15 milhões de famílias não têm casa para morar e é de quase 4 milhões o número de famílias camponesas sem terra.

Como se vê, apesar de ter um país muito rico, o povo brasileiro é pobre e vive miseravelmente. Qual é então a verdadeira causa da pobreza, do desemprego e da fome no Brasil? Por que uma reduzida minoria vive extremamente bem e milhões e milhões de brasileiros vivem tão mal, se o país é tão rico?

O que é a economia brasileira

Passados cinco séculos da invasão portuguesa, o Brasil é fundamentalmente um país capitalista, isto é, as relações de produção capitalistas são as relações dominantes em nossa sociedade. Daí, a característica principal da economia brasileira é que, enquanto a classe operária e as massas trabalhadoras são desprovidas de tudo, menos da sua força de trabalho, uma única classe, a burguesia, é proprietária da maioria dos meios de produção (fábricas, máquinas, terras, instrumentos de trabalho etc.). O desenvolvimento industrial generalizado por todo o país, onde praticamente todas as mercadorias consumidas são produzidas em indústrias, revela bem esse caráter capitalista da economia do Brasil.

Entretanto, o processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo no Brasil ocorreu somente no século XX, quando o imperialismo capitalista – fase superior e última do capitalismo, caracterizada pela dominação dos monopólios internacionais e do capital financeiro – exerce total domínio sobre a economia mundial. Portanto, a economia nacional nasce e se desenvolve subordinada e associada ao grande capital internacional e aos países imperialistas. O Brasil é, assim, um país capitalista, dominado pelos países imperialistas

O controle da economia brasileira está nas mãos dos grandes monopólios capitalistas

Seja como consequência da lei da concentração e centralização do capital, seja como resultado da dominação imperialista, todos os ramos da economia nacional estão hoje controlados por grandes monopólios nacionais e estrangeiros pertencentes a algumas centenas de famílias capitalistas.

Estudo realizado na indústria paulista entre 1980 e 1989 evidencia bem esse processo de

concentração do capital na economia brasileira. Foram pesquisadas 2.689 empresas industriais paulistas, para os anos de 1980, 1985 e 1989. A pesquisa mostrou que em gêneros como borracha, alimentos, bebidas e no setor editorial gráfico gráfica, a indústria brasileira é até mais concentrada que a dos países imperialistas, isto é, EUA, Alemanha e França, e é a segunda colocada em mecânica, mobiliário, couros e peles, têxteis e fumo.

Por sua vez, também é enorme a concentração de mercado em alguns produtos básicos de consumo no Brasil. A tabela 1 revela impressionantes níveis de concentração nas mãos de um número bastante restrito de grupos empresariais. Percentagens tão altas quanto 90% ou 100% sob o controle de apenas 1, 2 ou 3 grupos capitalistas, o que caracteriza uma situação de poder oligopólico dessas empresas em termo de preço e negociação de prazos com clientes. Em conseqüência, são nesses setores altamente oligopolizados que ocorrem as maiores altas de preços, muito acima dos níveis de inflação. (Francisco Oliveira, *Os direitos do antivalor*, Vozes).

Tabela 1

Participação dos principais grupos na produção de bens de consumo selecionados, Brasil, 1993 (%)

Produto	nº de grupos	% de vendas	grupos(marcas/empresas)
Sabão em pó	1	74	Gessy Lever
Presunto	2	68	Sadia/Perdigão
Salame	2	51	Sadia/Perdigão
Leite em pó	3	88	Nestlé/Itambé, Fleischmam Royal
Detergentes	2	92	Cragnotti & Panters (Bombril e Omiex), Gessy Lever
Caldo de galinha	2	92	Nestlé (Maggi), Refinações de Milho Brasil (Knorr)
Refrigerante	3	78	Brahma, Antártica, Coca
Cerveja	3	94	Brahma, Antártica, Coca (Kaiser)
Creme dental	3	100	Anakol (Kolynos), Colgate-Palmolive, Gessy Lever /Signal e Aim)
Margarina	4	80	Gessy Lever, Sanbra, Sadia, Ceval, Gessy Lever
Sabonete	1	62	Gessy Lever
Leite (S. Paulo)	3	85	Parmalat, Mansur (Leco, Vigor, Flor da Nata), Paulista
Óleo de Soja	3	48	Ceval(Soya), Cargil (Liza), Sadia,
Sorvete	2	92	Phillip Morris (Kibon), Nestlé (Gelato, Yopa)

Fonte: **Os Direitos do Antivalor**, Francisco Oliveira, Vozes. 1997

Mas a concentração do capital também é verificada nas regiões menos desenvolvidas do país. No Nordeste, por exemplo, em 30 dos 33 setores da economia, as quatro maiores empresas de uma amostra de 1.300 controlam, no mínimo, 1/3 do faturamento global dos setores respectivos. E se reduzirmos o estudo da concentração para 20 setores, o grau de concentração é ainda maior: as quatro maiores empresas de cada setor controlam 50% ou mais do faturamento. De fato, como explica o economista Francisco Oliveira: “Do ponto de vista do domínio de classe, as velhas classes burguesas nordestinas continuam com o controle dos meios de produção, haja vista deterem 40% do patrimônio e faturamento das 1.300 maiores empresas da região (Francisco de Oliveira, *Os direitos do antivalor*, Vozes).

Outra demonstração do controle dos monopólios sobre a economia brasileira está, sem dúvida,

no aumento do número de “fusões” nos últimos anos, isto é, da compra de grandes empresas por outras ainda maiores, visando a eliminar concorrentes e conquistar ainda maiores parcelas do mercado. Levantamento da consultoria KPMG mostra que em 2000 ocorreram 353 “fusões”; 123 das quais envolveram o capital nacional e 230 foram aquisições com participação do capital estrangeiro. Em 2001, foram 340 operações de “fusão” no Brasil. Vejamos alguns exemplos.

Em 1995, a Colgate comprou a Kolynos e passou a deter 80% do mercado de creme dental do país.

Em 1999, as empresas rivais Antártica e Brahma – dona também da marca Skol – se associaram e fundaram a Ambev (Companhia de Bebidas das Américas), para assumir o controle do mercado de bebidas no Brasil e disputar os mercados dos demais países da América Latina. A nova empresa passou a controlar 71,6% do mercado de bebidas. E caso se concretize a anunciada associação entre a Ambev e Pepsi, a AmBev deterá 94% do mercado de isotônicos do Brasil.

Em 2002, a suíça Nestlé comprou a última empresa brasileira do setor de chocolates, a Garoto, e passou a controlar 100% do mercado de cobertura de chocolate líquida e 45% do mercado total de chocolate.

No setor de transportes terrestres, após a queda nas vendas de passagens em 2002, a empresa de ônibus Viação 1001, do Rio de Janeiro, 5ª maior do país, realizou uma fusão com a companhia paulista Cometa, 3ª do país. A nova empresa passou a ser a maior do setor rodoviário brasileiro.

Em janeiro de 2003, a Tele Centro Oeste foi comprada pela BrasilCel, joint venture formada pela Telesp celular e pela Telefônica Celular. A BrasilCel se tornou a maior operadora de telefonia móvel do país, com 50% do mercado.

Em fevereiro de 2003 a Varig e TAM anunciaram a união entre as duas empresas aéreas. A nova empresa Varig-TAM deterá 74% do mercado de transporte aéreo de passageiros.

No setor gráfico, a Editora Abril se associou a um dos maiores grupos de comunicação da Europa, o Havas, da França, e em seguida, adquiriu duas das maiores editoras brasileiras de livros didáticos, a Ática e a Scipione. Até os dois maiores jornais de São Paulo, a *Folha de S. Paulo* e o *Estado de S. Paulo*, se uniram e criaram uma nova empresa para a distribuição de seus exemplares.

Também é grande a concentração de capital no comércio. No setor de supermercados, por exemplo, as cinco maiores empresas controlam 40% do faturamento do setor, estimado em R\$ 5,7 bilhões por ano. Aliás, este mesmo grau de concentração existe nesse setor nos EUA, onde cinco grupos capitalistas detêm 40% do faturamento. Na Grã-Bretanha é 60% e na França, 67%. As seis maiores empresas no Brasil são: Carrefour, rede francesa; Pão de Açúcar (também associada a uma empresa da França); Sonae, propriedade de uma empresa portuguesa; Bompreço, que é de propriedade do grupo holandês Royal Ahold; a Sendas e, em sexto, a norte-americana Wal-Mart. (*FSP*, 20/07/1999).

No setor de saúde, a tendência também é de formação de grandes redes de laboratórios, e com grande participação do capital financeiro. Dois exemplos mostram essa tendência. O fundo de investimentos Patrimônio Private Equity, do grupo financeiro norte-americano Chase Manhattan, passou a ser um dos donos do Laboratório Delboni Auriemo Medicina Diagnóstica. Um mês depois, o novo dono do laboratório de análises clínicas Delboni Auriemo Medicina Diagnóstica adquiriu 100% das ações do laboratório Lavoisier, e passou a ser o maior grupo da América Latina em análise clínica e realização de diagnósticos. (*FSP*, 15/10/99).

Entre os laboratórios farmacêuticos, com a compra pela Nordisk do laboratório Biobrás, a Novo Nordisk passou a controlar 83% do mercado nacional de insulina humana e produtos similares.

Mas por que razão ocorrem tantas “fusões” ou por que os monopólios capitalistas estão sempre adquirindo mais e mais empresas?

Sem dúvida, o aprofundamento da crise do sistema capitalista e, em particular, da crise de superprodução que hoje acomete a economia mundial, tendo como base a diminuição crescente do

consumo das massas populares e as freqüentes quedas nas taxas de lucros das empresas, são as causas que determinam as compras constantes de grandes empresas por outras ainda maiores, as chamadas “fusões”.

Estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) sobre o setor de eletrônicos ilustra bem o que estamos afirmando. Diz o BNDES que não há espaço para os atuais 12 fabricantes de televisores, videocassetes e aparelhos de som que estão no Brasil. As 12 empresas têm capacidade para produzir 13 milhões de televisores por ano. Entretanto, em 1999, as vendas não passaram de 4,5 milhões de unidades. (*FSP*, 26|01|2000).

Outro exemplo é o da indústria automobilística. As fábricas de veículos têm condições de produzir mais de 3 milhões de unidades, mas as vendas domésticas mais exportações só absorvem 56% disso. (*O Valor*, 12/05/2000).

Desse modo, a redução do mercado devido ao acelerado empobrecimento dos verdadeiros compradores, as massas populares, termina por levar à queda das vendas e conseqüentemente dos lucros das empresas, que, tentando minorar a situação, procuram dominar mais e mais mercados, destruindo seus concorrentes.

Outros números também deixam ainda mais claro o processo de monopolização na economia brasileira.

No setor de veículos, quatro grandes montadoras (Volkswagen, Fiat, General Motors e Ford) controlam mais de 88% do mercado de veículos. Detalhe: as montadoras GM e Fiat pretendem criar uma empresa para centralizar as compras de autopeças. Hoje, a associação já ocorre nas áreas de serviços financeiros, compras e de motores e transmissões. A empresa que vai centralizar essas compras receberá metade das autopeças fabricadas no Brasil.

Também, os principais meios de comunicação (televisões, rádios, jornais, revistas, etc.) do país estão nas mãos de apenas dez famílias capitalistas. Seis dessas empresas recebem 90% das receitas de publicidade da mídia.

A Bombril, propriedade da italiana Cragnotti & Partners, controla 80% do mercado de palha de aço. A Gessy Lever, grande monopólio anglo-holandês, controla quase 50% das vendas do mercado de higiene e limpeza. A norte-americana Xerox, sozinha, detém 75% das vendas de copiadoras no Brasil. A inglesa Souza Cruz controla 80% do mercado de cigarros e fumo do país. O ramo de sapatos, confecções e têxteis é hoje dominado, também, por grandes grupos como Azaléia, Alpargatas, Grendene, Vicunha, Hering, Teka, De Millus e Artex.

O grande monopólio Votorantim, de propriedade da família Ermírio de Moraes, atua em setores como metalurgia, madeira, móveis, papel, agricultura, bancos, mecânica, cana, açúcar, álcool, energia elétrica etc.; em todos esses setores está entre os primeiros, além de deter mais de 30% da produção de alumínio do Brasil, 65% do níquel, 50% da produção de cimento e ser um dos maiores produtores de laranja. Em 2003, comprou dois dos mais importantes portos do país.

Na agricultura, a situação não é diferente. Vejamos o caso da produção do tomate: quatro grandes monopólios industriais – Círius, que comprou a indústria de tomate Peixe; Parmalat, que adquiriu a Etti; Van den Bergh (Grupo Gessy Lever), dona da marca Cica e Arisco compram hoje quase toda a produção de tomate do Sudeste e Sul, além de dominarem as vendas de molhos e extratos de tomate em todo o país. Esses quatro grandes grupos econômicos, por serem praticamente os únicos compradores, ditam o preço da tonelada de tomate, os fertilizantes que devem ser usados na produção e impõem a mecanização na colheita do tomate.

O mesmo se reproduz na pecuária leiteira. Há alguns anos restrita a pequenos e médios produtores, hoje está dominada por grandes monopólios estrangeiros, como Nestlé, Parmalat e Fleischmann Royal, que controlam o rebanho, a produção e até a comercialização da pecuária leiteira do Brasil. Portanto, um pequeno número de grandes capitalistas industriais e banqueiros, ao lado de uma grande burguesia agrária, controla e domina a produção agrícola.

A concentração no capital financeiro

No setor financeiro, essa concentração do capital e avanço da monopolização é ainda maior. Os dez maiores bancos do país possuíam 62,4% dos ativos totais do setor em 1994. Em 2000, essa proporção passou para 74,6%, segundo estudo do próprio Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br). Hoje, em 2003, os quatro maiores bancos do país, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú e Banco do Brasil, são donos de R\$ 610,7 bilhões em ativos. E, segundo a consultoria Austin Asis, essa concentração vai se acentuar, com os dez maiores bancos aumentando sua participação para cerca de 90% dos ativos nos próximos cinco anos.

Na realidade, como na fase do imperialismo capitalista o capital financeiro é que exerce o domínio na economia, toda a política econômica do Estado capitalista favorece esse mesmo capital financeiro. Por isso, em 2002, o Estado (União, Estados, municípios e estaduais) gastou R\$ 114 bilhões de sua receita com pagamento dos juros da chamada dívida pública, beneficiando os donos dos títulos públicos, isto é, os bancos.

Por outro lado, existe uma profunda associação entre o capital financeiro nacional e o grande capital financeiro internacional, associação essa que ocorre de forma direta com a compra do controle acionário dos grandes bancos nacionais, ou ainda de forma indireta, por meio da formação de grandes consórcios capitalistas para adquirir indústrias ou comprar estatais privatizadas. Aliás, desde 1980 que o Bradesco e o Itaú, entre outros grandes bancos, estão associados ao capital estrangeiro. O Itaú, além do setor financeiro, tem empresas de eletrônica, madeira, móveis, transporte, petroquímica, comércio exterior etc. Já o Bradesco está entre os donos da Sharp, Perdigão, Sadia, CSN, Alpargatas e possui várias outras empresas em telecomunicações, energia, agricultura, pecuária e plano de saúde.

As grandes empresas estatais privatizadas, por exemplo, foram abocanhadas por consórcios capitalistas que tinham em todos eles a presença e a participação dos bancos. Dado a esse enorme poder do capital financeiro, é cada vez maior o número de empresas que têm os bancos como proprietários ou, o que dá no mesmo, o número de empresas que são donas de bancos. Desse modo, os grandes monopólios industriais têm hoje a maior parte dos seus lucros em operações financeiras. Mesmo as empresas industriais que constituem monopólios, dominando completamente seus ramos, como as de cimento e plástico, não têm na atividade produtiva sua principal fonte de receita. Este é o caso do grupo industrial da família Ermírio de Moraes, que tem a maior parte de seu lucro não de suas empresas industriais, mas sim, do banco da família, o Votorantim.

Além de obterem todos esses enormes ganhos, os bancos, quando sofrem qualquer dificuldade, são imediatamente socorridos pelo Governo. O Programa de Estímulo e Reestruturação do Sistema Financeiro Brasileiro (Proer) é um caso exemplar: bancos falidos foram comprados por grandes bancos nacionais e estrangeiros, que usaram R\$ 30 bilhões de recursos públicos para financiar essas aquisições, e, ainda, o Estado ficou com toda a parte podre desses bancos, ou seja, as dívidas. O gigantesco monopólio inglês HSBC recebeu do Governo Federal cerca de US\$ 4 bilhões e pagou menos de US\$ 1 bilhão pelo Banco Bamerindus. O grupo Holandês ABN AMRO, após comprar o Banco Real, 4º maior banco nacional na época, comprou em 1998 o Banco do Estado de Pernambuco, o Bandepe, por US\$ 182,6 milhões. Mas, antes da privatização, o Governo de Pernambuco gastou 4 vezes mais que isso, US\$ 940 milhões para 'sanear' o Bandepe.

Portanto, é sob o controle dessa reduzida oligarquia financeira, os bancos, que se encontra grande parte da economia e, conseqüentemente, do país. São eles que nomeiam os diretores do Banco Central, os ministros econômicos, corrompem os burocratas do Estado com viagens, pagamento de férias, prêmios, presentes etc., financiam as campanhas eleitorais dos candidatos a presidente da república, governador, deputado e senador, além de controlarem grande parte dos meios de

comunicação.

Assim, conseguem definir a política econômica em favor dos seus interesses, as taxas de juros, o valor da moeda (e quando será desvalorizada) e privatizam empresas estatais para depois comprarem essas mesmas empresas, financiadas com o dinheiro público. Como resultado dessa crescente monopolização da economia no Brasil, ocorre a destruição de milhares de pequenas e médias indústrias e empresas comerciais, levadas à falência ou compradas por esses grandes monopólios, e o aumento do desemprego.

Os monopólios e a inflação

Como está claro, é gigantesco o grau de monopolização da economia brasileira, com um punhado de grandes monopólios nacionais e estrangeiros controlando e dominando setores inteiros da produção nacional, na indústria, no comércio e na agricultura.

O fato é que um punhado de cartéis, industriais e financeiros, nacionais e estrangeiros, adquiriram o controle do conjunto da economia, detendo as rédeas em todos os setores e ramos fundamentais; controlam o Estado e, conseqüentemente, a política econômica, e ditam preços e a inflação.

Vejamos alguns exemplos. O lucro líquido da Ambev em 2002 foi de R\$ 1,5 bilhão, um crescimento de 92,5% em relação a 2001. Só que esse enorme aumento dos lucros ocorreu mesmo com uma significativa queda nas vendas da empresa, graças aos aumentos nos preços dos seus produtos. Algo só possível devido à monopolização do setor.

Também a queda de preços verificada no primeiro semestre de 2003, a deflação, não se verificou na maioria dos produtos em virtude da monopolização da economia. As principais marcas dos segmentos de alimentação, higiene e limpeza e bebidas não reduziram suas tabelas de preços. De fato, em junho de 2003, o preço do amaciante de roupa, do achocolatado, do sabonete e do creme dental, por exemplo, subiu e muito. Portanto, mesmo com a queda do consumo, os monopólios mantêm ou mesmo elevam seus preços.

A Ambev, que domina junto com a Coca-Cola quase 70% do mercado de refrigerantes no Brasil, no mesmo período, aumentou o preço dos refrigerantes em 13% apesar da queda de 4% na venda. O mesmo fez a Coca-Cola.

Assim, mesmo nas crises, os monopólios, além de submeterem os trabalhadores e as massas populares ao desemprego e à carestia, podem obter lucros gigantescos.

A espoliação do Brasil pelos países imperialistas

Como vemos, a economia brasileira é comandada por grandes monopólios industriais e financeiros da grande burguesia nacional e dos países imperialistas. Porém, o controle dos setores-chaves da economia está nas mãos do capital estrangeiro. Na realidade, são pouquíssimos setores em que ainda se encontra uma participação significativa de empresas nacionais, como drogarias, construção urbana e escolas. Em autopeças, eletrodomésticos, higiene e limpeza, química, laticínios, bens de capital, farmacêutica, hotelaria, bolachas e doces, telefonia etc, o capital estrangeiro domina quase 100%.

Hoje, mais de 50% das exportações brasileiras são realizadas por empresas estrangeiras; dos 500 maiores monopólios internacionais existentes no mundo, 382 deles estão presentes no Brasil. São, no entanto, os monopólios norte-americanos que possuem maior controle sobre a economia: cerca de 2.000 empresas dos EUA estão instaladas no país e, das 500 maiores empresas desse país, 405 atuam no Brasil. Isso significa que o imperialismo norte-americano, a exemplo do que ocorre em toda a

América Latina, conserva a hegemonia da dominação imperialista sobre o Brasil. Como mostra o quadro abaixo, é quase absoluto o domínio dos monopólios estrangeiros sobre os ramos mais importantes da economia do Brasil:

Telecomunicações	75%
Autoindústria	93%
Computação	67%
Eletroeletrônicos	79%
Farmacêutica	75%
Higiene e Limpeza	89%
Mecânicas	73%
Plásticos e borrachas	63%
Alimentos	56%

E a cada ano essa dominação dos monopólios estrangeiros sobre a economia brasileira avança mais. O monopólio francês Carrefour, líder no ranking dos supermercados com faturamento de R\$ 5,6 bilhões por ano, adquiriu, em dezembro de 1997, a rede de supermercados Eldorado. O Bompreço foi vendido ao grupo holandês Royal Ahold. A Continental 2001, ex-fabricante nacional de fogões (era da família Giaffone), foi adquirida pelo consórcio alemão Bosch-Siemens. A Multibrás, proprietária das marcas Brastemp, Semer e Cônsul, já há algum tempo não é uma empresa nacional. A Brasmotor, sua holding, tem como principal acionista a norte-americana Whirlpool. A também norte-americana Fleischmann Royal/Nabisco está repetindo a estratégia da italiana Parmalat e vem comprando dezenas de pequenas e médias empresas nacionais. Outras grandes empresas nacionais como, Metal Leve, Cofap, Agrocere, Lacta e Garoto também foram compradas por grandes monopólios estrangeiros. Só o monopólio italiano Parmalat, até dezembro de 2002, já tinha comprado 19 empresas brasileiras, isto no período de 13 anos em que se encontra instalado no Brasil.

O pior é que toda essa espoliação foi apoiada e financiada pelo próprio Estado brasileiro. De fato, de 1995 a abril de 2002, o BNDES emprestou R\$ 17,224 bilhões a companhias estrangeiras.

Tabela 2
Indústrias brasileiras adquiridas por monopólios estrangeiros, 1994-1998

Indústria/setor	Comprador	País de origem	Ano
Adria Prod. Alim.	Quaker Oats	EUA	1994
Laticínios Avaré	Nabisco	EUA	1995
Lacta	Phillip Morris	EUA	1996
Ceval alimentos	Bunge&Born	Argentina	1997
Kibon	Unilever	Holanda	1997
Moinhos de Soja Sadia	Archer-Daniels	EUA	1997
Agrocere	Monsanto do Brasil	EUA	1997
Ind. Alim. Carlos Brito	Bombriil-Cirio	Itália/Luxemburgo	1998
Celbr s	Rhodia	França	1994
Petroquímica União	Union Carbide	EUA	1995
Petroquímica Bahia	Dow Chemical	EUA	1996
Tintas Coral	ICI	Grã Bretanha	1996
Kenko do Brasil	Kimberly-Clark	EUA	1996
Lab. Carlo Erba	G.D Searle & Co	EUA	1997
Kolynos	Colgate-Palmolive	EUA	1997

Phytoervas	Bristol-Myers Squibb	EUA	1998
Caemi Mineração e Metal	Mitsui & Cia	Japão	1997
Cimentos Serrana	Cimpo-Cimentos	Portugal	1997
CST/Acesita	Usinor	França	1998
Continental 2001	Bosch/Siemens	Alemanha	1994
Refrigeração Paraná	Electrolux	Suécia	1996
Cia Eletrônica Celma	General Electric	EUA	1996
Dako	General Electric	EUA	1996
Brasmotor	Whirlpool	EUA	1997
Arno	Groupe SEB	França	1997
Ficap	Madeco	Chile	1997
Iochpe Maxion	AGCO	EUA	1996
Metal Leve	Mahle/Cofap	Alemanha/Itália	1996
Cofap	Magneti Marelli	Itália	1997
Freios Varga	Grupo Lucas	Grã-Betanha	1997

Fonte: *Cepal/A Desapropriação do País, James Petras e Henry Veltmeyer. Vozes.2001*

O resultado dessa dominação dos países e monopólios imperialistas, como não podia deixar de ser, é uma gigantesca espoliação das riquezas produzidas em nosso país e uma enorme transferência para os países imperialistas dos recursos nacionais, além da desnacionalização da economia e do fechamento de milhares de indústrias nacionais. Segundo dados do Sindicato Nacional das Indústrias de Máquinas, de 1992 a 1998, 1.300 indústrias de máquinas e equipamentos foram fechadas e 64 mil trabalhadores foram desempregados.

Por sua vez, como ressalta estudo realizado no principal Estado do país, São Paulo, e coordenado pelo professor Francisco de Oliveira, “as empresas estrangeiras estão no alto da pirâmide econômica porque ocupam os nichos tecnológicos de bens de consumo durável e bens intermediários que conferem maturidade à indústria brasileira; ao contrário do capital nacional, não baseiam, salvo raras exceções, sua pujança financeira na exploração dos segmentos mais tradicionais da indústria, ligados aos bens de consumo não-durável. Nesta subseção da pirâmide encontramos praticamente todas as montadoras de veículos automotores (Mercedes-Benz, Volkswagen, General Motors, Ford e Caterpillar); bem como segmentos a montante, como pneumáticos e vidros; gigantes do ramo químico (como Rhodia, Ciba Geigy, Hoechst, Bayer, Basf, Dow, ICI); de eletrônica de consumo (Phillips) e industrial (Siemens); de bens intermediários (alumínio, papel e celulose, materiais para construção); bens de capital (Brown Boveri). Aparecem também alguns líderes mundiais em setores mais tradicionais como alimentos (Nestlé, Bunge & Born, Cargill), têxtil (Bunge & Born) e conglomerados altamente diversificados na área de bens de consumo não durável (Johnson&Johnson e Gessy Lever, também conhecido como Unilever)”. (Francisco Oliveira, *Os direitos do antivalor*, Vozes. 1998)

Capital estrangeiro aumenta atraso tecnológico do país

Vale ressaltar que essa crescente dominação do capital estrangeiro sobre a economia brasileira foi possível graças à associação da burguesia nacional com a burguesia internacional. De fato, vastos setores da classe capitalista do Brasil há décadas desenvolvem profundos laços estruturais com a burguesia mundial e os mercados financeiros internacionais. Assim, para facilitar os chamados investimentos estrangeiros no país, desde o golpe fascista de 1964 a legislação brasileira vem sendo

seguidamente modificada a fim de permitir a remessa de dividendos, lucros e royalties do capital estrangeiro para o exterior.

Em defesa dessa traição à pátria, os políticos e os economistas burgueses alegam que “o capital estrangeiro é imprescindível para o desenvolvimento nacional”. Mas tal lenda foi completamente desmascarada por um estudo realizado pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), que pesquisou 300 empresas com receita média superior a US\$ 35 milhões por ano. Segundo o instituto, a desnacionalização da indústria brasileira deu um salto gigantesco na década de 90: na indústria, o capital estrangeiro passou de 36% para 53,5% em nove anos; nos serviços, cresceu de 9,4% para 26,1% e no setor bancário, de 8% para 21,3%.

Porém, estes chamados investimentos estrangeiros vieram para adquirir empresas já existentes, principalmente as estatais privatizadas. Apenas 20% foram usados em criação de nova capacidade produtiva. Ao traçar o perfil das empresas estrangeiras, o estudo ainda revela que a característica principal dessas empresas é serem grandes importadoras que exportam moderadamente e remetem grandes lucros e dividendos para as matrizes.

Portanto, algo totalmente diferente do que pregam há décadas as classes dominantes. Na verdade, o capital estrangeiro não tem contribuído nem para aumentar o desenvolvimento nacional e muito menos para expandir a capacidade produtiva do Brasil ou para aumentar as exportações de manufaturados. Ainda de acordo com o estudo do IFRJ, o capital estrangeiro apenas substituiu o capital nacional.

Também estudo da Comissão Econômica para a América Latina da Onu, (Cepal), de 1997, mostra que 50% de todos os investimentos externos diretos (IED) foram feitos em atividades financeiras e 83% foram encaminhados através de centros financeiros no Caribe.

O crescimento da remessa de lucros para o exterior

Em decorrência, as remessas de lucros e dividendos dos monopólios estrangeiros para suas matrizes no exterior vêm crescendo enormemente. É o que prova levantamento do próprio Departamento de Comércio dos Estados Unidos, divulgado pela imprensa no dia 10 de fevereiro de 2003. Em dez anos, as empresas norte-americanas instaladas na América Latina enviaram, em remessas de lucros e dividendos para as contas de suas matrizes no exterior, US\$ 1 trilhão. Só do Brasil, segundo o Banco Central, em 2002 foram enviados para fora do país, pelas companhias estrangeiras, US\$ 24,2 bilhões em forma de dividendos. Somando-se a esse valor o pagamento líquido de juros da dívida externa acumulada, cerca de US\$ 20 bilhões por ano, e os gastos com viagens e turismo, US\$ 7 bilhões, um total de US\$ 51 bilhões saem por ano do Brasil. E isso sem contar que, entre janeiro e outubro de 2002, US\$ 8,574 bilhões deixaram o país por meio das contas CC-5 (CC-5 é o nome dado às remessas de dólares feitas ao exterior sem que haja a necessidade de informar ao BC os motivos da operação).

Dívida externa é a maior espoliação que o Brasil sofre

No entanto, na fase do imperialismo capitalista, em que as exportações de capitais ocupam o principal lugar em vez das exportações de mercadorias, a principal forma de espoliação estrangeira que o Brasil sofre é, sem dúvida, a dívida externa. Seja por causa das elevadas taxas de juros, seja pela obrigação de, a cada empréstimo, realizar compra de mercadorias dos países imperialistas, a dívida externa é a moderna forma de pilhagem do Brasil pela oligarquia financeira e pelos países imperialistas.

Entre 1994 e 1998, o Governo Federal enviou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), e aos

credores internacionais US\$ 126 bilhões, dinheiro mais que suficiente para construir mais de 7,5 milhões de moradias populares de 70 m² ou, ainda, 950 mil postos de saúde.

Hoje, 2/3 dos recursos orçamentários continuam sendo destinados ao pagamento da dívida pública em detrimento de investimentos que atenuem os graves problemas sociais do país. Vejamos alguns dados do Orçamento da União em 2001, comparado com os gastos da dívida:

Ministério da Saúde	R\$ 28,85 bilhões, o equivalente a 75 dias de pagamento da dívida.
Ministério da Educação	R\$ 18,06 bilhões, o equivalente a 47 dias da dívida.
Ministério da Ciência e Tecnologia	R\$ 2,47 bilhões ou 6 dias da dívida
Fundo de Erradicação da Miséria	R\$ 3,2 bilhões ou 8 dias da dívida

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional/www.jubileu2000.org.br

Mesmo com todos esse pagamentos realizados anualmente, a dívida externa não pára de crescer. De 1989 a 1997, o Brasil pagou, de juros e amortizações da dívida, US\$ 216 bilhões. Só que a dívida não diminuiu. Cresceu, e muito, passando de US\$ 115 bilhões para US\$ 216 bilhões, no mesmo período.

De janeiro a julho de 2003, o país já gastou 89,257 bilhões com o pagamento de juros. Mesmo assim, em agosto de 2003 a dívida externa do Brasil –dívida por sinal já paga inúmeras vezes – se encontrava em US\$ 232 bilhões e o país ainda é o maior devedor do FMI. Por dia, o Brasil gasta com juros a exorbitância de R\$ 568 milhões e, ainda assim, em julho a dívida pública atingiu R\$ 877,157 bilhões e para 2004, o total de pagamentos da dívida é de US\$ 39,7 bilhões.

Além de continuar a pagar uma dívida dezenas de vezes paga, o Brasil ainda se submete às imposições do FMI, tais como superávit primário (isto é, compromisso de economizar 4,25% do PIB por ano para pagar a dívida); redução dos serviços públicos, incluindo demissão de servidores civis; privatização da previdência social; redução de investimentos e programas sociais; venda das empresas estatais etc.

Vale lembrar ainda que todos esses imensos recursos extraídos de nosso país vão sustentar apenas algumas centenas de famílias de especuladores que formam a oligarquia financeira, verdadeiros parasitas que vivem da agiotagem internacional.

Evolução das dívidas interna e externa (valores em bilhões R\$)

Dívida	1970	1980	1990	1994	2001	2002
Interna (R\$)	15,9	40,7	62,9	153,2	700,0	750,00
Externa (US\$)	4,7	64,2	123,4	148,3	210,0	260,00

Fonte: Campanha do Jubileu Sul/Banco Central do Brasil/Jornal A Verdade

Se não bastasse, o Estado contraiu outra dívida, a dívida interna, com o objetivo de arrecadar recursos para garantir os pagamentos da dívida externa. De fato, o Banco Central do Brasil coloca todo ano à venda, no mercado interno, títulos em dólar e a juros altíssimos para obter dinheiro e fazer os pagamentos aos banqueiros internacionais e ao Fundo Monetário Internacional. Em 1970, esta dívida interna era de R\$ 15,9 bilhões; em 2002, atingiu R\$ 750 bilhões.

O resultado dessa enorme dependência externa é que o Brasil é um dos países mais endividados do mundo. A dependência externa do Brasil é tamanha que as reservas líquidas em março de 2003 eram de US\$ 20 bilhões, o suficiente para cinco meses de importação.

E isso apesar da enorme arrecadação tributária e fiscal realizada nos últimos anos, das

privatizações do patrimônio público, da diminuição dos investimentos e cortes em saúde, educação, no combate à seca etc. De fato, segundo avaliação do Tesouro Nacional publicada na imprensa, a dívida do Governo Federal no mercado (interna e externa) em 2003 ultrapassará R\$ 1 trilhão, um crescimento de R\$ 126 bilhões em relação a 2002. (*Valor*, 6/02/03).

Em conseqüência dessa política de pagamentos dos juros da dívida, a especulação com os títulos da dívida interna e externa tornou-se uma das mais rentáveis formas de os grandes capitalistas assaltar o Estado e obter lucros extraordinários. Só um aumento dos juros de 0,5% (de 25% para 25,5%) significa um ganho de R\$ 1,5 bilhão para os donos dos títulos da dívida pública.

Mais: toda vez que os grandes capitalistas nacionais não conseguem pagar suas dívidas externas, elas, como já ocorreu várias vezes, são estatizadas, uma vez que é o governo o principal fiador junto aos bancos internacionais.

Os monopólios e o dumping

Visando a aumentar esse domínio sobre a economia, os monopólios internacionais fazem uso ainda do *dumping*, isto é, colocam seus produtos no mercado a preço abaixo do valor de produção, para esmagar o concorrente. Depois de conseguir esse objetivo – o fechamento da pequena ou média empresa nacional – o monopólio estrangeiro volta a aumentar seus preços, já que agora não tem concorrência. Dois casos de *dumping* acontecidos recentemente na área de saúde no Brasil ilustram bem essa política dos grandes monopólios estrangeiros. Calcula-se que 3% dos brasileiros sofram de hepatite B; cada doente precisa tomar três doses diárias de vacina. Para esse tratamento, o Brasil importava vacina a US\$ 8. A vacina brasileira ficou pronta em 1995, desenvolvida pela Universidade de São Paulo (USP). Entretanto, como o custo da vacina produzida no Brasil era algo entre US\$ 0,35 e US\$ 0,40, o laboratório estrangeiro baixou o preço da vacina importada para US\$ 0,50, inviabilizando a produção da vacina brasileira.

O outro caso de *dumping* foi com o medicamento ciclosporina, usado para evitar que os pacientes que receberam órgãos transplantados – cerca de 100 mil pessoas – os rejeitem. Três empresas vendem esse medicamento no Brasil: a suíça Novartis, a norte-americana Abbott e a brasileira Nature's Plus.

Em 2001, a empresa brasileira Nature's Plus denunciou ao Ministério do Desenvolvimento que a Abbott estava vendendo a ciclosporina a preços mais baixos do que importava, com o objetivo de vencer as concorrências e causar prejuízos à empresa brasileira. Dessa forma, embora a Abbott importasse a cápsula a US\$ 0,50, oferecia o mesmo medicamento de 25 mg a menos de US\$ 0,40.

Comércio exterior e recursos naturais

Também por meio do comércio exterior ocorre uma grande transferência de recursos do Brasil para os países imperialistas. O sistema funciona com os países imperialistas impondo altos preços aos produtos que vendem ao Brasil, e comprando a preços baixos os produtos que o Brasil exporta. Assim, os principais produtos exportados pelo Brasil (café, açúcar, soja, suco de laranja) estão em queda livre há anos. O mesmo acontece com os produtos industriais básicos que o Brasil exporta, como alumínio e aço, que têm os preços mais baixos dos últimos seis anos, graças à crise de superprodução que vive a economia capitalista. Já os preços dos produtos que importamos, como os componentes eletrônicos, estão sempre subindo.

Além disso, o país ainda enfrenta as proibições estabelecidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), como o impedimento de subsidiar exportações de manufaturas, embora a OMC permita que os países imperialistas subsidiem a agricultura. De fato, os 29 países mais ricos que integram a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) gastam US\$ 1 bilhão por dia em subsídios às suas empresas capitalistas que atuam na agricultura.

Há que destacar ainda as ações dos países imperialistas e dos monopólios internacionais para assumirem o total controle da Amazônia e dos recursos naturais estratégicos abundantes naquela região, como a água, os recursos da biodiversidade, as florestas tropicais, a madeira, o minério e mesmo o petróleo. Durante a última campanha presidencial nos EUA, em 2000, tanto o candidato do Partido Democrata, Al Gore, quanto o do Partido Republicano, George W. Bush, que fraudou a eleição, defenderam a entrega da Amazônia, pelo Brasil e pela Colômbia, em pagamento da dívida externa.

Concluindo, vemos que a dominação estrangeira de nossa economia resulta em que grande parte da mais-valia produzida no Brasil é apropriada, permanentemente, pelas burguesias dos países centrais, por meio da remessa de lucros, do pagamento de royalties, dos juros da dívida externa ou por meio das relações desiguais do comércio internacional. Ocorre assim um aprofundamento da dependência econômica no aspecto financeiro, tecnológico e científico. Como, aliás, muito bem sintetizou J. Stálin:

"O imperialismo é a mais descarada exploração e a mais desumana opressão das centenas de milhões de habitantes das colônias e países dependentes. O objetivo desta exploração e dessa opressão é a obtenção de superlucros". (J. Stálin, *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, Editorial Calvino)

Portanto, os grandes monopólios e bancos internacionais, juntamente com a burguesia nacional, se apropriam de quase todas as riquezas produzidas no Brasil e auferem lucros gigantescos às custas de uma feroz e brutal exploração da classe operária e da grande maioria das massas trabalhadoras brasileiras.

Com a Alca, EUA querem anexar o Brasil

Com o objetivo de aprofundar o controle dos monopólios e bancos dos EUA sobre as economias latino-americanas, e em particular do Brasil, o imperialismo norte-americano quer impor a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Formada por 34 países – o único excluído pelos EUA é Cuba – a Alca seria, assim, a maior zona de livre comércio do mundo, com 800 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) de 11 trilhões de dólares; significa a expansão para todas as Américas do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta).

Caso seja implantada, a moeda nacional desaparecerá, dando lugar a uma moeda única, o dólar, que, como é a moeda dos EUA, só este país pode imprimir. Assim, será o Fed (Banco Central dos Estados Unidos) que ditará toda a política monetária para os países da América Latina, com exceção de Cuba. Além do mais, caso a Alca se concretize, todas as conquistas e direitos dos trabalhadores, direitos humanos, segurança social, normas de saúde e ambientais estarão ameaçados, uma vez que essa nova área não será regida pela Constituição brasileira, mas por novas leis criadas pelos Estados Unidos. Logo, a Alca significará mais desemprego, mais problemas sociais e o fim da soberania nacional. Desse modo, os Estados Unidos, com a Alca, pretendem anexar o Brasil – o país mais rico do continente – a seu território econômico e a seu domínio político-militar.

Lembremos que não será a primeira vez que os EUA fazem anexações: tanto a Califórnia quanto o Texas, os dois estados maiores produtores de petróleo norte-americano, já foram territórios do México e hoje fazem parte dos EUA. Logo, com a Alca, o objetivo dos Estados Unidos é transformar o Brasil numa colônia, como foi de Portugal. Por isso, é preciso que o povo se una e impeça a aprovação da Alca.

Privatização de estatais aumentou desnacionalização da economia e desemprego

Para atender ao interesse dos grandes monopólios estrangeiros de aumentar a espoliação e o controle sobre o mercado brasileiro, o governo de FHC e dos partidos PSDB, PMDB e PFL, orientados pelo FMI, entregou, de 1994 a 2002, grande parte do patrimônio público construído ao longo do último século à grande burguesia. Vejamos alguns desses escândalos.

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), vendida por míseros R\$ 3,298 bilhões, após sua privatização, registrou no ano de 2000 um lucro de R\$ 2,13 bilhões. Em 1999, o lucro da Vale foi de R\$ 1,25 bilhão. Em 1999 a Vale recebeu R\$ 340 milhões de devolução do Imposto de Renda, como incentivo para comprar novas empresas. Portanto, em dois anos a empresa obteve um lucro maior do que seus compradores pagaram pela posse definitiva da empresa e ainda recebeu dinheiro do governo.

Outro caso é o da Embraer, ex-estatal fabricante de aviões e uma das maiores do mundo. Após ser privatizada em 7 de dezembro de 1994, seus novos donos receberam US\$ 138 milhões em empréstimos financiados com dinheiro público. Os beneficiários foram o grupo Bozano-Simonsen, testa de ferro de um grupo francês, junto com os fundos de pensão Previ (Banco do Brasil) e Sistel (ex-funcionários da Telebrás), que pagaram US\$ 192,2 milhões pela empresa. Desse total, porém, US\$ 100 mil foram pagos em dinheiro. O restante, US\$ 192,1 milhões, foi pago em “moedas podres”, segundo dados divulgados pelo próprio BNDES.

Além disso, as empresas compradoras das estatais tiveram isenção de Imposto de Renda. A Embratel, por exemplo, comprada pela norte-americana MCI, tinha a pagar R\$ 1 bilhão de Imposto de Renda, referente ao período de 1996 a 1998, mas a dívida foi perdoada pelo Governo Federal.

A mentira do ágio

As redes de televisão e os jornais burgueses sempre anunciaram com estardalhaço o ágio nas privatizações. No caso da privatização da Banespa, a manchete foi: “Ágio do Banespa foi de 281,02%”. Grande negócio fez o governo, então, vendendo o Banespa por 280% a mais do que seu valor? Nada disso. Primeiramente o preço do Banespa foi avaliado por baixo. Segundo recente cálculo feito pela insuspeita consultoria contratada pelo novo dono do Banespa, o banco espanhol Santander, o Banespa foi vendido por metade do seu valor real.

Só que as estatais além de terem sido vendidas por preços abaixo de seu valor, o ágio quando ocorreu, isto é, o valor pago excedeu ao preço mínimo fixado pelo governo, não foi efetivamente a empresa que comprou a estatal que o pagou, mas sim o povo brasileiro, uma vez que foi descontado dos impostos a serem pagos pela empresa comprada.

O Banco Santander pagou, de ágio, aproximadamente US\$ 2,81 bilhões. Porém, como comprador terá a possibilidade de deixar de pagar impostos sobre o valor de R\$ 5,775 bilhões nos próximos anos, o total que pagou pelo Santander pelo Banespa. Esses impostos representam 34% desse valor, o que dá cerca de R\$ 2 bilhões. O lucro do Banespa, porém, somente no ano 2002 foi de R\$ 2,8 bilhões.

Tem mais. Boa parte do valor das privatizações foi pago com “moedas podres” (chamadas assim porque ninguém as quer no mercado financeiro) e aceitas por seu valor de face, muito embora seu real valor fosse 50% menor. Graças às moedas podres, o governo federal perdeu US\$ 11,113 bilhões do total arrecadado nas privatizações ocorridas desde outubro de 1991, o equivalente a quase cinco Vale do Rio Doce.

Dinheiro público financia compra das estatais por empresas capitalistas

Além de receber “moedas podres” por suas empresas e de ter que devolver parte do ágio sobre os preços mínimos recebidos, o Governo Federal financiou várias empresas para comprar as estatais, isto é, foi com dinheiro público que muitas empresas do Estado foram compradas. Mais grave: a empresa norte-americana AES recebeu em abril de 1998 um empréstimo do BNDES, de US\$ 888,6 milhões, para comprar a Eletropaulo, companhia de energia elétrica de São Paulo, no leilão de privatização. Em 2000, a AES recebeu outro empréstimo do BNDES, agora no valor de US\$ 1 bilhão, para, dessa vez, comprar mais ações preferenciais da mesma Eletropaulo. Em 2003, a dívida da AES

com o BNDES ultrapassa os US\$ 1,9 bilhões, já que a AES não vem pagando os empréstimos. Porém, entre 1998 e 2001, a AES remeteu em lucros e dividendos, à sua sede nos EUA, mais de R\$ 1 bilhão.

O maior crime da história do Brasil

Além de se apropriarem a preço de banana das empresas estatais, de terem sido financiados com dinheiro público, os monopólios que se beneficiaram das privatizações foram responsáveis pelo aumento significativo do desemprego no país. De fato, os grandes monopólios capitalistas que passaram a ser donos das empresas estatais privatizadas demitiram 546 mil trabalhadores no período de 1989 a 1999, uma redução de 43,9% do total de empregos do setor no período. (*A Verdade, Nº 21*)

Assim, as privatizações realizadas nos salões das bolsas de valores, ora do Rio de Janeiro, ora de São Paulo, foram verdadeiras doações a um pequeno grupo de privilegiados e um festival de corrupção que rendeu mais de 15 bilhões à campanha de reeleição de FHC e várias contas secretas de milhões de dólares no exterior. Aliás, até a privatização do Rio São Francisco, chegou a ser cogitada pelo Governo Federal. De fato, como quis levar a leilão a Companhia Hidro-Elétrica de São Francisco, Chesf, (que não existe sem o Rio São Francisco), o Governo iria, por tabela, vender também o rio.

Negócios nebulosos, corrupção, bilhões e bilhões sendo depositados em contas no exterior e 546 mil trabalhadores na rua – essa é a verdadeira história das privatizações no Brasil. Em resumo, as privatizações foram mais uma maneira que o Estado utilizou para transferir vultosos recursos públicos para os monopólios capitalistas abocanharem grandes e importantes empresas estatais estratégicas.

Pela devolução das estatais roubadas ao povo brasileiro

É importante lembrar que esses crimes tiveram total apoio dos meios de comunicação da burguesia (rádio, televisão e grandes jornais) que, como deformadores de opinião que são, despejaram centenas de mentiras em ricas campanhas na televisão e milhares de artigos na imprensa dizendo que o dinheiro das privatizações iria para educação, saúde, enfim, para o social. Essa mentira foi repetida centenas de vezes, diariamente, durante meses, por todos os meios de comunicação. Entretanto, a vida encarregou-se de desmascara-las, mostrando que o dinheiro das privatizações foi todo usado para o pagamento dos juros da dívida pública. Por isso, o Partido Comunista Revolucionário (PCR) defende a anulação de todos os leilões fraudulentos e a retomada das estatais para o controle do povo brasileiro, com a punição exemplar de todos os responsáveis por tais crimes.

O avanço e a dominação do capitalismo na agricultura

No Brasil, a terra continua sendo propriedade exclusiva de um número muito pequeno de pessoas. Hoje, menos de 1% dos proprietários, os grandes (que têm mais de mil hectares) controla 44% das terras do país; enquanto isso, 53% dos proprietários, os pequenos (que têm menos de dez hectares) controlam menos de 3% das terras.

Apesar de desde as primeiras décadas do século XX vir ocorrendo o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, é com o golpe militar fascista de 1964, com os governos militares distribuindo empréstimos para grandes empresas formar modernas agroindústrias e exportar para os países imperialistas, que temos a aceleração e o aprofundamento do capitalismo no campo. Por isso, apesar dos 360 milhões de hectares que poderiam ser cultivados no Brasil, somente 36 milhões são usados com lavouras, muito embora 54 milhões de pessoas passem fome.

Vale dizer ainda que esse desenvolvimento se deu conservando parte da velha economia agrícola dos latifundiários, que pouco a pouco foi se convertendo em economia capitalista. Ou seja, o que ocorreu foi a 'modernização' em termos econômicos e técnicos da grande propriedade rural, e sua transformação em grandes empresas capitalistas, e não a destruição dessa grande propriedade através de uma reforma agrária.

As principais contradições existentes no campo

O capitalismo, ao dominar a agricultura, vai aos poucos passando a terra para as mãos da burguesia, dos bancos, dos industriais, dos grandes comerciantes e da burguesia agrária. De fato, as maiores propriedades rurais brasileiras são hoje propriedade de grandes monopólios industriais e financeiros que operam em várias áreas como, comércio, bancos, indústria e também, agricultura. Como mostra a tabela 5, apenas 46 grandes grupos econômicos (leia-se Volkswagen, Itaú, Bradesco, Votorantim, HSBC etc.) controlam sozinhos mais de 20 milhões de hectares. Ou seja, a terra é hoje, no fundamental, um meio de produção que se encontra nas mãos da grande burguesia. Nesse sentido, a agricultura brasileira é, em sua essência, uma agricultura capitalista, pois o conjunto dos seus ramos de produção está submetido às leis econômicas do capitalismo e o que nela predomina são as relações capitalistas de produção, a exploração pela burguesia das massas trabalhadoras do campo.

Analisando os dados sobre a agricultura brasileira, veremos que quase toda a produção agrícola é dominada por grandes empresas agroindustriais pertencentes aos grandes monopólios nacionais e estrangeiros. Hoje, 80% do total dos alimentos consumidos no país, com exceção dos legumes e verduras vendidos nas feiras, passam por algum processo agroindustrial (*A Questão Agrária Hoje*, Editora da UFRGS).

Assim, toda a riqueza produzida no campo fica nas mãos de uma minoria. De fato, o Brasil produz mais de 120 milhões de toneladas de grãos e exporta cerca de US\$ 14 bilhões em produtos agrícolas e agroindustriais. A disponibilidade interna de alimentos, em termos médios, é mais do que suficiente para alimentar toda a população (uma dieta de 3.500 calorias diárias por habitante por ano, bem acima do recomendado internacionalmente). (*FSP*, 28/10/2001). Mas isso não ocorre porque toda essa produção não está sob controle social e sim privado.

Outro dado extremamente importante sobre o avanço do capitalismo no campo diz respeito ao crescimento do uso de máquinas na agricultura brasileira, o grau de mecanização da agricultura. Em 1950 existiam apenas 8.371 tratores no campo. Em 1980, esse número passou para 545.204 tratores, um crescimento fenomenal. E só entre 1988 a 1998, as indústrias de máquinas agrícolas (tratores de rodas e esteiras, colheitadeiras, cultivadores e retroescavadeiras) venderam no mercado interno um total de 293.656 máquinas para agricultura.

O crescimento do uso de máquinas no campo é hoje tão grande que, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Esalq/USP, a mecanização da colheita de cana-de-açúcar no Brasil acabou com 300 mil postos de trabalho no campo em 2002. (*FSP*, 2/07/2002). Uma década atrás, os cortadores de cana eram 60 mil na região de Ribeirão Preto, hoje são 30 mil. E a tendência é diminuir ainda mais. Uma colheitadeira de cana-de-açúcar substitui, em média, 80 cortadores. Cada um desses cortadores recebe em média R\$ 300,00.

Outro exemplo: no cerrado mineiro, a mecanização na colheita passou a utilizar, em 1998, 160 colheitadeiras, sendo a maior região do mundo na colheita mecanizada do café, e, em consequência, 24 mil trabalhadores foram desempregados.

Tabela 5

Os maiores grupos econômicos proprietários de terra no Brasil -1989

Grupo/Empresa	(AT) (há)	LT/A T (%)
SETOR		
FINANCEIRO	839.224	75,9
Bradesco	2.279.07	100,0
Aplub	3	85,5
Bamerindus	254.410	78,5
Bueno Vidigal	240.651	99,6
Benasa	156.083	6,3
B.C.N.	143.865	99,9
Itamarati	131.687	30,3
Boz. Simonsen	114.043	99,9
Safra	107.775	37,3
Itaú	106.595	98,4
Econômico	100.663	82,8
Multiplic	96.540	90,5
SETOR		
INDUSTRIAL	4.160.65	88,0
Manasa/Cifec	8	88,7
C.S.E.M.I.	2.240.48	59,2
Klabin	5	70,7
Votorantim	522.984	100,0
E.N.I.	497.566	67,0
Ometto	492.174	100,0
Uniconn	438.715	91,9
Calcestruzi	405.000	50,3
C.V.R.D.	367.885	26,1
Belgo-Mineira	350.725	31,1
Camargo Correa	288.333	96,5
Mont. Aranha	202.144	95,0
Dedine	190.202	53,7
And. Gutierrez	179.869	9,7
Mannesmann	167.564	91,2
Fischer	138.431	0,3
Nahas	125.690	80,0
Aracruz	119.972	
Subtotal	102.814	86,0
	10.991.2	
	18	

Fonte: Mirad. Citado por José Gomes da Silva, em *A Questão Agrária Hoje*, Editora UFRGS.

O crescimento do trabalho assalariado no campo

O mais revelador do domínio do capitalismo no campo é o crescimento do trabalho assalariado na agricultura brasileira. De fato, como ensina Lênin, "o indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado". (Lênin, *Novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, Editora Brasil Debates, p. 99). E trabalhador assalariado, como também mostra Lênin, é todo aquele que por um salário vende sua força de trabalho, seja durante um ano ou menos. O que importa é que ele tenha na venda de sua força de trabalho a principal forma de se manter e manter sua família.

Segundo dados do Censo do IBGE, o número de trabalhadores assalariados no campo, em 1970, eram 2,7 milhões de trabalhadores. Em 1980, esse número saltou para cerca de 5 milhões ou 23% do total.

Em trabalho publicado no livro *A Questão Agrária Hoje*, o agrônomo e economista Claus Germer afirma, com base no censo agropecuário do IBGE de 1985, que o número total de assalariados no campo é 8.284.000 de trabalhadores, sendo 4.958.000 assalariados plenos e 3.326.000 semi-assalariados (*A Questão Agrária Hoje*, Editora da Universidade). Isso apesar de todo o enorme avanço da mecanização na agricultura brasileira.

O fato de grande parte desse semi-assalariado ter ilusão em vir a ser um grande fazendeiro ou empresário agrícola, como muito bem assinala Claus Germer, em nada altera a sua condição de explorado por um capitalista, mediante a venda de sua força de trabalho. Da mesma forma que o fato de operário urbano ter ilusão de se transformar num grande patrão, ganhando na loteria ou abrindo seu próprio negócio não faz com que ele deixe de integrar o proletariado brasileiro.

Na realidade, dada a total falta de apoio do Estado aos pequenos agricultores, a maioria deles não consegue sobreviver exclusivamente do que produz nos seus estabelecimentos rurais e complementa seu orçamento familiar com outras fontes de renda. Estudo com 1.837 responsáveis por propriedades agrícolas entre 1997 e 1998, realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA) mostrou que 82% dos entrevistados têm outras fontes de renda geradas fora de suas propriedades. Em 40,9% dos casos, a fonte alternativa de renda é a aposentadoria. Esse índice é maior nas propriedades pesquisadas no Ceará (50%) e no Sul (45%). Segundo ainda a pesquisa, há uma distribuição de mão-de-obra familiar: alguns dos parentes trabalham no campo, enquanto outros (normalmente os filhos mais velhos) têm uma ocupação fora da propriedade. Desse modo, a renda de grande parte dos pequenos proprietários vem, principalmente, do trabalho assalariado ou da aposentadoria.

Por outro lado, com o avanço da mecanização da agricultura, o crescimento das importações agrícolas e, também, como resultado do aprofundamento da crise do capitalismo, houve uma brutal redução da força de trabalho ocupada no campo. Conforme mostra o censo agropecuário do IBGE, em 1985 o número de trabalhadores na agropecuária era 23.394.919; em 1996, esse número caiu para 16.647.037, uma diminuição de 28,8% (*IBGE, Desemp, CUT*).

Por sua vez, segundo dados, do agrônomo Claus Germer, a grande burguesia agrária, em 1985, dona de 9,8% do número total de estabelecimentos agrícolas, é proprietária de 3/4 da área agrícola e do rebanho bovino do país, ou seja, 75%, além de também ser proprietária de mais da metade das áreas de lavouras e dos tratores (*A Questão Agrária Hoje*). Mais: o 1% mais rico da população detém 63% de todas as terras e 99% dos rebanhos. Portanto, no Brasil, os milhões de cabeças de gado existentes – assim como as terras, as indústrias e os bancos – são propriedade, no fundamental, de uma única classe: a burguesia. Os mesmos donos dos bancos, das indústrias e os grandes latifundiários são também os donos do gado.

E, se de um lado cresce a concentração de terra em poucas mãos, de outro aumenta a violência contra os camponeses. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 1985 a 2002 foram registrados 1.280 assassinatos de camponeses, advogados, técnicos, lideranças sindicais e religiosas ligados à luta pela terra e, entre os mandantes desses crimes, somente 14 foram julgados, sendo sete condenados. De

1985 a 2002, ocorreram 6.330 prisões arbitrárias de trabalhadores rurais, 715 casos de tortura e 19.349 agressões físicas.

Logo, a enorme mecanização que vem ocorrendo na agricultura brasileira, o uso intensivo de fertilizantes na produção agrícola, o emprego e o uso crescente do trabalho assalariado, o domínio sobre a quase totalidade da produção agrícola e pecuária de grandes monopólios industriais e bancários e de grandes empresas agro-industriais, a posse da terra nas mãos da burguesia, etc. não deixam nenhuma dúvida sobre o predomínio do capitalismo na agricultura brasileira e de que a principal contradição existente no campo hoje é entre uma burguesia dona dos meios de produção, e de outro lado, o proletariado rural e os camponeses pobres.

Capitalismo leva à ruína pequenos e médios proprietários no campo

Da mesma forma que a concentração do capital ocorre na indústria, ocorre também na agricultura. De fato, embora, devido ao monopólio da propriedade privada da terra exista uma diferença entre sua dominação na indústria e na agricultura, no capitalismo, as leis econômicas do desenvolvimento do capitalismo são as mesmas na indústria e na agricultura. Dessa maneira, o avanço do capitalismo acarreta a ruína de milhões de pequenos e médios agricultores e um enorme desemprego no campo.

Nem poderia ser diferente, uma vez que no capitalismo a grande e moderna propriedade agrícola possui enormes vantagens sobre a pequena propriedade: uso de tratores, colheitadeiras, fertilizantes, uso de produtos químicos, trabalho assalariado, etc., o que permite que a grande propriedade capitalista na agricultura tenha uma gigantesca produtividade no trabalho e os custos de produção sejam barateados. Já os pequenos produtores, seja pelos altos preços das máquinas agrícolas, seja pela ausência de capital, são obrigados a usar apenas a força humana sua e da sua família, pois não podem nem mesmo contratar trabalho alheio. Vale dizer ainda que a grande produção agrícola tem o domínio não só a produção, mas também sobre a comercialização dos produtos. Assim, a pequena propriedade agrícola no capitalismo mantém-se com profundas privações e o camponês e sua família, mesmo se matando de trabalhar para salvar sua aparente independência, acabam perdendo suas terras e sucumbindo na miséria.

São vários os mecanismos que levam ao desenvolvimento das grandes empresas agrícolas e à destruição das pequenas no regime capitalista. Um desses mecanismos é, sem dúvida, a exploração do capital financeiro. O pequeno agricultor, mas também uma grande parcela dos médios proprietários, solicita empréstimo ao banco para comprar sementes, uma máquina, fertilizantes ou mesmo para pagar impostos e complementar suas despesas. Faz isso enquanto espera a safra e o resultado da sua venda. Por esse empréstimo, no caso das máquinas agrícolas os juros são de 14,5% ao ano, e o banco recebe como garantia a terra. Ao vencer o prazo, se o agricultor não pagar o empréstimo, perde a propriedade. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entre 1992 e 1998 os imóveis com mais de 2 mil hectares por fazenda, que eram 19.077, passaram para 27.556, e a área controlada por eles, passou de 121 milhões hectares para 178 milhões de hectares, representando 43% de todas as terras. De outro lado, segundo o IBGE, entre 1985 e 96 desapareceram cerca de 940 mil estabelecimentos agrícolas, 96% deles com áreas inferiores a cem hectares, dos quais 73% até dez hectares. (*FSP, 14/5/2000*)

A cada ano cresce o número de pequenas e médias propriedades hipotecadas. Arruinados, sem a terra, com dívidas, os pequenos agricultores são obrigados, após perderem suas propriedades, a engrossar o exército de desempregados, deixar o campo e ir para a cidade.

Em síntese, seja por causa do baixo preço dos produtos agrícolas (comparados com os preços dos produtos industriais), seja pela ausência de crédito ou dos juros exorbitantes, o que dá no mesmo,

seja por conta da baixa produtividade, etc., o fato é que os pequenos agricultores são arruinados pela grande burguesia. Em outras palavras, o capitalismo, definitivamente, condena o pequeno proprietário rural ao empobrecimento e à miséria.

Quem lucra com o financiamento da agricultura pelo Estado

O financiamento do Governo Federal à agricultura em 2003/2004 destinou R\$ 27 bilhões para as grandes empresas capitalistas no campo, nacionais e estrangeiras. Para o Pronaf, a agricultura familiar, ficaram somente R\$ 5,4 bilhões.

Mais: metade dos empréstimos agrícolas, cerca de R\$ 13,755 bilhões, concedidos pelo Banco do Brasil vai para um grupo formado por 21 empresas agrícolas. Além do mais, os grandes empresários da agricultura sempre têm suas dívidas com o Banco do Brasil perdoadas. Em 2002, por exemplo, o Congresso Nacional perdoou até 60% das dívidas dos grandes proprietários rurais, um abatimento de R\$ 1 bilhão. (*FSP*, 22/08/99).

Já os trabalhadores, os verdadeiros produtores das riquezas, quando não pagam a conta de energia, têm a *luz* de casa cortada.

Esses números mostram claramente que é para os bolsos de grandes proprietários rurais que vai o dinheiro que o Estado capitalista usa na agricultura brasileira.

Além desses bilhões, as grandes empresas agrícolas contam com outros benefícios como: redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para máquinas e equipamentos agrícolas, preços mínimos garantidos, empréstimos externos e outras vantagens.

Na realidade, quem lucra com a atual organização econômica no campo brasileiro são os grandes monopólios capitalistas nacionais e estrangeiros que têm empresas no campo. Prova disso é o fato de que mesmo o Brasil sendo um dos países com mais pobres do mundo, em 1998 e 1999 mais de 2 milhões de toneladas de laranja apodreceram no pé. Segundo os proprietários dos laranjais, era mais barato deixar as laranjas apodrecerem do que colhê-las. Pior: devido aos baixos preços da laranja no mercado internacional, só em 2000, foram destruídos (arrancados) 8 milhões de pés de laranja em São Paulo – região que produz 87% da laranja do país e 98% do suco exportado. Em seu lugar, foi plantada cana-de-açúcar, já que o açúcar tinha preço melhor no mercado externo.

O mesmo se observa na pecuária brasileira. Há no Brasil cerca de 170 milhões de cabeças de gado. Em 2001, os donos dos grandes frigoríficos do país exportaram 789 mil toneladas de carne bovina e faturaram quase US\$ 1 bilhão. Em 2002, mais 840 mil toneladas foram embarcadas para o exterior. Com essa exportação, os capitalistas vão ganhar US\$ 1,054 bilhão (*Jornal Painei Rural – FSP*, 26/11/02). Nosso povo, porém, passa dias sem ter o que comer.

Quando tanto os meios de comunicação como as entidades empresarias da agricultura dizem defender a agricultura do Brasil, o que fazem, na realidade, é a defesa dos interesses da burguesia. Foi o caso da chamada guerra comercial do Brasil com o Canadá, quando governo e a imprensa burguesa defenderam os proprietários dos 170 milhões de cabeças de gado e do quase US\$ 1 bilhão que esses senhores ganham exportando carne. Atrás de palavras em defesa dos interesses nacionais, o que realmente fazem é a velha defesa dos lucros dos capitalistas.

Tanto é verdade que, quando um dos milhões de pobres do Brasil, desempregado, sem terra e morrendo de fome, se “atreve” a ocupar uma das fazendas dessa minoria de milionários e pegar uma das milhões de cabeças de gado para aplacar a fome de sua família, surgem logo os gritos da burguesia para que o governo mande seus soldados expulsar os trabalhadores da santificada propriedade privada.

Logo, o que o Estado chama de política agrícola é, na verdade, o financiamento pelo Estado das empresas capitalistas, uma vez que quase toda a produção agrícola é apropriada pelos donos da terra e pelos grandes proprietários e pelas modernas empresas capitalistas existentes no campo.

A ameaça dos transgênicos à saúde e ao meio ambiente

A agricultura tem importância vital para a humanidade, mas para garantir a segurança e a soberania alimentar é preciso observar que ela tem passado por importantes mudanças, desde a chamada revolução verde até os nossos dias, em que se impõe a ameaça sombria dos transgênicos. Cabe, assim, uma análise detalhada sobre o impacto dos transgênicos no meio ambiente e na saúde.

Vemos na história da humanidade que, desde que descobriu a agricultura, o homem produziu suas próprias sementes. A cada safra selecionavam-se as melhores para o replantio, e o uso era universal, com as sementes compartilhadas. Hoje, depois de terem criado nos porões da Organização Mundial do Comércio (OMC) uma matriz de lei que “disciplina” a propriedade intelectual, ou seja, que privatiza o conhecimento, a “Lei de Patentes” transformou-se num dos grilhões com que os capitalistas pretendem escravizar a humanidade e tirar dela quaisquer perspectiva de soberania alimentar.

Do ponto de vista da economia, os desequilíbrios promovidos pelo uso indiscriminado de transgênicos derivam da própria tendência à concentração do capital, alavancado pelo poder político dos grandes monopólios capitalistas.

Sob a vigência da Lei de Patentes, entretanto, as corporações produtoras de sementes controlam toda a cadeia produtiva de alimentos. A Monsanto, por exemplo, para controlar a produção de sementes geneticamente modificadas como a da soja, toma o cuidado de produzir sementes híbridas do tipo conhecido como “Roundup”, que só germina uma única vez. A produção é feita levando em conta o combate às pragas e ervas daninhas, de modo a eliminar a mão-de-obra e elevar a produtividade e, ao mesmo tempo, fornecer um pacote único de venda casada de fertilizantes, sementes e herbicida, e, sobretudo, levando em conta o controle total da produção, isto é, o monopólio privado dos produtos alimentícios, com o que termina impondo o produto e o preço das mercadorias, ou seja, dos alimentos.

Para o produtor rural, no início, os transgênicos se apresentam como um grande negócio. A Monsanto dá as sementes como amostra grátis e fornece também o herbicida. No primeiro ano, a safra é muito promissora, menos trabalhosa e de maior rendimento.

Já no segundo ano, o agricultor tem que comprar fertilizantes, sementes (uma vez que não foi mais possível reservar uma parte da safra para replantio, pois o produto é todo híbrido) e herbicida para combater as pragas e ervas daninhas. A rentabilidade já não é mais a mesma mas, ainda assim, e com algum prejuízo, ele vai para o terceiro ano, e aí, depois da safra, se depara com a queda do preço de seu produto, que caiu como consequência da grande oferta de grãos. Todos entraram nesse processo e todos aumentaram a produção – deste modo terão que estocar em silos próprios ou alugados e procurar recuperar possíveis perdas no período de entressafra. Mas o produtor já estará percorrendo o inevitável caminho do seu desaparecimento, mergulhado em empréstimos que não mais pode honrar.

No meio ambiente

Na esfera do meio ambiente é preciso destacar que o herbicida acima referido é um potente veneno conhecido como “Roundup”. Trata-se de uma solução de glifosato usado para eliminar as ervas daninhas que sempre disputaram os nutrientes da terra com as ervas boas. Hoje, basta um aviãozinho para fumigar o herbicida e, pronto, milhares de mãos ficam sem salários. Acontece que esse veneno, se por um lado é eficiente para combater as ervas sem valor comercial, por outro lado mata as bactérias responsáveis pela fixação de nitrogênio no solo, deixando as plantas sem o vital gás.

Pode-se dizer, sem dúvida alguma, que deste modo estão esterilizando a Mãe Terra. Entretanto, outros aspectos de gravidade para o meio ambiente podem ser observados após o uso contínuo de glifosato, num fenômeno parecido com a infecção hospitalar. Mediante a polinização, o cruzamento entre as variedades vegetais está sempre presente, e as plantas, nesse processo, estão sujeitas a adquirir características emprestadas, por assim dizer – ao receber o pólen transgênico, a erva daninha adquire a resistência ao glifosato, transmitindo tal característica a suas sementes. Desse modo, fecha um ciclo de reprodução que terá como resultado o posterior aumento da dosagem de veneno a cada ano, a cada fumigação.

Na saúde

Mas o que dizer sobre o impacto desses produtos “alimentícios” na saúde do ser humano ou até mesmo nos rebanhos? Se o glifosato mata as colônias de bactérias, será que é inofensivo ao ser humano? Até agora se sabe de casos em que, ao se transporem os genes de amêndoas, pessoas alérgicas a amêndoa morreram de asfixia. Outros casos de mutações genéticas entre plantas e animais ou com insetos, tais como ratos e baratas, estão sendo utilizados, à procura do combate às pragas nos depósitos de grãos e alimentos. Será que não reside nisto a proliferação em grande escala de doenças como osteoporose e lupo ou até mesmo estranhas viroses do tipo cancerígeno? Enfim, até o presente momento a saúde das pessoas não tem sido merecedora da preocupação das corporações multinacionais.

Por isso, alimentação não pode estar em mãos inescrupulosas daqueles que têm como única preocupação o lucro. Todas as terras e as indústrias da alimentação não podem ficar sendo objeto de monopólio privado. A alimentação deve estar garantida pelo Estado em quantidade e qualidade para todos. Por isso, defendemos uma Reforma Agrária que garanta a segurança e soberania alimentar.

A importância da união entre o proletariado e os camponeses pobres

Com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, temos, portanto, o empobrecimento, a ruína e a proletarização dos pequenos e de uma parcela dos médios agricultores, uma parcela, já que outra alcança uma modernização de suas propriedades e integra-se na estrutura comercial capitalista. Como resultado, as contradições do capitalismo são levadas ao extremo: agricultores perdem suas terras; suas famílias são desagregadas; seus filhos morrem doentes ou de fome; tem-se o êxodo rural de agricultores e muitos são transformados em biscateiros ou mesmo mendigos. O capitalismo agrava, assim, as contradições com esses pequenos agricultores que, arruinados, são levados a uma grande revolta contra os grandes proprietários exploradores que lhes roubaram suas terras. Dessa forma, ocorre a radicalização da luta pela terra, vêm as ocupações e cresce a luta por uma reforma agrária.

Desse modo, só é possível solucionar as contradições existentes no campo com a socialização dos meios de produção e a nacionalização da terra. Em outras palavras, trata-se de substituir os parasitas, os exploradores, a grande burguesia industrial, financeira e agrária e a oligarquia latifundiária, que exploram com o objetivo de obterem grandes e enormes lucros, pela administração dos operários e dos camponeses, dos que produzem e geram as riquezas.

Portanto, no capitalismo não é possível nenhum efetivo melhoramento da situação dos pequenos agricultores. Por isso, os interesses das massas de camponeses pobres coincidem com os interesses do proletariado, o que quer dizer que a revolução socialista é, também para os camponeses pobres, o único caminho para alcançarem a melhoria da sua condição de vida. E é exatamente aqui que temos a base econômica da aliança entre o proletariado e os camponeses pobres na luta contra o regime capitalista.

Da mesma maneira que as classes ricas estão sempre unidas em torno de seus interesses fundamentais e não medem esforços para defender o lucro e a propriedade privada, a classe operária, os camponeses e todo o povo devem se organizar e lutar por seus interesses, quais sejam: em vez de capitalismo, socialismo; em vez de exploração, colaboração; e em vez de traição à pátria e espoliação das riquezas nacionais, verdadeira defesa do país, do seu povo e da soberania. Uma luta que só será possível com a classe operária e os camponeses unidos, conscientes e organizados num verdadeiro partido revolucionário.

A superexploração dos trabalhadores brasileiros

Com o objetivo de evitar as constantes quedas na taxa de lucro, os monopólios capitalistas desenvolvem variadas formas para aprofundar a exploração da classe operária, e desse modo, aumentar a mais-valia.

Como ensina Karl Marx em *O Capital*, as duas formas principais de os capitalistas aumentarem a mais-valia, e conseqüentemente, seus lucros são: a mais-valia absoluta e a mais-valia-relativa.

“À mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais-valia absoluta; à mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa”. (Karl Marx, *O Capital*, volume I)

Por sua vez Lênin em seu artigo *Karl Marx*, explica que "o aumento da mais-valia é possível graças a dois processos fundamentais: o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) e a redução do tempo de trabalho necessário (mais-valia relativa)".

Por essa razão, as medidas adotadas pelos governos capitalistas para superar as crises econômicas são sempre no sentido de aumentar a exploração dos trabalhadores para obter uma maior mais-valia absoluta ou relativa e permitir maiores lucros para a burguesia. De fato, na fase de dominação dos monopólios e da oligarquia financeira e durante as crises na economia capitalista, cresce o grau de exploração da classe operária, uma vez que o desemprego (o exército industrial de reserva) aumenta enormemente e os salários, já baixos, são ainda mais reduzidos.

Tornou-se assim comum a defesa, pelos grandes meios de comunicação que estão nas mãos da burguesia, de medidas para aumentar a exploração sobre as massas trabalhadoras, inclusive defendendo o fim de direitos dos trabalhadores conquistados em décadas de luta. Para isso, dezenas de leis vêm sendo adotadas visando legalizar a superexploração da força de trabalho, extinguir direitos trabalhistas e enfraquecer os sindicatos.

Exemplo é o que não falta: aumento da produtividade do operário; formação de falsas cooperativas; contratação de trabalho a domicílio, economizando luz, instalações etc; pagamento por peça produzida e não por hora de trabalho; redução geral dos salários; ampliação do trabalho temporário para a indústria e terceirização, entre outras. Para esconder o verdadeiro caráter dessas medidas, a burguesia e o governo as denominam de "flexibilização das relações de trabalho". Entretanto, o mais correto é chamá-las pelo que realmente são: superexploração da força de trabalho e verdadeiro atentado contra direitos conquistados pelos trabalhadores. Aliás, é grande o crescimento do número de trabalhadores que trabalham sem nenhum direito. Segundo dados do IBGE, 36 milhões dos 57 milhões de pessoas que fazem parte da população economicamente ativa trabalham sem carteira assinada e por conta própria. (29/04/2001. *FSP*).

Mais. Estudo do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Econômicas e Sociais (Dieese) em conjunto com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC revela com precisão o aprofundamento nos últimos anos da exploração dos operários pela classe dos capitalistas no Brasil. Entre 1992 e abril de 2000, os ganhos de produtividade na indústria de São Bernardo do Campo foram da ordem de 95%. Em todo o Estado de São Paulo, o crescimento foi de 133%. Isso significa que o operário da indústria brasileira produz hoje, em uma hora, quase o dobro do que produzia há oito anos no mesmo período de tempo. Porém, os salários não acompanharam esse aumento da produtividade. Assim, enquanto as vendas da indústria, em valores reais, cresceram 45% entre 1992 e 2000, a produtividade cresceu 95% e o pessoal empregado diminuiu 25%.

Um exemplo citado pelo próprio estudo do Dieese é ainda mais revelador desse aumento da exploração dos operários: uma empresa de elevadores do ABC, que produzia há dez anos 25 elevadores por semana com 1.450 trabalhadores, hoje produz 90 elevadores, com apenas 463 trabalhadores. Ou seja, as inovações tecnológicas aumentaram o ritmo de trabalho e a produção por operário.

Na realidade, o que tem tornado a indústria brasileira mais competitiva, na relação com a de outros países, é o fato de aqui estar se realizando uma das maiores taxas de mais-valia do mundo. De fato, o índice de produtividade (também chamado de Unit Labor Cost, ULC, ou índice de custo unitário do trabalho), avançou de 100 para 192,4 em 1999.

Não é de hoje que os trabalhadores brasileiros vêm produzindo mais e ganhando menos. Em 1959, um trabalhador da indústria necessitava ganhar o equivalente a 65 horas de trabalho para adquirir uma ração essencial mínima. Em 1979, para adquirir essa mesma ração, ele precisava trabalhar 153 horas.

Esse aprofundamento da exploração da força de trabalho também ocorre com o aumento das horas extras por trabalhador. Tornou-se uma prática generalizada em todos os setores da economia, a adoção das horas extras. Na indústria, por exemplo, em 1988, 21,3% dos operários trabalharam acima da jornada legal; em 1996, esse índice passou para 41,4%. O resultado é que tem crescido enormemente o número de mortes e acidentes de trabalho entre os trabalhadores (o Brasil é o país de maior número de mortes por acidentes de trabalho, segundo a OIT), como também de doenças que vão desde ao esgotamento físico e psíquico a problemas de coluna, lesões por esforço repetitivo etc. Para se ter uma idéia ainda mais clara dessa exploração, se acabassem as horas extras realizadas pelos operários no Brasil, seria possível criar mais 3,5 milhões de empregos na indústria.

Portanto, apesar da introdução de novas tecnologias, a modernização da indústria no Brasil vem sendo realmente feita à custa de uma enorme redução da força de trabalho no setor industrial, graças à superexploração ou aumento de produtividade e, também, da eliminação de vários direitos dos trabalhadores.

A terceirização e o aprofundamento da exploração capitalista

Para aumentar a mais-valia e, conseqüentemente, os lucros, o capital tem adotado uma política de superexploração, procurando impor um regime de trabalho que lhe seja ainda mais favorável. Ou seja, busca-se dar ao capital, em sua função de direção, maior liberdade para contratar, demitir e usar o trabalho na medida que necessite, isto é, impor salários abaixo do valor da força de trabalho, de maneira a deter a queda nas taxas de lucro.

É nesse sentido que surge a chamada “terceirização”, ou melhor, a mais nova invenção encontrada dos capitalistas para aumentar a exploração da força de trabalho, ou seja, a superexploração dos trabalhadores com o objetivo de obter o máximo lucro: operários recebendo salários duas ou três vezes menos e trabalhando duas vezes mais. Então, o capitalismo, para manter-se mesmo morto-vivo, necessita aumentar a mais-valia, e esse aumento só é possível com o crescimento da exploração. Logo, a “terceirização” em nada muda o fato de que é a propriedade privada dos meios de produção a fonte da exploração do homem pelo homem e de que é a exploração capitalista que vem o lucro dos patrões.

As falsas cooperativas: mais um plano dos patrões para enganar os trabalhadores

Além da terceirização, uma das formas mais usadas hoje pela classe capitalista para aumentar a exploração da força de trabalho é a formação de falsas cooperativas de trabalhadores. Criadas sob a Lei das Cooperativas, essas entidades transformam os sócios em 'autônomos'. As cooperativas são contratadas pelas empresas que ficam livres de respeitar qualquer direito trabalhista, como férias após 12 meses de trabalho, repouso semanal remunerado, licenças maternidade e paternidade, FGTS, jornada de trabalho de 8 horas, etc. São mais de 5 milhões de trabalhadores que por esse sistema estão privados de todas as conquistas que a classe operária brasileira alcançou nos últimos 100 anos. Nas regiões norte e noroeste de São Paulo, por exemplo, 45 mil colhedores de laranja foram obrigados, para

conseguir trabalho, a participar desse tipo de cooperativa.

Na maioria das vezes, o que tem acontecido é que as empresas demitem seus empregados, até então contratados pela Consolidação das Leis Trabalho (CLT), e mantêm os ex-funcionários como cooperados, trabalhando da mesma forma (horário, atividade), mas sem nenhum direito. São falsas cooperativas: primeiro, porque os “cooperados” não são donos daquilo que produzem e, segundo, não há nenhuma divisão do lucro entre os membros das falsas cooperativas. Pelo contrário, o lucro fica todo com o patrão.

No Ceará, dos 15 mil operários que trabalham na indústria de calçados, 3.500 são “cooperativados”. A Grendene, que controla a produção de 7,5 milhões de pares de sapatos e tem sete fábricas no Estado, é a que mais se beneficia dessa exploração. Duas outras cooperativas criadas fornecem trabalhadores para a Dilly Nordeste, também no Ceará. Cada uma dá 140 operários para a fábrica. Cada operário recebe menos de um salário mínimo por mês e produz 2.800 pares de sapatos por dia (*FSP*, 18/01/98). Em São Paulo, um trabalhador de cooperativa que colhe laranjas, após 12 a 14 horas de trabalho, ganha por semana R\$ 20,00.

A exploração do trabalho infantil

Um outro meio encontrado pelos capitalistas para também intensificar a exploração da força de trabalho é o trabalho de menores. De fato, hoje, 40% das crianças do país, quase 20 milhões, segundo o IBGE, são pobres; cerca de 2,7 milhões de crianças entre 10 a 17 anos só trabalham e não estudam, e cerca de 3,5 milhões de crianças, também entre 10 e 17 anos, trabalham mais de 40 horas semanais. Segundo estimativa do IBGE, 226 mil crianças menores de 14 anos trabalham duro todo dia em Pernambuco para aumentar a renda familiar. No interior do Estado, 1.600 crianças trabalham cerca de 15 horas por dia em casas de farinha e recebem cerca de R\$ 7,00 por semana.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Brasil possui 6,6 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. 364 mil meninas com idade entre 10 e 16 anos são exploradas como empregadas domésticas no Brasil. Isso representa 8% do total de 4,48 milhões de trabalhadores no setor, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1998. A maioria não tem direitos trabalhistas garantidos, acumula jornada igual à de adulto e não estuda. (*FSP*, 22 de maio de 2002).

No interior de Pernambuco, crianças de todas as idades levantam às 4h30 da manhã para lutar pela sobrevivência em pedreiras, canaviais, casas de farinha, olarias, carvoarias. São milhares de trabalhadores mirins que recebem de 5 a 15 reais por semana. Outros trabalham quebrando rochas com martelo sob um sol escaldante no sertão do Araripe, na periferia de Araripina. Os que trabalham nas casas de farinha trabalham até tarde da noite numa temperatura que chega a até 40 graus por causa da existência dos fornos e respirando pó de farinha. Quando há muito serviço o menor chega a tirar R\$ 15,00 por semana, mas normalmente ganha somente R\$ 7,00.

O agravamento das condições de trabalho no Brasil

As condições em que trabalham os operários brasileiros estão entre as piores do mundo. No Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, na cidade de Sapiranga, a Rojana Calçados aumentou 14 vezes sua produção. Em 1995, fabricava 550 pares por dia. Em 2000, chegou a 7 mil por dia. Aos 45 empregados iniciais somaram-se 110 e outros 300 profissionais prestadores de serviço. Cada operário produzia 5 pares por dia; hoje, cada operário produz 23 pares por dia.

Pior: em vários Estados os trabalhadores não têm nenhum direito trabalhista respeitado e são obrigados a jornada de trabalho de até 12 horas. Porém é no Nordeste onde a exploração ocorre com maior intensidade. No Estado do Ceará, na cidade de Barbalha, 750 operários trabalham no mínimo

12 horas na produção de rapadura, para ganhar de R\$ 5 a R\$ 8,00 ao dia, um prato de comida e uma barra de doce. Na Bahia, na cidade de Camaçari, os operários metalúrgicos recebem R\$ 450,00 pelo mesmo trabalho que os operários de São Bernardo do Campo fazem por R\$ 1.700,00.

Também no Nordeste, sob uma temperatura de 40 graus, menores trabalham de domingo a domingo na colheita de feijão. Por cada quilo colhido (na maioria das vezes a colheita é feita por toda uma família) recebem R\$ 0,10 e no supermercado, esse mesmo quilo de feijão é vendido por R\$ 3,00.

Independentemente desses mecanismos que analisamos, já ocorre uma superexploração da força de trabalho no Brasil. O custo da mão-de-obra no país é de míseros R\$ 3,04 por hora no setor manufatureiro, enquanto na Coreia é de US\$ 4,93; na Espanha, de US\$ 11,73; nos EUA, de US\$ 16,91; e na Alemanha de US\$ de 24,87, segundo a OIT.

Mas não pára aí. De julho de 2002 a julho de 2003, segundo o IBGE, o salário do trabalhador brasileiro teve uma queda de 16,4%.

Segundo o Dieese, o valor ideal do salário mínimo em abril de 2003, para atender às necessidades básicas com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e Previdência Social de uma família de quatro pessoas, deveria ser R\$ 1.466,73, ou seja, seis vezes o salário mínimo em vigor, que é R\$ 240,00.

Como fica claro, os capitalistas buscam aumentar a exploração dos trabalhadores para obter superlucros e manter seus privilégios. Por isso, a classe operária e os trabalhadores devem opor a máxima resistência a essa política. Em resumo, o crescimento da monopolização, da dominação imperialista e do domínio da oligarquia financeira sobre a economia brasileira tem acarretado o aumento da miséria, da fome e da exploração das massas trabalhadoras e, dessa maneira, aprofundado a contradição entre a grande burguesia e o proletariado. É, portanto, esse regime capitalista monopolista, dependente e dominado por uma reduzida camada de privilegiados, especuladores e parasitas, o responsável maior pela miséria e pelo atraso em nosso país.

Pobreza é consequência do sistema econômico existente no Brasil

A consequência natural desse avanço do capitalismo em nosso país é, de um lado, a criação de uma minoria de grandes magnatas do dinheiro, industriais, comerciantes e banqueiros, que são donos de ilhas e praias inteiras, constroem verdadeiros palácios e suntuosas mansões. Já do outro lado, o operário coloca a maior parte do seu tempo não para viver, mas para viver para seu patrão e enriquecê-lo. Mais: a cada dia o trabalhador tem mais dificuldade de encontrar um trabalho e, ao lado dos luxuosos palácios dos ricos, levanta favelas, casas de papelão e fica mais pobre.

De fato, hoje no Brasil, de cada seis pessoas uma está desempregada, e o salário mínimo é um dos menores do mundo. Em São Paulo, a cidade mais rica do país, a cada oito dias surge uma nova favela. Mesmo assim, o país continua pagando quase US\$ 20 bilhões por ano de uma dívida externa que não pára de crescer.

Assim, a consequência do crescimento do capitalismo é exatamente a piora das condições de vida dos trabalhadores. Em outras palavras, enormes riquezas ficam nas mãos dos capitalistas, enquanto a imensa maioria da população afunda na miséria.

Por que as crises econômicas são cada vez mais frequentes

As crises não são uma novidade na vida econômica da humanidade. No modo de produção feudal, o feudalismo, por exemplo, também ocorreram crises, só que a causa principal eram, em geral, os fenômenos naturais – secas, inundações – ou os fenômenos sociais, como as guerras. Essas calamidades, porém, nada têm em comum com as crises que periodicamente abalam a sociedade capitalista.

As crises do capitalismo são crises de superprodução. Isto é, não são crises causadas pela indigência, mas crises causadas pela riqueza. Nenhum dos modos de produção anteriores ao modo de produção capitalista conheceram crises semelhantes. Elas se produzem no momento em que as lojas e fábricas ficam abarrotadas de mercadorias porque poucos podem comprar. São, dessa maneira, crises de superprodução relativa.

Vejamos três exemplos.

Está sobrando frango no Brasil, apesar de toda a fome que o povo passa. Em 2002, a produção de frango no país chegou a 7,43 milhões de toneladas. E mesmo sendo exportados 1,6 milhão de toneladas, houve uma queda de 10% do consumo no mercado interno. Mas essa queda não foi apenas no Brasil; a Rússia, que comprou 300 mil toneladas de frango, irá comprar apenas 33,3 mil toneladas em 2003.

A indústria automotiva tem hoje capacidade instalada para produzir 3,2 milhões de veículos por ano. Entretanto, a produção em 2003 foi 1,8 milhão de unidades. Mesmo assim, os pátios das montadoras estão abarrotados de carros, pois não há compradores no mercado, embora o governo tenha, mais uma vez, reduzido o Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) para os automóveis.

O maior grupo capitalista do Brasil, o Votorantim, possui 16 fábricas de cimento. Juntas, as fábricas têm condição de produzir 41 milhões de toneladas de cimento por ano, mas fabricam apenas 16 milhões, pois não há no mercado compradores suficientes para tanto cimento, embora mais de 10 milhões de famílias necessitem de casa para morar.

Portanto, trata-se de uma superprodução relativa, isto é, sobram mercadorias em relação ao reduzido número de consumidores que efetivamente podem comprar, mas não em relação às reais necessidades da imensa maioria da população.

Por outro lado, quando um capitalista toma a decisão de fazer investimentos para ampliar sua produção de carros, por exemplo, e desenvolve para tanto novas tecnologias ou conquista novos mercados, de certa forma faz suposições, isto é, especula. Pois as pessoas não decidiram que querem mais carros, foi o capitalista que tomou essa decisão junto com os executivos de sua empresa. Tal situação, a especulação na economia real, é também uma das causas da anarquia na produção.

A contradição fundamental do capitalismo

Na verdade, o modo de produção capitalista traz em seu interior uma profunda contradição: a contradição entre o caráter social da produção e a propriedade privada dos meios de produção. Assim sendo, apesar de todos os membros da sociedade dependerem uns dos outros para produzir, os meios de produção continuam sendo propriedade de uma minoria, da burguesia. De fato, a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação capitalista, privada dos meios de produção é a contradição fundamental do capitalismo. À medida que o capitalismo vai-se desenvolvendo, essa contradição se aprofunda, e por isso cresce o antagonismo de classe entre a burguesia e o proletariado.

O capitalista, o dono dos meios de produção, se apropria das mercadorias produzidas e procura vendê-las com lucro para converter em dinheiro a mais-valia incorporada nos produtos. Mas com o aumento do desemprego, cada vez menos pessoas podem comprar mercadorias; em consequência, muitos produtos não são vendidos, não se realizando a mais-valia que eles contêm. Por sua vez, essa contradição é a causa da anarquia da produção e das crises constantes na sociedade capitalista. A crise está assim ligada ao modo de produção capitalista.

Desse modo, o sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo, é o verdadeiro responsável pelas grandes crises econômicas que têm sacudido o mundo nos últimos anos e que se tornam cada vez mais frequentes, apesar de todas as medidas adotadas pelos governos. Aliás, a inevitabilidade das crises no sistema capitalista é mais uma prova da caducidade desse modo de produção e da necessidade de sua destruição.

A causa da crise é o sistema capitalista

Levados pela ganância de obter cada vez mais lucros, os capitalistas ampliam, continuamente, a produção, aperfeiçoam a técnica, empregam novas máquinas e lançam imensas quantidades de mercadorias no mercado. Josef Stálin, fundador, ao lado de Lênin, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sintetizou assim a teoria marxista sobre as crises econômicas no capitalismo:

“A base da crise econômica de superprodução, sua causa, reside no sistema mesmo da economia capitalista. A base da crise é a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista de apropriar-se dos frutos da produção. Esta contradição fundamental do capitalismo se manifesta na contradição entre o aumento gigantesco da capacidade de produção do capitalismo, aumento cujo fim é obter o máximo de benefícios para os capitalistas e a redução relativa da demanda dos milhões de trabalhadores, cujo nível de vida os capitalistas se esforçam por manter nos limites mínimos. Com o objetivo de vencer a concorrência e alcançar os maiores benefícios, os capitalistas se vêem obrigados a desenvolver a técnica, a praticar a racionalização, intensificar a exploração dos operários e elevar ao máximo a capacidade de produção das empresas. Para não ficarem ultrapassados, todos os capitalistas têm que seguir esse caminho de desenvolvimento da capacidade de produção.

“No mercado interior e no mercado exterior, porém, a capacidade aquisitiva de milhões de operários e camponeses – que são, ao fim das contas, os compradores fundamentais – permanece em um nível baixo, daí a crise de superprodução. A crise de superprodução é um expoente dessa contradição em formas violentas e destrutivas.” (J. Stálin, *Informe ao XVI Congresso do PCUS, Obras*, tomo 12, 1930).

A crise na economia capitalista não significa que se produzem muitas mercadorias em relação às necessidades e às capacidades da população. Ao contrário. O que ocorre é que a forma privada, capitalista, impede que os trabalhadores possam consumir essas mercadorias devido aos baixos salários, ao desemprego – em resumo, à propriedade privada dos meios de produção. Daí, Lênin, em seu artigo *Os ensinamentos da crise*, apontar a necessidade de os trabalhadores lutarem para pôr fim ao capitalismo:

“As crises demonstram que a sociedade atual poderia produzir uma quantidade incomparavelmente maior de produtos, os quais serviriam para melhorar o nível de vida de todo o povo trabalhador, se a terra, as fábricas, as máquinas etc. não estivessem usurpadas por um punhado de proprietários privados que extraem seus milhões da miséria do povo. As crises demonstram que os operários não podem limitar-se a lutar para obter dos capitalistas concessões parciais...pois, quando se produz o *crash*, os capitalistas não só arrebatam dos operários as concessões outorgadas, senão que aproveitam a situação de impotência para reduzir ainda mais o salário. E assim continuará sucedendo inevitavelmente, até os exércitos do proletariado socialista derrubarem o domínio do capital e da propriedade privada”. (*Obras Completas, OC*, tomo 5).

A crise é, assim, conseqüência inevitável do modo capitalista de produção. Para acabar com a crise, temos que acabar com o capitalismo. Por fim, convém notar que as crises não se fazem sentir igualmente em todos os tempos. Durante os períodos de reequipamento e ampliação da capacidade, quando novas fábricas estão sendo construídas, novas máquinas instaladas, os bens semimanufaturados convertidos em bens finais, elas são atenuadas.

Este sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, o capitalismo, é ainda o verdadeiro responsável pelas grandes crises econômicas no Brasil. Crises essas que se tornam cada vez mais freqüentes, apesar de todas as medidas adotadas pelos governos capitalistas.

Logo, com o capitalismo, a razão das crises está no próprio sistema capitalista, está na contradição entre o caráter social da produção e a forma, privada, capitalista, de apropriação dos produtos, ou seja, é a contradição fundamental do capitalismo que, concentrando toda a riqueza nas mãos de uma minoria, leva bilhões e bilhões de pessoas a terem uma existência miserável e a nada possuírem. Porém, para superar as cada vez mais constantes e destruidoras crises econômicas é necessário colocar a terra, as fábricas, as máquinas, os meios de produção nas mãos dos trabalhadores e não nas de um punhado de magnatas, de bilionários exploradores.

Quais as classes exploradoras e quais as classes exploradas no Brasil?

No *Manifesto do Partido Comunista* encontramos logo no início esta importante passagem: "A história de toda a sociedade de classes é até hoje a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, burguês da corporação e oficial, em suma opressores e oprimidos, estiveram em constante antagonismo entre si, travaram uma luta ininterrupta, umas vezes oculta, outras aberta, uma luta que acabou sempre com uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou com o declínio comum das classes em luta". (Marx e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*, Edições Progresso, 1987)

Toda a história da humanidade tem sido realizada e escrita com uma dura luta de classes. Uma luta, entretanto, que é escamoteada pelos historiadores das classes dominantes que tentam divulgar causas religiosas, brigas de famílias ou questões pessoais, escondendo as verdadeiras razões para as guerras e os conflitos no mundo.

Mas o que são as classes? V.I. Lênin assim as definiu: "As classes são grandes grupos de pessoas que se diferenciam umas das outras pelo lugar que ocupam num sistema de produção historicamente determinado, por sua relação (na maioria dos casos fixada e formulada pela lei) com os meios de produção, pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, em consequência, pela magnitude da parte da riqueza social de que dispõem e pelo modo como a obtêm. As classes sociais são grupos de pessoas, um dos quais se pode apropriar do trabalho do outro, em virtude dos diferentes lugares que ocupam num sistema de economia social determinado". (Lênin, *Uma grande iniciativa*, Editorial Estampa).

Como vimos anteriormente, a atual sociedade brasileira é uma sociedade capitalista, dominada por grandes monopólios nacionais e estrangeiros. Dessa maneira, no Brasil, a sociedade está dividida em duas grandes classes que lutam entre si: a burguesia e o proletariado.

A burguesia é a classe que possui os meios de produção e os emprega para explorar o trabalho assalariado. É a classe dominante na sociedade capitalista. O proletariado é a classe dos operários assalariados, privados dos meios de produção e obrigados por isso a vender sua força de trabalho aos capitalistas. Burguesia e proletariado são as duas classes fundamentais na sociedade capitalista.

As classes exploradoras e dominantes

Formam parte das classes dominantes no Brasil, a grande burguesia nacional e estrangeira e a burguesia média. Essas classes mantêm oprimidos e subjugados os trabalhadores e todo o povo brasileiro. Elas são, na verdade, as principais beneficiárias do sistema de exploração e opressão que sofrem os trabalhadores, são as causadoras do atraso e da crise geral que vive o país.

A grande burguesia

A grande burguesia nacional é proprietária dos grandes monopólios industriais e comerciais,

bancos e ainda grandes empresas agrícolas. Nas mãos da burguesia estão o Estado, as Forças Armadas, as polícias, a Justiça, as fábricas, as terras, os meios de transporte e comunicação etc. Esta grande burguesia nacional está intimamente associada aos grandes monopólios estrangeiros e à oligarquia financeira internacional. Toda a política do Estado capitalista brasileiro serve, particularmente, a essa burguesia, isto é, o Estado protege a propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, assegura a exploração dos trabalhadores e reprime suas lutas contra o regime capitalista. Em outras palavras, o Estado no Brasil é um mero comitê executivo da classe dos capitalistas. Há de se destacar, como parcela dessa grande burguesia, a burguesia agrária, que controla parte das empresas agroindustriais e das riquezas produzidas no campo. O entrelaçamento, as associações e as alianças entre a grande burguesia nacional e os monopólios estrangeiros e o capital financeiro internacional marcam toda a história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A média burguesia

Também a média-burguesia, fração da burguesia formada em sua maioria por médios industriais nacionais, comerciantes, empresários agrícolas e donos de empresas de serviços, é parte integrante da classe dominante. Grande parcela dessa média-burguesia produz principalmente para os grandes monopólios e, por isso mesmo, tem com eles uma profunda associação e dependência. Com o acelerado processo de monopolização e concentração do capital que ocorre na economia brasileira, milhares de empresas de médios empresários são compradas ou levadas à falência pelos monopólios. Os que vendem suas empresas passam a viver de lucros dos dividendos aplicados na especulação financeira.

Entretanto, apesar de enfrentar contradições com essa política de monopolização, a média-burguesia tem profundos laços econômicos, políticos e ideológicos com a grande burguesia e opta por subordinar-se à hegemonia do grande e poderoso capital monopolista. Trata-se de contradições não-antagônicas, pois está unida com a grande burguesia na defesa da propriedade privada dos meios de produção; dos baixos salários e da exploração do homem pelo homem. Um setor da burguesia média, por sua natureza e o processo histórico de sua constituição, adota posições tendentes a negociar a dependência. Apenas uma pequena parcela é sensível à defesa da soberania nacional e não deve ter subestimadas suas contradições com a grande burguesia

Por fim, embora venham a cada ano perdendo importância econômica e força política, os latifundiários também fazem parte das classes exploradoras. São grandes proprietários que vivem da renda da terra, extraída graças ao monopólio da propriedade privada da terra e da superexploração dos camponeses pobres. Os latifundiários têm mais peso e influência nas regiões Norte e Nordeste do país.

Essas duas classes, a burguesia e os latifundiários, são uma ínfima minoria da população de nosso país, mas, devido ao regime capitalista e ao Estado burguês, são ricas e poderosas. Essas são as classes exploradoras no Brasil.

Os pequenos industriais e comerciantes

A pequena-burguesia é composta pelos pequenos industriais e comerciantes e pelos pequenos proprietários do campo.

Os pequenos industriais, comerciantes e pequenos empresários do setor de serviços, todos com profunda contradição com o processo de monopolização da economia, vêem no avanço e no desenvolvimento do capitalismo o fim da sua própria existência. Embora como proprietários de meios de produção não se mostrem favoráveis à socialização desses meios de produção, e apesar de oscilarem

entre a burguesia e o proletariado, podem e devem, por meio de um trabalho paciente e, particularmente, com o crescimento da força e da luta do proletariado, serem polarizados pela classe operária e, por isso, têm seus interesses contemplados no programa da revolução brasileira.

Os camponeses

Entre os explorados e com papel importante nas lutas de nosso povo, também estão os camponeses pobres. São pequenos proprietários de terras que não empregam o trabalho assalariado e que contam unicamente com seu trabalho e o da sua família para explorar sua propriedade. Hoje, grande parte dos camponeses pobres são expulsos de suas terras e engrossam o exército dos sem-terra.

Já os camponeses médios encontram-se numa posição intermediária. Muitos também são obrigados a conseguir outras formas de obter dinheiro, além da propriedade. Muitos também nunca conseguem libertar-se das dívidas. Por toda a parte onde se trava a luta entre os ricos e os pobres, entre os proprietários e os operários, o camponês médio fica entre os dois e não sabe para onde ir. Os ricos procuram arrastá-los para seu lado, dizendo que ele é um proprietário e nada tem a ver com os pobres. A verdade, porém, é que os ricos estão sempre a enganar os camponeses, inclusive os médios, para ficarem ainda mais ricos.

Por outro lado, as camadas médias e, em particular, enormes parcelas da pequena-burguesia vivem o processo de proletarianização imposto pelo capitalismo e, nesse sentido, fazem parte da maioria explorada do povo brasileiro, sofrendo junto com a classe operária toda a violência e exploração do regime capitalista. Excetuam-se apenas as camadas privilegiadas da pequena-burguesia que, como executivos, diretores de bancos e altos burocratas dos serviços públicos, recebem gordos salários e gozam de enormes privilégios.

Cabe destacar aqui a importância, para a revolução brasileira, dos estudantes, dos intelectuais e artistas, que sempre estiveram ao lado da classe operária e do povo na luta pelas transformações revolucionárias em nosso país.

As classes exploradas e as camadas sociais oprimidas

A grande e imensa maioria da população brasileira é formada pelas classes trabalhadoras, os verdadeiros criadores da riqueza acumulada pelas classes dominantes e saqueada pelos imperialistas. São os trabalhadores os construtores das estradas, das pontes, dos edifícios, das fábricas, das escolas e universidades. Das máquinas, dos aviões, carros e caminhões. Sem o trabalho e o suor da classe operária não é possível nenhuma riqueza ser produzida no Brasil. Foram as massas trabalhadoras que construíram este país ao longo dos séculos.

A classe operária

A classe operária fabril, responsável pela quase totalidade das mercadorias produzidas no Brasil, vive exclusivamente da venda de sua força de trabalho aos donos dos meios de produção, os capitalistas. Ligada à forma mais avançada da produção da sociedade, concentrada e submetida à organização e à disciplina das empresas capitalistas que a exploram, a classe operária é a mais conseqüente e interessada na luta contra a exploração da burguesia, estando, portanto, em condições de reconhecer mais facilmente as causas da exploração que sofre e de desenvolver sua consciência e assimilar sua própria ideologia, o marxismo-leninismo.

Tal atitude é conseqüência de sua natureza de classe, de ser a classe social mais importante no desenvolvimento da produção, o fator determinante na geração da riqueza e o centro da vida social.

A classe operária está constituída pelo proletariado industrial, os trabalhadores das empresas mineiras, os assalariados agrícolas, os trabalhadores públicos, os operários da construção e de serviços, os das empresas capitalistas de comércio e pelos demais trabalhadores manuais que vivem sob o sistema de salário. Um setor da classe operária trabalha ainda mais concentrado: é o que tem contato com a alta tecnologia. Esses operários especializados têm um nível cultural elevado e ganham os mais altos salários entre a classe operária. Os assalariados agrícolas têm também como única fonte de renda a venda da força de trabalho e trabalham nas grandes e médias empresas agrícolas. A classe operária industrial atingiu quase 15 milhões, segundo o censo do IBGE de 1995. O proletariado urbano e rural, os verdadeiros produtores das riquezas, é a grande maioria entre os trabalhadores brasileiros.

É importante notar que, como definiu Marx, os operários desempregados formam o exército de reserva do proletariado. Continuam, pois, a fazer parte da classe operária, uma vez que não dispõem de outro meio de vida na sociedade capitalista a não ser a venda de sua força de trabalho. Assim, integram o proletariado, os trabalhadores que perderam seus empregos e tentam sobreviver como ambulantes, fazendo biscates etc. Com o agravamento da crise do capitalismo, o número de operários desempregados cresce enormemente.

Finalizando, o lumpemproletariado é uma camada social que vive da prostituição, do roubo, do tráfico de drogas e da mendicância. É constituída pelos vagabundos, mendigos, prostitutas e delinquentes. Essa camada cresce em número na sociedade, como uma conseqüência da decomposição e decadência do sistema capitalista. Por suas próprias características, constituem presa fácil para as manobras dos setores mais reacionários da burguesia e são incapazes de uma ação conseqüente contra a sociedade capitalista.

Os povos indígenas

Em 1500, o Brasil tinha uma população total de 4,4 milhões (quatro vezes a população de Portugal na época). Ao fim de três séculos, em 1800, a população da colônia portuguesa era quase a mesma de 1500, com a diferença de que tinham desaparecido 3 milhões de nativos, uma média de 1 milhão por século. Logo, contra os índios brasileiros, foi cometido um dos maiores genocídios já ocorridos em todo o mundo: roubaram e roubam suas terras, assassinaram e destruíram centenas de tribos, ao mesmo tempo que impediram e impedem suas crenças, costumes e cultura.

Hoje, em todo o país, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), restam 215 etnias e aproximadamente 345 mil índios (em sua imensa maioria vivendo miseravelmente) que falam 180 línguas diferentes. Na cidade de São Paulo, por exemplo, três aldeias de índios guaranis (3% dos guaranis do Brasil) encontram-se em situação de extrema pobreza, vivendo com rendimento médio de R\$ 20,00 a R\$ 30,00 mensais, segundo levantamento da Secretaria do Desenvolvimento da Prefeitura de São Paulo.

Apesar de serem uma das principais vítimas da exploração das classes dominantes, os povos indígenas resistem e lutam há 500 anos por seus direitos e pela liberdade. Hoje, uma das principais lutas dos índios é pela demarcação e posse de suas terras, já que continuam sendo roubados, enganados e explorados pela burguesia e seus governos. Por isso, os povos indígenas têm interesse no fim da exploração do homem pelo homem e são aliados da classe operária na construção de um Estado verdadeiramente democrático, um Estado socialista.

Por que a classe operária é a vanguarda da revolução brasileira

A classe operária urbana e rural é a principal força produtiva de nossa sociedade, é a classe mais avançada e a única que nada tem a perder a não ser as correntes que a prendem aos capitalistas; é a

classe a que cabe o papel de dirigir e ser a vanguarda da revolução brasileira. Como ensinam Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, "de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária". Portanto, um dos elementos centrais da teoria marxista-leninista é a definição do papel da classe operária na luta pela transformação revolucionária da sociedade.

Para tentar impedir que a classe operária cumpra esse papel, a burguesia sempre desenvolveu teorias defendendo a conciliação entre os operários e os patrões ou menosprezando o papel revolucionário dos trabalhadores. Várias dessas teses, divulgadas no final do século 20 e no início deste século XXI, afirmam que devido à redução do número de operários empregados, o proletariado não possui mais a importância revolucionária que tinha na primeira metade do século passado. Alguns chegam mesmo a dizer que a classe operária está em extinção e que a nova força social seriam os "excluídos". Trata-se de um grande equívoco.

“O proletariado domina economicamente o nervo central de todo o sistema econômico do capitalismo”

Como sabemos, a indústria é a esfera produtiva fundamental na sociedade capitalista. Os automóveis, os computadores, as motos, as televisões, os telefones celulares, os sapatos, as roupas, os jornais, os livros, os combustíveis, as mesas, as estradas, os prédios, em grande parte os alimentos, as máquinas, enfim todas as mercadorias consumidas em nossa sociedade são produzidas pela classe dos trabalhadores. A burguesia apenas compra a força de trabalho, a explora, e se apropria do que é produzido pelo trabalhador.

Desse modo, os lucros dos capitalistas são consequência direta da exploração dos trabalhadores, e por isso a classe capitalista está sempre buscando formas para obrigar os trabalhadores a produzir mais com um salário menor. Logo, a burguesia só acumula capital se explorar a classe operária, como explica Marx: “O capital é trabalho morto, que apenas se reanima à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo”. (*O Capital*, volume 1).

Em outras palavras, e o conjunto dos trabalhadores que verdadeiramente produz as riquezas, mas são os capitalistas, os proprietários dos meios de produção, que tomam posse do que é produzido.

Apesar de alguns setores da esquerda ficarem encantados com qualquer nova descoberta técnica que acontece hoje no mundo – nunca se perguntando sobre a quem esta inovação tecnológica vai beneficiar e quem vai colocá-la em funcionamento – o fato é que os trabalhadores continuam sendo a força produtiva principal no século XXI, como foram no século XX, no XIX ... E nenhuma invenção tecnológica tem o poder mágico de mudar essa situação. Na realidade, o que as descobertas técnicas possibilitam é tornar os preços das mercadorias de uns capitalistas mais baratos que as de outros e, principalmente, garantir que o trabalhador produza mais mercadorias em menos tempo, isto é, agravar a exploração dos operários para tornar ainda maiores os lucros dos capitalistas. Logo, as relações de exploração existentes na sociedade capitalista não acabaram no século XXI. Pelo contrário, se ampliaram. Portanto, o trabalhador é quem cria as máquinas e as coloca em funcionamento, e não o contrário. Assim, o proletariado não só segue produzindo os produtos que são vendidos em todo o mundo, como é a principal força produtiva da sociedade. Logo, sem os trabalhadores, um país não pode funcionar. Por isso, se todos os trabalhadores estiverem unidos, a revolução de um sonho vira realidade.

Até mesmo nos ramos industriais em que o uso de máquinas é mais intenso, nenhuma mercadoria pode ser produzida sem o trabalho operário. De fato, o que ocorre nesses ramos em que o nível técnico se encontra mais desenvolvido é a necessidade de contratação de operários mais qualificados ou a substituição de parte dos trabalhadores por máquinas. Mas isso é muito diferente da tolice

propagandeada pela burguesia sobre a extinção da classe operária. Analisando esse papel revolucionário da classe operária, escreveu V.I. Lênin:

“Só determinada classe, precisamente, os operários urbanos e, em geral, os operários fabris, industriais, está em condições de dirigir toda a massa dos trabalhadores e explorados na luta para derrubar o jugo do capital, de levá-la verdadeiramente avante, na luta para manter e consolidar o seu triunfo, na obra de criar o novo regime social socialista e em toda a luta pela total abolição das classes.” (Lênin, *Uma grande iniciativa*, OC, t. XXXI).

Logo, o papel da classe operária na revolução se define em função da posição central que ela ocupa na produção capitalista e independe de quantos são os operários existentes e quantos estão empregados ou não. Aliás, basta ver o pânico que acomete a burguesia toda vez que os operários de um determinado ramo industrial entram em greve e deixam de fabricar os produtos. Na verdade, nenhuma outra classe é tão imprescindível para o funcionamento da moderna economia industrial como a classe operária.

V.I. Lênin sintetizou assim este papel da classe operária:

“O proletariado domina economicamente o nervo central de todo o sistema econômico do capitalismo e, também, o proletariado expressa economicamente e politicamente os verdadeiros interesses da imensa maioria dos trabalhadores”. (Lênin. *Sobre a Grande Revolução Socialista de Outubro*.)

A classe operária, além de ser a principal força produtiva, é a classe mais avançada. De fato, por sua capacidade organizativa, por sua disciplina e por sua assimilação mais rápida da própria ideologia do marxismo-leninismo, o proletariado é também a classe mais desenvolvida politicamente e a mais revolucionária, como comprova a história de todas as grandes revoluções socialistas realizadas no mundo desde a gloriosa Comuna de Paris. Como muito bem disseram Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, por sua situação proletária o proletariado é a classe mais revolucionária e nada tem a perder com a revolução a não ser suas cadeias: “O proletariado é a classe que traz nas mãos o futuro”. (Marx e Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, Edições Progresso).

Por sua vez, Lênin explicou essa importância política do proletariado em *As Tarefas dos Social-Democratas Russos*:

“... o proletariado industrial é o mais suscetível às idéias revolucionárias, o mais desenvolvido intelectual e politicamente, o mais importante por seu número e sua concentração nos grandes centros políticos do país”.

Desse modo, a teoria e a prática revolucionária reconhecem a classe operária como a única classe que está em condições de dirigir a luta contra o capital de forma conseqüente e a que tem a capacidade para conduzir e dirigir as outras classes exploradas na luta contra a burguesia e pela libertação social. Compreendendo esse papel da classe operária, Lênin definiu com exatidão onde os comunistas deveriam concentrar suas principais forças:

“Nosso trabalho dirige-se antes de tudo aos operários da fábrica, da cidade. A social-democracia russa não deve desperdiçar suas forças, deve concentrar suas atividades entre o proletariado industrial, que é o mais suscetível de assimilar as idéias socialistas, o mais desenvolvido

intelectual e politicamente, o mais importante por seu número e sua concentração nos grandes centros políticos do país”. (Lênin, *As Tarefas dos Social-Democratas Russos*, Editorial Vitória)

Conseqüentemente, é entre os operários das cidades, em particular das grandes cidades, que devemos concentrar nossa atividade, evitando a todo custo o desperdício de forças. Evitar a dispersão, concentrar o trabalho entre os operários, criar centenas de organizações operárias revolucionárias por todo o país, eis com certeza o caminho seguro para construir um grande partido operário no Brasil.

De maneira alguma, isso significa estarmos omissos ou fazermos pouco caso do trabalho entre outras camadas das massas populares. Pelo contrário, como mostra Lênin, quanto mais sólido e mais forte for o nosso Partido entre os operários, mais forte e mais longe irá o nosso trabalho para o conjunto do povo, pois são enormes os vínculos e as relações entre os operários e os camponeses, entre os operários e o povo. Como sabemos, grande parte dos operários têm algum tipo de origem no campo, muitos têm suas famílias ainda lá, e os operários que moram nas grandes cidades moram exatamente nos bairros mais populares.

Enquanto o povo vive na miséria, empresas capitalistas têm lucros fabulosos

Em 2000, o balanço de 191 das 200 maiores companhias do país no primeiro semestre de 2000 mostrou que o seu lucro líquido cresceu 436,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O balanço foi realizado pela consultoria Econômica e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 18 de agosto de 2000.

Por sua vez, um outro estudo, feito pela Austin Asis e publicado pelo *Jornal do Brasil*, de 21/11/2001, mostrou que de 1995 a 2002 os lucros dos bancos cresceram 275,4%, passando de R\$ 5,7 bilhões em 1995 para R\$ 21,4 bilhões em 2002.

Mas como o Brasil tem uma economia capitalista, enquanto os banqueiros multiplicam seus lucros os trabalhadores bancários sofrem com o desemprego: de 1995 até 2002 foram demitidos 200 mil bancários.

Na realidade, o luxo e os direitos de todas as classes ricas alcançam cifras monumentais.

Levantamento feito com 124 monopólios privados do país, entre eles CSN, Vale do Rio Doce, Gerdau, Pão de Açúcar, Embratel (MCI) e Votorantim, excetuando os bancos, revelou que o lucro dessas empresas disparou de R\$ 2 bilhões nos primeiros seis meses de 2002 para R\$ 20,9 bilhões em igual período de 2003. Em resumo, em seis meses os lucros dos capitalistas cresceram 18 bilhões, ou seja, 1.045%.

A Gerdau S.A., com patrimônio líquido de R\$ 4,4 bilhões, teve um lucro líquido de R\$ 817,938 milhões em 2002, resultado superior em 49,7% ao de 2001.

A suíça Nestlé do Brasil teve um faturamento de R\$ 7,7 bilhões em 2002, sendo a seção da Nestlé, no mundo, que mais lucrou.

Enquanto os ricos nadam em dinheiro e vivem luxuosamente suas vidas, os trabalhadores, apesar de trabalharem durante toda uma vida, vivem cada vez pior. Segundo pesquisa da Fundação Seade e do Dieese, de 1997 a 2002 os salários em São Paulo tiveram uma perda acumulada de 24,3%. Na realidade, a redução do salário e do rendimento dos trabalhadores é muito maior, uma vez que na pesquisa feita pela Fundação Seade foram incluídos também rendimentos dos empregadores, isto é, dos capitalistas.

Pesquisa do Dieese apontou, em junho, um desemprego na Região Metropolitana de São Paulo de 20,3% da População Economicamente Ativa (PEA), o que equivale a dizer 2 milhões de trabalhadores desempregados. Mais: são 11,1 milhões de pessoas no Brasil que vivem, em pleno século XXI, sem esgoto e água encanada, e, de acordo com o censo de 2000, apenas 62,2% das casas estão ligadas à rede de esgoto no Brasil. Hoje, de cada seis pessoas uma está desempregada, e mais da

metade dos trabalhadores não têm carteira assinada. Enquanto isso, apenas 1% de 170 milhões de pessoas detém 62,7% de todas as terras; 62,95% de todos os imóveis; 42% da poupança; 72% dos títulos da dívida pública e 85% das empresas privadas.

Portanto, na mesma velocidade em que todo o povo vai sendo arruinado e levado ao desespero, aumenta a riqueza de um punhado de famílias de magnatas. Quer dizer, enquanto cresce a riqueza num pólo, avança a pobreza no outro.

Qual a causa da miséria dos trabalhadores?

Por que, então, em um país com tantas riquezas, o povo vive tão pobre?

Para transformar o país, a primeira coisa que devemos fazer é compreender qual a causa da miséria e da pobreza em nossa sociedade.

Sabemos que nas cidades se fabricam carros, constroem-se prédios, viadutos, hotéis e mansões luxuosas; que a cada dia surgem novas máquinas e que estas são introduzidas tanto na indústria como na agricultura; sabemos ainda que os capitalistas têm a sua disposição os melhores hospitais e os melhores remédios para tratar suas doenças, vivem sempre em festas e em férias, e nada falta a seus filhos.

Já o povo trabalhador continua na miséria; são milhões de pessoas que trabalharam toda a sua vida e mal conseguem atender às necessidades da sua família. A cada dia é maior o número de desempregados e poucos são os que hoje conseguem encontrar um trabalho com um bom salário. No campo e nas cidades, milhões passam fome; nas ruas das capitais, mendigos vivem como animais, comendo comida estragada do lixo e morando em casebres de papelão ou debaixo das pontes.

Por que as riquezas e o luxo não cessam de crescer para uma minoria e, no entanto, milhões de pessoas que criam com seu trabalho todas essas riquezas permanecem na pobreza e na miséria?

Por que, enquanto os camponeses morrem de fome, os operários estão desempregados e os que trabalham recebem baixos salários, os empresários exportam milhões de toneladas de frango, de carne, de açúcar, café, soja, enfim de alimentos, enquanto nosso povo passa fome? Por que tantas crianças morrem de subnutrição no Brasil e os donos dos laranjais deixam milhões de laranjas apodrecerem no pé?

A causa de toda a pobreza, de toda a miséria existente no Brasil está no fato de as fábricas, as terras, máquinas, prédios, transportes etc., serem propriedade privada de um pequeno número de ricos. Nessas fábricas e terras, trabalham dezenas de milhões de pessoas, mas tudo o que produzem pertence a alguns milhares de ricos, de capitalistas e latifundiários.

Com exceção do salário que recebem, tudo o que produzem passa para as mãos dos ricos, constitui os seus lucros, os seus rendimentos. Tanto as máquinas como todos os avanços técnicos e tecnológicos servem unicamente à burguesia, que acumula riquezas aos milhões. E, desta riqueza, os operários e os camponeses obtêm apenas migalhas. Dito de outro modo, o povo trabalha em benefício dos ricos, sob um contrato, em troca de um salário, um pão.

Hoje os trabalhadores produzem muito mais do que em qualquer outra época. Mas quem ganha com esse enorme crescimento da produtividade são os donos dos meios de produção, a classe capitalista, a burguesia.

Os capitalistas dizem que dão trabalho ao povo e, assim, o sustentam. Mas a verdade é outra. São os operários, por meio do que produzem com seu trabalho, que sustentam os capitalistas, uma vez que o operário, para poder trabalhar numa fábrica, dá ao capitalista gratuitamente tudo o que produz, recebendo apenas um salário que mal dá para sua sobrevivência.

Assim, em todos os estados capitalistas a miséria do povo provém do fato de que todas as mercadorias fabricadas se destinam à venda, ao mercado. O gado, a televisão, os alimentos, o feijão, a carne, tudo é produzido não para alimentar as pessoas, mas para fazer dinheiro.

Por dinheiro, podem-se trocar todos os produtos do trabalho humano. Com o dinheiro

compra-se tudo o que se quer no capitalismo, até mesmo crianças para fazer sexo (Veja *A Verdade*, nº 8) Pode também comprar um homem ou uma mulher, isto é, obrigá-lo a trabalhar oito horas, 10 ou doze horas para aquele que tem dinheiro.

No capitalismo, o dinheiro é a força principal na sociedade. A burguesia, a classe que tem o dinheiro, quer então que todos tenham um preço e se coloquem à venda. Essa situação é tão natural nos nossos dias, que até virou nome de um programa de televisão da segunda rede de TV no Brasil, a rede SBT: *Tudo por dinheiro*. Outro programa, o *Big Brother*, da Rede Globo, oferece um prêmio financeiro para um grupo de jovens durante dois meses se submeterem a fazer tudo que eles determinarem: rir, chorar, fazer sexo e brigar com outras pessoas que estão na casa. No fim, aquele que melhor se submeter às suas ordens receberá R\$ 500 mil.

Por causa do dinheiro os países travam guerras e homens, mulheres e crianças são assassinados. Cada capitalista esforça-se por comprar por um preço menor e vender por um preço maior; cada um esforça-se por ultrapassar o outro, por vender o máximo de mercadorias, fazendo baixar os preços, ocultar ao outro os bons mercados ou as encomendas vantajosas.

No campo, todos os dias, pequenos camponeses arruinados abandonam suas casas e vão para as cidades por não terem dinheiro para comprar sementes, para irrigar suas terras, ou mesmo para comprar comida e se alimentarem. Quanto aos ricos, não cessam de enriquecer nessa luta pelo dinheiro: amontoam milhões e milhões nos bancos e enriquecem não só com o seu próprio dinheiro, mas também com o dinheiro que os outros depositam no banco. Mais: com os milhões que ganham das vendas das mercadorias produzidas pelo operário, compram os títulos dos governos e recebem outros milhões de juros, aumentando seu volume de negócios e de riqueza. Por isso, o único meio seguro e definitivo de acabar com a miséria do povo é transformar o atual e injusto sistema econômico, é pôr fim à apropriação privada das riquezas produzidas pelos trabalhadores e estabelecer o sistema socialista. Isto é, pôr as fábricas, as terras, os bancos e o Estado nas mãos do povo trabalhador e dos camponeses. Com essas mudanças, já não serão os ricos que se apropriarão dos frutos do trabalho da classe operária.

A sociedade é que mais ganhará com essa transformação, porque todos trabalharão bem mais, sabendo que o que produzem, diferente do que ocorre agora, é para ele, para sua família, para seus companheiros e não para os capitalistas, como acontece hoje.

Contudo, mudar todo o sistema de todo o Estado não é coisa fácil. Exige muito trabalho e esforço e uma luta prolongada e árdua. Só vence essa luta quem tem persistência, confiança em si e na classe operária e não teme os poderosos.

Como a classe operária pode se libertar do desemprego e da exploração

Os operários se perguntam sempre: até quando vamos continuar nesse sofrimento? Nós somos tantos neste país e, entretanto, são tão poucos os que vivem bem. Por que isso ocorre?

Nós, os comunistas, devemos responder a essas interrogações dos trabalhadores com sinceridade e decisão: se todos os operários e camponeses estiverem unidos, nós podemos pôr fim a esse sofrimento. Todos juntos podemos construir uma nova sociedade sem pobres e sem ricos. Uma sociedade melhor, em que todos trabalhem e ninguém explore o trabalho do outro. Uma sociedade onde todos possam colher os frutos do seu trabalho e não apenas uma pequena minoria, como ocorre hoje. Uma sociedade, onde as máquinas aliviem o trabalho dos homens e não enriqueçam alguns em detrimento de dezenas de milhões de pessoas. Essa sociedade nova chama-se sociedade socialista. Os partidos operários que lutam por essa sociedade são chamados de Partidos Comunistas. Por isso, o nome do nosso Partido é Partido Comunista Revolucionário.

A força fundamental para mudar o país e construir uma nova sociedade são os trabalhadores.

Pois sem o trabalho dos operários o país pára. De fato, quem colocaria as máquinas em funcionamento, senão os trabalhadores? Quem limparia as cidades e recolheria o lixo? Quem dirigiria os ônibus, os navios e os transportes em geral? Quem construiria novos prédios, edifícios? Quem imprimiria os jornais, revistas e livros? Quem fabricaria os televisores, as mesas, as cadeiras, os carros? Quem consertaria a rede elétrica, quando faltasse energia? Quem produziria o açúcar? O café? O leite ou o pão? Quem trabalharia nos bancos?

Como prova toda a história do século XX, o socialismo não é de maneira nenhuma uma utopia, é sim uma realidade. Esta é a verdade que libertará os trabalhadores do desemprego e da pobreza e os levará a conquistar uma vida digna aqui na terra.

Por que só a revolução socialista pode libertar o povo da pobreza e do desemprego

O estudo das características da sociedade e da economia brasileira nos revela que a contradição principal existente em nossa sociedade é entre, de um lado, a grande burguesia nacional e estrangeira, a classe dos parasitas que nada produzem, mas que se apoderaram das fábricas, das máquinas, das terras, das florestas, das matérias-primas, dos instrumentos de produção, da água, do subsolo, das construções, dos meios de transporte, ou seja, do conjunto dos meios de produção. E de outro lado, os milhões de trabalhadores, os verdadeiros produtores de todas as mercadorias e de todas as riquezas, mas que nada possuem, além de um miserável salário que recebem pela venda de sua força de trabalho; os camponeses; os assalariados; os estudantes e a imensa maioria do povo. Assim, a propriedade privada sobre os meios de produção é a causa maior do entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. Para superar essa contradição é necessária a destruição das relações capitalistas de produção e do Estado burguês. Em outras palavras, enquanto durar esse regime de exploração, em que uma ínfima minoria tem lucros fabulosos às custas da grande maioria da população, o povo continuará sofrendo e a miséria, a fome e o desemprego continuarão a existir.

Na sociedade capitalista toda a produção é social, mas a propriedade sobre os meios de produção e os produtos é privada, e entra em choque com esse caráter social da produção, como descreve J. Stálin :

"São as contradições irreconciliáveis entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção que se manifestam nas crises periódicas de superprodução; os capitalistas, na falta de compradores solvíveis, por causa da ruína das massas pela qual eles são os verdadeiros responsáveis, são obrigados a queimar gêneros de consumo, destruir mercadorias fabricadas, interromper a produção, destruir as forças produtivas, e apesar disso, milhões de homens estão desempregados e têm fome, não porque faltem mercadorias, mas porque produziram demasiado.

"Isso significa que as relações de produção capitalistas já não correspondem ao estado das forças produtivas da sociedade, e entraram em contradição insolúvel com estas.

"Isso significa que o capitalismo necessita de uma revolução para substituir a atual propriedade capitalista dos meios de produção, pela propriedade socialista. Isso significa que a característica essencial do regime capitalista é uma luta de classes das mais agudas, entre exploradores e explorados". (Stálin, *Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*, Global Editora, 1978, pp. 46,47)

Por isso a salvação dos explorados, dos pobres, dos trabalhadores está na luta contra a exploração dos capitalistas e contra seu Estado. Como disse Lênin: "Do capitalismo a humanidade só pode passar diretamente ao socialismo".

A luta da classe operária e do seu Partido é, portanto, para que no Brasil nenhum homem explore outro homem, que as fábricas, as máquinas, as terras, os bancos sejam propriedade de todos os trabalhadores. Uma sociedade em que não haja nem ricos nem pobres, baseada nas relações de

colaboração e de solidariedade entre os trabalhadores e na qual todos trabalhem. Dito de outra maneira, o caráter da revolução brasileira é socialista.

Diante disso, alguns dizem que a bandeira do socialismo e da revolução socialista é correta, mas não a devemos levantar tão cedo. Porém, todos os males em nosso país não podem ser resolvidos se o regime capitalista, se a propriedade privada dos meios de produção continuar existindo.

Para vencer essa guerra os operários necessitam estar bastante unidos. Essa luta não é uma luta fácil, mas terminará inevitavelmente com a vitória da classe operária, porque a burguesia e os latifundiários são uma minoria. A imensa maioria da sociedade é formada por trabalhadores, por aqueles que querem mudar ou transformar a sociedade atual. Portanto, trata-se de uma luta de milhões e milhões contra apenas alguns milhares. A essa transformação da sociedade capitalista em socialista, com o fim da exploração do homem pelo homem, chamamos revolução.

O Governo Revolucionário dos Trabalhadores e o Programa da Revolução Brasileira

O poder popular e o socialismo

Igual a todos os verdadeiros partidos revolucionários do mundo, o PCR luta por revolução socialista, uma revolução que tem por objetivo abolir a propriedade privada dos meios de produção e suprimir toda a exploração do homem pelo homem, para que todos os seres humanos trabalhem em seu benefício e de toda a sociedade.

Para o PCR, as contradições fundamentais de nossa sociedade são, em primeiro lugar, a contradição entre o capital e o trabalho, entre a burguesia e o proletariado e, em segundo lugar, a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo, em particular o imperialismo norte-americano. Desse modo, as tarefas democráticas, antiimperialistas e socialistas são partes de uma mesma revolução.

Lutamos por um verdadeiro poder popular, em substituição ao atual e antidemocrático poder burguês. O poder popular significa o poder político da classe operária e das massas populares e é oposto à exploração capitalista e à opressão política. Seu estabelecimento significará a democracia real e plena para as massas populares e a construção de uma sociedade democrática.

Para tanto, serão criados como órgãos do poder popular: o conselho popular nas fábricas, nas escolas, nas universidades, nos bairros, na cidade, nos Estados e no país, de maneira a garantir que o poder popular seja realmente expressão da democracia das massas. Assim, apoiado no poder criativo e na capacidade de trabalho e de realização do povo brasileiro, os trabalhadores brasileiros construirão um novo poder, cabendo às massas o poder de destituir todo representante que trair seus interesses. Dessa maneira, os conselhos populares exercerão o poder no país com a participação direta do povo e sem abuso de nenhuma espécie do poder econômico.

Portanto, a conquista do poder pelo proletariado e pelos camponeses significa a destruição do aparelho de Estado capitalista (exército burguês, polícia, burocracia, tribunais, parlamento burguês, etc.) e a sua substituição por nossos órgãos do poder democrático dos operários, camponeses e das massas populares.

O proletariado é a única força social capaz de conduzir a revolução até sua vitória total e a mais interessada em seu triunfo. Por isso, temos que trabalhar para que os operários conquistem a direção do processo revolucionário desde o seu início, sob pena de as verdadeiras transformações não ocorrerem.

As propostas que o PCR defende para mudar o Brasil

O Governo Revolucionário dos Trabalhadores, apoiado no proletariado, no campesinato, nos

intelectuais revolucionários, na juventude, nos pequenos e médios empresários patriotas, nos trabalhadores e no povo em geral, estabelecerá o novo poder, o poder popular, e adotará um conjunto de medidas para mudar as bases da vida econômica e política do país. Visando alcançar um rápido desenvolvimento, o bem-estar para a imensa maioria da população brasileira e uma verdadeira democracia popular, o governo revolucionário adotará medidas severas contra a burguesia, impedindo qualquer sabotagem contra a economia e colocando os meios de produção sob controle social, livrando o país das constantes crises econômicas.

O nosso Partido, o PCR, é o único partido no Brasil que luta pela destruição do Estado burguês e pelo estabelecimento do poder dos operários e dos camponeses, a ditadura do proletariado, ditadura para os exploradores capitalistas e democracia para todos os explorados e oprimidos, construindo o socialismo, o primeiro passo para a sociedade comunista. Dessa forma, o PCR compreende e leva à prática o marxismo revolucionário da época do imperialismo, o leninismo, e tem a coragem de lutar para derrubar o poder da classe que esmaga e explora os trabalhadores, de destruir o velho e construir o novo.

Nesse sentido, com a imediata suspensão dos pagamentos das dívidas externa e interna, o país economizará mais de R\$ 120 bilhões por ano que, juntamente com os R\$ 54 bilhões que são movimentados diariamente no mercado financeiro, serão, de imediato, aplicados na produção e na melhoria das condições de vida e de trabalho do povo brasileiro.

Portanto, para que a classe operária tenha uma vida melhor, é indispensável confiscar toda a riqueza que durante séculos vem sendo espoliada de nosso país pelos imperialistas e pela grande burguesia nacional.

A seguir, as principais mudanças que são necessárias para libertar o Brasil e seu povo da exploração, da miséria e da fome.

Nacionalização dos bancos: união de todos os bancos em um só banco, ou seja, fusão de todos os bancos em um só banco de Estado.

Socialização de todos os grandes monopólios e consórcios capitalistas e de todos os meios de produção nos setores estratégicos da economia; planificação da economia para atender às necessidades da população e acabar com as desigualdades regionais e sociais.

Fim da espoliação imperialista sobre a economia nacional, com a nacionalização de todos os monopólios e bancos estrangeiros; estancamento da sangria de nossos recursos para o exterior, pondo fim às remessas de lucros, dividendos, pagamento de royalties e pagamentos da dívida externa; anulação dos acordos e dívidas do Estado com os capitalistas estrangeiros, que foram contraídos contra a soberania e os interesses dos trabalhadores, não pagamento da dívida externa; garantia de total independência econômica do Brasil frente aos países imperialistas, em particular ao imperialismo norte-americano; monopólio do comércio externo: transferência do comércio exterior para os órgãos do Estado.

1. Garantia de emprego e trabalho obrigatório para todos: só come quem trabalha; proibição do trabalho infantil.

Expropriação da propriedade latifundiária e das grandes empresas agroindustriais; nacionalização da terra e fim do monopólio privado da terra. Garantia da Segurança e Soberania Alimentar.

6. Anulação dos impostos extorsivos cobrados do povo; imposto sobre as grandes fortunas e progressivo. Quem ganha mais, paga mais.

7. Estatização de todos os meios de transporte coletivo.

8. Educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis; fim do lucro na educação. Garantia de livre acesso do povo à Universidade e/ou Cursos Técnicos profissionalizantes. Fim do Vestibular, Vestibulinho ou qualquer processo seletivo.

9. Democratização dos meios de comunicação, com a socialização de todos os grandes canais de televisão, jornais e rádios; garantia a todos os cidadãos de acesso aos meios de comunicação
10. Ampla liberdade partidária, de expressão e organização para os trabalhadores e o povo; fim das doações de capitalistas para campanhas eleitorais;
11. Justiça: juizes e tribunais eleitos pelo povo.
 12. Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação dos negros e punição aos infratores; firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças.
 13. Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça ou sexo; plena garantia à liberdade religiosa.
 14. Apoio à luta de todos os povos e países pela libertação da dominação capitalista e da espoliação imperialista; defesa da soberania, independência e autodeterminação dos povos.
 15. Defesa e proteção do meio ambiente e da natureza; proibição de destruição de florestas; estabelecimento do controle popular sobre a Amazônia e a expulsão de todos os monopólios estrangeiros da região.
 16. Demarcação e posse imediata de todas as terras indígenas; garantia de escolas diferenciadas para os índios e incentivo a apoio as línguas indígenas defesa da cultura e dos direitos dos povos indígenas; defesa da cultura e dos direitos dos povos indígenas;
 17. Garantia de Saúde pública e gratuita para todos;
 18. Defesa e incentivo da cultura nacional e popular, nacionalização de todas as companhias gravadoras de música e produtoras de filmes. As classes dominantes no Brasil sempre atuaram no sentido de impedir o desenvolvimento da cultura popular. Mesmo assim, a arte e a cultura popular vêm resistindo há séculos e sendo uma importante trincheira de afirmação popular. É necessário uma ação firme para defender e incentivar todas as manifestações populares, bem como avançar o compromisso dos artistas com a revolução brasileira.
 19. Jornada de trabalho: redução para seis horas para todos os trabalhadores.
 20. Estabelecimento de lei garantindo o descanso em dias festivos, domingos e feriados para todos os trabalhadores.

Qual a razão dessas mudanças?

A insolvência do sistema financeiro capitalista e a socialização dos bancos

Até mesmo o sistema capitalista reconhece sua total incapacidade de continuar existindo sem a generosa ajuda do Estado, ou seja, do povo que sustenta esse Estado. Vejamos um exemplo. Em janeiro de 2002 a agência de risco Moody's afirmou em relatório intitulado "Bancos argentinos enfrentam insolvência" que a solução para a crise do sistema financeiro na Argentina era o governo declarar oficialmente os bancos insolventes, nacionalizá-los, recapitalizá-los e, depois disso, vendê-los de volta à iniciativa privada. (*Clarín*, 19/01/2002)

Nenhum capitalista se indignou com tal proposta ou considerou esse "socialismo" – a estatização dos bancos – um absurdo, uma proposta fora de sentido. O mesmo se verificou no Brasil, quando do famoso Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), criado em 1995, programa de ajuda financeira aos bancos privados que custou aos cofres públicos mais de R\$ 25 bilhões. Também aqui nenhum burguês achou um escândalo que esse prejuízo fosse assumido pelo Estado. Pelo contrário, consideram que essas medidas são justas e corretas, e nos seus jornais e TVs aplaudem toda vez que o governo adota esses programas de salvação dos capitalistas.

Quando se trata de destinar verbas para a moradia, saúde, educação, para pagar aos aposentados, aos trabalhadores do serviço público etc., então os capitalistas sobem pelas paredes e usam seus meios de comunicação para fazer toda uma campanha contra o “desperdício do dinheiro público” e contra o déficit fiscal. Ora, se os bancos ganham tanto dinheiro e vez por outra são socorridos com o dinheiro público, nada mais natural, que de uma vez por todas eles sejam verdadeiramente socializados. Em síntese, se o povo, o Estado, que financia os bancos, e não o contrário, deve ser o Estado o dono dos bancos e não os bancos os donos do Estado.

Além do mais, na sociedade capitalista moderna, os bancos são os principais centros nervosos de toda a economia. São impossíveis o controle e a adoção de medidas sérias para resolver as crises econômicas sem unificar todos os bancos em um só. Esta fusão de todos os bancos em um só em nada afetará os que têm contas bancárias. Com a estatização dos bancos, não será mais um capitalista ou banco estrangeiro que terá a guarda desse dinheiro, e sim o Estado socialista.

Com a socialização dos bancos, terão fim as falências fraudulentas tão comuns e que têm atormentado a vida de milhões de correntistas. A atual propriedade privada dos bancos é que põe em risco o dinheiro dos correntistas. Os bancos capitalistas fazem todo tipo de fraude, transferem dinheiro para paraísos fiscais e deixam os clientes na mão, além de controlarem as informações sobre toda a economia. Exemplos são que não falta. Assim, com essa medida, acaba-se com as fraudes nos balanços e com a criação de empresas fictícias que recebem empréstimos, apenas para a lavagem de dinheiro.

Por último, a nacionalização dos bancos, dos fundos de pensão e seguros põe o capital financeiro sob rigoroso controle do Estado e a serviço dos interesses e necessidades do país e do povo.

A socialização dos monopólios e consórcios capitalistas

O capitalismo atual, na sua fase imperialista, levou ao mais alto grau a interdependência de todos os setores da economia. Os bancos e os ramos mais importantes da indústria e do comércio ligaram-se indissolavelmente. Isso significa que não é possível nacionalizar os bancos e não avançar na socialização dos grandes monopólios capitalistas, dos grandes consórcios capitalistas comerciais e industriais, que obtêm lucros gigantescos e fixam preços exorbitantes.

Ou seja, são poderosos monopólios que controlam o governo e dominam a economia. Há muito que as pequenas e médias empresas deixaram de ter um papel fundamental na economia brasileira. Essa situação reproduz-se em todos os ramos da economia, que são dominados pelos grandes consórcios e monopólios capitalistas, como é o caso dos remédios, alimentação, higiene e limpeza, automóveis etc.

A verdade é que o grande monopólio capitalista é uma empresa 'socializada'; nela trabalham milhões de pessoas, todas as operações que realiza une direta e indiretamente dezenas de milhares de famílias. Entretanto, todo o lucro produzido por esse trabalho social é apropriado por uma família ou uma dezena de acionistas. A união das empresas em monopólios, consórcios e cartéis reúne uma massa de recursos formidáveis. Esses recursos, com a socialização dos meios de produção passam a ser utilizados em benefício de todo o país e de todo o povo. O socialismo não é outra coisa senão o passo em seguida ao monopólio capitalista, usado em proveito de todo o povo.

Em outras palavras, são os grandes capitalistas que acabam com os pequenos e médios industriais; a maioria dos pequenos empresários que vão a pique são operários que ficaram desempregados, devido ao enxugamento das grandes empresas. Também, estatísticas internacionais apontam que 90% dos pequenos negócios fecham as portas antes do primeiro ano de vida. Dos 10% restantes, apenas 20% completam seu quinto ano. (Pesquisa divulgada pelo Sebrae do RS. *Gazeta Mercantil* de 6/5/94).

Por isso, os comunistas defendem a união desses pequenos e médios proprietários com os trabalhadores e os camponeses, contra os expropriadores da classe operária e dos pequenos comerciantes e industriais. O novo governo, o governo dos trabalhadores, tem compromisso com quem passa fome e quer trabalhar. Por isso, incentivará a criação de empregos, a produção de alimentos e roupas, o transporte coletivo, e dará prioridade para a educação e saúde, esporte e cultura.

Por outro lado, devido às privatizações, cabe hoje às agências nacionais a decisão sobre todas as tarifas públicas. A Anatel, por exemplo, decide sobre os aumentos do telefone; a Aneel sobre as tarifas de energia elétrica; a ANP sobre os aumentos do preço da gasolina, gás e diesel; o Banco Central, que já é praticamente independente, sobre os aumentos dos juros, e assim por diante. O presidente da República, apesar de ser eleito pelo voto não tem poder quase nenhum sobre a economia. Ou seja, a moderna democracia burguesa não permite que nenhuma decisão econômica fundamental seja tomada pelo governo, uma vez que, praticamente, todos os setores da economia estão privatizados. Portanto, para assegurar uma verdadeira democracia é indispensável a socialização dos principais meios de produção.

Além do mais, todas as grandes empresas nacionais e estrangeiras, sejam indústrias, financeiras, de comunicação, recebem empréstimos do Estado a juros abaixo do cobrado no mercado. Em 2002, o governo fez um linha de crédito especial para ajudar a Rede Globo a pagar suas dívidas em dólar.

Portanto, o lucro desses monopólios fica com os seus donos. Mas ante qualquer prejuízo ou dificuldade que ameace a empresa, surge o Estado para salvá-los com o dinheiro que os trabalhadores pagam de impostos. Se é assim, e é, então que, definitivamente, os monopólios sejam transformados em propriedade social, isto é, sejam estatizados.

Reforma Agrária

O objetivo da reforma agrária realizada pelo Governo Revolucionário dos Trabalhadores deve ser, em primeiro lugar, pôr fim à enorme concentração fundiária existente no país. Em segundo lugar, ela deve ser não apenas garantir a terra aos camponeses, mas fazer que os tratores, os armazéns, os transportes que hoje se encontram nas mãos das grandes empresas capitalistas agroindustriais passem às mãos do Estado e dos camponeses. Deve, também, garantir crédito, assistência técnica moderna e total apoio à comercialização dos produtos. Porém, em virtude da ameaça à vida e ao meio ambiente causada pela economia capitalista, é necessário ainda impedir a utilização dos transgênicos na alimentação, garantindo de forma plena a segurança e a soberania alimentar.

Por último, as mudanças na agricultura devem caminhar para a socialização de todos os meios de produção que estão em posse da burguesia rural.

Democratização dos meios de comunicação

Todos os importantes meios de comunicação – as redes de televisão, os rádios, os grandes jornais – são hoje propriedade de apenas dez famílias capitalistas. Essas mesmas dez famílias são também possuidoras de indústrias e bancos e aplicam seus lucros na agiotagem do mercado financeiro. É evidente que esses capitalistas fazem de tudo nos seus noticiários, nos seus programas, novelas etc.,

para enganar e ludibriar o povo, para esconder as informações, promover a mistificação e distorcer a realidade.

Essa manipulação realizada pelos meios de comunicação ocorre, seja ocultando determinados fatos dos jornais e dos noticiários, seja priorizando assuntos e temas com o único objetivo de alienar a população, para, no fim, levar o leitor ou telespectador a ver o país e o mundo como eles querem que sejam vistos, e não como o mundo e o país são. As novelas, os programas de auditório e as entrevistas são exemplos dessa manipulação. O poder desses veículos chegou ao ponto de influir em resultados das eleições no país.

Desse modo, é impossível qualquer efetiva democratização mantendo-se essas dez famílias no controle dos meios de comunicação do Brasil. Por isso, o PCR defende a democratização dos meios de comunicação, colocando as televisões, as rádios e os grandes jornais sob controle do Estado democrático, do poder popular.

O Brasil e os problemas ambientais

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil vem pondo em risco os ambientes naturais e a própria sustentação da vida humana. As condições de produção da indústria, da agricultura e da manutenção de serviços na sociedade de consumo capitalista reduziu os ambientes naturais em apenas produtores de matéria-prima, portanto mercadoria.

Nas cidades, principalmente nas capitais, a concentração populacional produziu enormes problemas sociais que acabaram se refletindo nos ambientes naturais. Os problemas mais graves estão relacionados ao despejo de resíduos industriais e domésticos nos rios, mares, solos e subsolos. As grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, são exemplos de capitais que perderam quase que completamente seus ambientes naturais de origem. Além de serem produtoras de imensa quantidade de lixo – resíduos sólidos, líquidos e gasosos – despejados todos os dias. Sem deixar de citar a poluição dos mares e das praias nas capitais praianas e a ocupação da população em áreas de riscos como as várzeas de rios, encostas de morros e sopé de serras.

Outro grande problema está relacionado com a ocupação e produção da floresta equatorial da Amazônia. A floresta amazônica é a maior floresta tropical-úmida do mundo, possui a maior bacia hidrográfica em volume de água doce e tem, em apenas um hectare de mata, cerca de 200 a 300 espécies de árvores, uma das maiores biodiversidades do planeta.

Podemos encontrar na Amazônia jazidas de minérios de ferro, cobre, ouro e outros metais valiosos. No entanto, esse ambiente a cada dia é alvo da degradação ambiental predatória. Apesar da majestosa floresta que se apresenta aos nossos olhos, essa área é um dos ambientes mais frágeis da Terra, e só existe porque se nutre dela mesma. Assim, se a exploração dos recursos naturais não for planejada ou mesmo cessada, essa área tende a se transformar em um grande deserto. Objetivamente, os problemas ambientais nessa área estão ligados ao desmatamento da floresta para venda da madeira e para criação de grandes latifúndios agropecuários, a exploração dos recursos energéticos e minerais com a construção dos projetos Jari e Carajás e a derrubada de uma grande parte da floresta para a construção das estradas Belém-Brasília e Transamazônica.

Esses problemas ambientais são gerados por um modelo de produção concentrador de riqueza e que coloca na mão de poucos o destino de animais, vegetais e dos homens. Para esconder essa verdade, as classes dominantes se utilizam de campanhas ao estilo “Plante uma árvore, faça sua parte”, etc. As conseqüências danosas ao ambiente natural não são fruto da ação dos povos indígenas, nem pelos trabalhadores da indústria. A natureza está sendo destruída pelos capitalistas e, agora, pelos países imperialistas. Se esse sistema de produção capitalista não for substituído, não haverá garantia de vida para as próximas gerações.

A revolução socialista e suas tarefas nacionais e democráticas

Como vimos, o capitalismo brasileiro é um capitalismo dependente, dominado pelo imperialismo capitalista e, em particular, pelo imperialismo norte-americano; pelos cartéis, monopólios estrangeiros, e pelo capital financeiro internacional em íntima associação com a grande burguesia nacional. Por isso, uma tarefa central da revolução brasileira é pôr fim a essa dominação imperialista e ao saque de nossos recursos e riquezas, e conquistar a verdadeira independência do Brasil.

Também é tarefa de nossa revolução, a realização de uma reforma agrária que garanta aos camponeses a terra e os meios necessários para produzir, ao mesmo tempo que coloque sob controle do Estado as grandes empresas agropecuárias existentes no campo e promova a nacionalização da terra.

Uma outra tarefa importante da revolução brasileira é, sem dúvida, pôr fim às desigualdades regionais. De fato, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil se deu de forma desigual e concentrado nas regiões do Sul e Sudeste do país. Uma das conseqüências foi o empobrecimento e o atraso de regiões inteiras, particularmente, do Norte e do Nordeste.

O Nordeste, por exemplo, apesar de suas enormes potencialidades econômicas e de suas riquezas, com cerca de 30% da população brasileira conta com apenas uma ínfima minoria vivendo em condições privilegiadas; a grande maioria de sua população vive na pobreza. Mais de 60% de seus habitantes vivem subnutridos, 30% não têm energia elétrica em suas casas e mais de três milhões de famílias subsistem com menos de um salário mínimo.

O Estado financiou a transformação de grande parte de latifundiários em capitalistas, irrigando suas terras, financiando a modernização das usinas de açúcar e colocando bilhões em empréstimos à disposição desses setores. Fora eles, os outros beneficiários dessa política foram os monopólios capitalistas nacionais e estrangeiros. A revolução brasileira, portanto, terá que, de uma vez por todas, acabar com as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento nacional harmonioso e integrado.

Dessa forma, levando em conta os ensinamentos e a experiência do movimento comunista internacional, nosso partido considera que no atual momento é fundamental levantar as bandeiras da defesa dos direitos democráticos e da soberania nacional; a imediata suspensão do pagamento da dívida externa e interna; de uma profunda e radical reforma agrária, além de combater firmemente a submissão ao FMI e ao grande capital. Não é, assim, demais repetir as palavras dirigidas por J. Stálin às delegações internacionais, no XIX Congresso do PCUS:

"(...) Os direitos individuais agora existem somente para aqueles que possuem capital. Para o simples cidadão, resta sentir-se uma matéria-prima humana, que só serve para ser explorada. Foi afundado, destruído, colocado abaixo o princípio dos direitos iguais, da igualdade de direitos entre as pessoas e entre as nações. Foi substituído pelo princípio do total direito da minoria exploradora e a ausência total de direito da maioria dos cidadãos explorados.

“A bandeira das liberdades democráticas foi jogada fora pela burguesia. Eu penso que esta bandeira deve ser retomada por vocês, representantes dos partidos comunistas e democráticos, e levada adiante se quiserem unir em torno de vocês a maioria do povo. Ninguém mais pode levantá-la.

“Antes os burgueses pensavam ser a cabeça da nação. Eles defendiam, antes de qualquer coisa, os direitos e a independência das nações. Agora, não sobraram nem vestígios dos princípios nacionais. Agora, os burgueses vendem os direitos e a independência das nações por um punhado de dólares. A

bandeira da independência nacional e soberania nacional foi jogada fora pela burguesia. Não existe dúvida de que esta bandeira vocês devem retomar, representantes dos partidos comunistas e democráticos, e levá-la adiante, se quiserem ser patriotas de seus países, se quiserem ser as forças dirigentes da nação. Ela ninguém mais levantará". (Stálin, *Obras*, tomo XVI, XIX Congresso do PCUS, 16 de outubro de 1952.)

De fato, a burguesia brasileira há tempo perdeu as condições políticas, morais e econômicas de se apresentar diante do povo para defender a democracia e a soberania nacional. Seja pelo golpe militar de 1964, seja por sua grande associação com os monopólios estrangeiros, seja pela total e completa submissão ao imperialismo. Além do mais, a burguesia busca a todo momento, pressionar e subornar setores do movimento popular com suas migalhas, como demonstram vários exemplos de nossa história. Portanto, só a classe operária pode empunhar conseqüentemente as bandeiras da democracia e da independência nacional e levar às últimas conseqüências essas reivindicações de nosso povo.

Pela construção de uma frente popular

Em todas essas lutas, com certeza, variados setores do povo se colocarão ao lado da classe operária e dos trabalhadores. Cabe, pois, ao Partido apresentar palavras de ordem concretas que unifiquem todos esses setores numa grande Frente Popular antiimperialista, que faça avançar e desenvolver a organização e a consciência dos trabalhadores e das massas populares. Em outras palavras, nosso Partido deve apresentar reivindicações que expressem os interesses imediatos das massas (luta contra a ofensiva do capital, fim do desemprego, confisco das terras dos latifundiários e reforma agrária, contra a repressão, defesa da soberania nacional, etc.) ligando, porém, todas essas lutas e reivindicações à luta geral pelo socialismo.

Impostos: como os trabalhadores sustentam o Estado burguês

De onde vem todo o dinheiro recolhido pelo governo? Dos impostos, claro. Mas quem os paga? Os pobres. Essa injustiça foi comprovada por um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em 2001. Segundo o Ipea, as famílias que vivem com até dois salários mínimos pagam cerca de R\$ 0,28 em impostos para cada R\$ 1,00 de renda. Já as famílias que ganham mais de 30 salários pagam apenas R\$ 0,18.

Mais: em 1999, no Congresso Nacional, a Receita Federal revelou que metade das 500 maiores empresas do Brasil não pagam um centavo de Imposto de Renda. Já os assalariados continuam sustentando os recordes de arrecadação da Receita Federal.

Impostos indiretos favorecem os ricos

Uma das razões para tamanha injustiça é que a grande maioria dos impostos no Brasil são impostos indiretos, isto é, impostos que incidem sobre o consumo e as contribuições sociais, como o ICMS, o IPI, o PIS e a Cofins. Os empresários repassam todos esses tributos para o preço final dos produtos e serviços. Desse modo, 70% da arrecadação vêm de impostos embutidos nos preços. Quer dizer, os trabalhadores, como consumidores finais, são os mais onerados com os chamados impostos indiretos, cobrados sobre o consumo.

Isso significa que, quando um trabalhador compra arroz, feijão, pão ou uma calça, paga o mesmo imposto que um rico ao comprar o mesmo produto. Só que os gastos com alimentação representam 33% do orçamento de uma família pobre (que ganha até dois salários mínimos), mas apenas 10,26% do orçamento da família rica. Ou seja, os impostos indiretos são profundamente injustos porque recaem sobre toda a população igualmente, não importando se uma pessoa ganha um

salário mínimo ou se recebe milhões. Ambas pagam o mesmo valor. Vejamos um exemplo de imposto indireto: numa calça de 19,90, só de ICMS o povo paga 17% (R\$ 3,38).

Além de tirar menos de quem tem mais, os impostos indiretos têm outras vantagens para os capitalistas. A principal é a de permitir que os tributos que deveriam ser pagos pelas empresas ou por seus proprietários, como o ICMS, o IPI etc., sejam integralmente repassados para os trabalhadores ou consumidores, e isso sem que estes percebam, pois os estão “embutidos” no preço das mercadorias. Os impostos, por exemplo, são responsáveis por 51% do preço do feijão e 50% do preço do açúcar nos supermercados. Na realidade, indústrias, lojas e bancos utilizam os impostos indiretos para recobrar da população todos os impostos que lhes são cobrados pelo governo. Até mesmo a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – a CPMF – é incluída pelas empresas em seus custos e faz parte do preço dos produtos.

Banqueiros e industriais sonegaram mais de R\$ 20 bilhões em 2000

Se não bastasse, os bancos e as indústrias capitalistas são os maiores devedores de impostos do Tesouro Nacional. Segundo números divulgados pela Receita Federal, a dívida não-paga desses setores chegou a R\$ 20,5 bilhões em 2000. Além da sonegação dos impostos, há a renúncia fiscal. Segundo o Orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional em 2002, a chamada renúncia fiscal (benefícios dados pelo governo a empresas) chegou a R\$ 32,5 bilhões, 18,6%. Um exemplo: as montadoras de automóveis (Volkswagen, Ford, Fiat, General Motors, Renault, entre outras) tiveram uma redução de 40% no Imposto de Importação cobrado na compra de partes e peças.

Isso sem contar que, de tempos em tempos, o governo concede anistia fiscal aos capitalistas devedores. Em 2003, entre incentivos, isenções e renúncias tributárias, o Brasil, graças à generosidade do governo com os capitalistas, deixará de arrecadar R\$ 32,975 bilhões.

A exploração do povo pelo Estado por meio dos impostos

E que fazem os governos burgueses com todo o dinheiro que recolhem dos impostos pagos pelos trabalhadores? Financiam os capitalistas para que fiquem ainda mais ricos. Um exemplo: em janeiro, depois de sua viagem à Coreia do Sul, o presidente FHC resolveu doar, graciosamente, R\$ 130 milhões à multinacional sul-coreana Kia Motors para ela instalar uma fábrica no Brasil.

Dessa forma, a imensa massa da população, os trabalhadores, sustentam os ricos até nos impostos, uma vez que pagam até mesmo aqueles tributos que seriam exclusiva obrigação da classe dos capitalistas, isto é, dos que têm contas bancárias de milhões de dólares espalhadas pelo mundo, centenas de imóveis, fazendas, aviões e outros tantos bens.

Esta é a razão de os impostos indiretos serem os preferidos dos capitalistas. E é este o motivo que leva os seus meios de comunicação a nunca falarem da extinção desses impostos quando se discute a necessidade de uma reforma tributária.

Muito pelo contrário, todos os partidos da burguesia querem que eles continuem, porque assim terão assegurado o repasse para a população dos impostos que lhes são cobrados. No máximo, esses senhores defendem um imposto progressivo sobre os rendimentos, mas numa progressão extremamente lenta que mantenha intocáveis suas fortunas e riquezas.

A reforma tributária dos trabalhadores

Nesse quadro, uma reforma tributária de interesse dos trabalhadores começa com a supressão completa de todos os impostos indiretos e sua substituição por um imposto verdadeiramente progressivo sobre os rendimentos e as fortunas, adotando-se um sistema de tributação justo que alivie a imensa maioria da população e faça os que têm mais pagarem mais. Até porque os impostos indiretos representam quase 30% do salário dos trabalhadores e apenas 3% dos rendimentos dos capitalistas.

Portanto, os capitalistas, essa reduzidíssima minoria da população, além de construírem suas fortunas por meio de uma feroz exploração das massas trabalhadoras, ainda usam seu Estado, o Estado burguês, e o governo capitalista de plantão, para, por meio dos impostos, extorquir ainda mais o povo.

O que é o Estado

Houve um tempo em que não havia Estado. O Estado surge com a divisão da sociedade em classes, quando aparecem exploradores e explorados. A primeira divisão entre classes na sociedade foi, com certeza, a divisão entre proprietários e escravos. Ao escravismo, seguiu-se o feudalismo e, depois, o capitalismo, a forma em que hoje vivemos.

A História mostra que o Estado, como aparelho especial para coagir as pessoas, surgiu onde e quando um determinado grupo de pessoas explorava outro ou outros grupos de pessoas. A sociedade fica, então, dividida em pessoas que governam e as que são governadas. Esse aparelho, esse grupo de pessoas que governam as outras, dispõe sempre de certos meios de coerção, de força física, não importando muito se essa violência exercida sobre as pessoas se dá por meio de uma espada ou por tipos mais desenvolvidos de armas.

O Estado é, assim, uma máquina para a opressão de uma classe por outra, uma máquina que garante a obediência a uma classe das outras classes. Não importa também a forma que este Estado assuma. Pode ser monárquico, aristocrático ou mesmo democrático. Sempre será um aparelho de domínio de uma classe que o controla sobre as outras classes. Daí a história estar repleta de exemplos que mostram a revolta das classes oprimidas contra as classes dominantes e seu Estado. Em síntese, o Estado é uma máquina destinada a manter o domínio de uma classe sobre outra. Assim, na medida em que apareceram as classes, sempre e por toda a parte, apareceu também o Estado.

Na sociedade capitalista, os senhores do capital, os senhores da terra e os senhores das fábricas constituem uma minoria insignificante da população que tem completo domínio sobre o trabalho de todo o povo e que, por conseqüência, domina, oprime e explora os trabalhadores assalariados, os quais só pela venda dos seus próprios braços de operários, da sua força de trabalho, conseguem assegurar a sua subsistência no processo de produção. Portanto, embora declare que não é um Estado de uma só classe, mas de todas as classes, a verdade é que o Estado na sociedade capitalista defende apenas os interesses da burguesia.

Para esconder esse seu caráter, os governos dos Estados burgueses proclamam as eleições burguesas para o parlamento e para presidentes, governadores e prefeitos, como prova de que todos são iguais. A verdade, porém, é outra. Em todos os Estados onde existe a propriedade privada da terra e dos meios de produção, em que o capital domina, não existe uma real democracia nem igualdade, e tanto a eleição como o parlamento são meras formalidades que não mudam o caráter real do Estado. Nessas eleições, o que impera é o poder do capital, o poder dos milionários.

Na realidade, por muito bonita que seja a fachada, por muito que se diga que no capitalismo todos são iguais e têm direitos, a vida mostra o contrário. Sem dúvida, qual o trabalhador que pode financiar uma campanha para deputado, que custa milhões de reais? Quem fica desempregado? Quem tem acesso ilimitado à cultura? Quem tem tempo livre e prédios onde se reunir e gráficas para imprimir jornais? Quem são os donos das emissoras de rádios e TVs? E, quando há uma greve, quem o exército

ou a polícia reprime, os trabalhadores que lutam contra um abuso do patrão e por um melhor salário ou o dono da fábrica?

F. Engels, em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*, assim definiu o caráter de classe do Estado:

“...como o Estado nasce da necessidade de reprimir as contradições das classes, mas como nasce, ao mesmo tempo, no meio dos conflitos dessas classes, ele é regra geral, o Estado da classe mais poderosa, daquela que domina do ponto de vista econômico e que, graças a ele, se torna também a classe politicamente dominante e adquire assim novos meios para dominar e explorar a classe oprimida. Não só o Estado antigo e o Estado feudal foram os órgãos de exploração dos escravos e dos servos, mas “o Estado representativo moderno (o Estado burguês) é o instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital...”.

Se o Estado é a organização da dominação de uma classe sobre outra, só uma revolução pode acabar com a exploração da classe dos capitalistas e organizar um novo Estado, no qual serão as classes pobres e trabalhadoras que governarão. Nas mãos de que classe está o poder é, portanto, a questão. Ou seja, ou somos governados pelos capitalistas e latifundiários ou somos governados pela burguesia ou pelos trabalhadores. Aqui também não há meio termo.

Desta forma, enquanto existir o Estado burguês existirá exploração; enquanto a burguesia mantiver a propriedade privada da terra e das fábricas não pode haver igualdade. Enquanto existir, a propriedade privada, mesmo que seja em uma república democrática burguesa, o Estado não passará de uma máquina usada pelos capitalistas para reprimir os operários; e, quanto mais livre for o Estado, mais manifesto isto se torna.

Por outro lado, quando não restar nenhuma possibilidade de exploração, em parte alguma do mundo, quando já não houver proprietários da terra nem proprietários das fábricas, e quando já não existir uma situação em que trabalhadores fiquem desempregados e seus filhos morram de fome e de frio; enfim, só quando nenhum homem explorar outro homem e não restar nenhuma possibilidade de isso acontecer é que não existirá nem o Estado nem a exploração.

A militarização dos Estados capitalistas e a luta para conquistar o poder

Ao longo de 500 anos, o sistema capitalista concentrou a riqueza nas mãos de uma reduzida minoria, a burguesia, enquanto os bilhões de trabalhadores que produzem essas riquezas são jogados no desemprego e na miséria.

Porém essa exploração e dominação só foram possíveis com a manutenção do poder político nas mãos da burguesia, isto é, de “*uma força especial para repressão*”, ou seja, do Estado (o Estado é um aparelho especial de repressão da classe que tem o poder sobre as outras classes).

A violência da burguesia contra os trabalhadores e o povo

Como prova a história da humanidade nos últimos cinco séculos, os capitalistas sempre defenderam com toda a violência o seu “direito” de continuar explorando o povo. Aos povos que se levantam contra essa dominação, o imperialismo move uma guerra permanente para impedir que se libertem. Pretender, pois, que a burguesia ceda pacificamente o poder e os meios de produção que estão sob seu controle é uma vã ilusão. De fato, as classes dominantes de todas as épocas nunca, em nenhuma parte, se retiraram pacificamente do poder. A história mostra quanta resistência os senhores feudais impuseram para manter o poder em suas mãos.

A burguesia francesa, por exemplo, para derrubar o poder feudal na França realizou uma das mais sangrentas revoluções do mundo, em 1789. No Brasil, a burguesia já realizou diversos golpes militares para manter o poder em suas mãos: 1930, 1935, 1945 e 1964.

Sem vacilação, a burguesia usa da repressão das Forças Armadas e da polícia, da enganação e

mistificação dos meios de comunicação, limita ao mínimo possível os direitos democráticos e emprega todos os meios violentos e terroristas para conservar a propriedade privada dos meios de produção. Por isso, a burguesia empreende uma militarização cada vez maior dos Estados capitalistas, aumentando os gastos militares, ampliando os efetivos das suas Forças Armadas e das polícias e criando e financiando bandos paramilitares, tudo com o objetivo de manter, a ferro e fogo, o seu poder.

De fato, como escreveu Lênin em seu artigo *O Programa Militar da Revolução Proletária*, “o armamento da burguesia contra o proletariado é um dos fatos mais consideráveis, fundamentais e importantes da atual sociedade capitalista”. (*Obras Completas, Tomo 3, Editorial Progresso*)

Este aprofundamento do militarismo não ocorre à toa. Ele é resultado do próprio caráter parasitário e de decomposição do imperialismo capitalista, bem como da tentativa da burguesia de deter o avanço da luta revolucionária dos trabalhadores, camponeses, indígenas e de todos os povos oprimidos e explorados, por sua libertação. Por isso são cada vez mais freqüentes as intervenções militares norte-americanas, como provam Iraque, Afeganistão, Somália, Haiti e Iugoslávia.

Mas não é só. O processo de militarização do imperialismo norte-americano se encontra bastante avançado em nosso continente, a América Latina, com a ampliação e a instalação de bases militares dos Estados Unidos no Equador, Colômbia, Peru, Aruba, Curaçao, Porto Rico, Honduras, Guantánamo, em Cuba, e agora, a base de Alcântara, no Brasil. A União Européia (UE) segue o mesmo caminho da militarização do Estado, com a criação de um exército para intervenções militares, com o objetivo de defender os interesses dos monopólios capitalistas europeus. Japão, Alemanha e França também aumentam seus gastos militares.

A insurreição popular, o caminho para os trabalhadores alcançarem a libertação

Dessa forma, a grande burguesia, o imperialismo e todas as classes exploradoras se opõem violentamente à revolução que tem como objetivo acabar com a exploração e defender os interesses dos trabalhadores. Assim, a classe operária, os trabalhadores, os camponeses e todos os oprimidos, se não quiserem ser esmagados, têm que responder também com violência à violência do sistema, isto é, a violência da burguesia só pode ser destruída pela violência revolucionária do proletariado. Como escreveu Engels, citando Marx:

“Que a violência, porém, ainda desempenha outro papel na história” (além de ser agente do mal), “um papel revolucionário, que ela, nas palavras de Marx, é a parteira de toda a velha sociedade que anda grávida de uma nova” (*Anti-Dühring, Editorial Calvino, 1945*). E Lênin:

“A substituição do Estado burguês pelo proletário é impossível sem uma revolução violenta”. (*Obras Completas, tomo 33, Editorial Progresso*)

Mas como será essa luta para conquistar o poder?

Nas condições atuais do capitalismo, a grande maioria da população vive concentrada em grandes cidades. É nessas cidades que estão a maioria das fábricas, dos que produzem e dos que consomem as mercadorias.

Adquirem assim, uma grande importância as greves políticas gerais, as greves políticas gerais combinadas com manifestações ou combinadas com a insurreição armada, como formas de luta de um processo pela conquista do poder.

No entanto, quando se fala em insurreição ou luta armada, não se quer dizer que as forças militares da revolução devam se constituir por pessoas especiais nem tampouco se está subestimando o papel das grandes massas na revolução. Muito pelo contrário. A guerra revolucionária é a continuação da luta política do proletariado numa determinada fase de seu desenvolvimento, e expressa a vontade de toda a classe operária e seus aliados de conquistar o poder, e não de um pequeno grupo. Ou seja: a revolução, para ser vitoriosa, requer a participação ativa das massas e a realização de todo tipo de enfrentamento político em todas as suas fases.

Portanto, a condição primeira para o Partido obter êxito numa revolução é desenvolver e construir um poderoso movimento revolucionário das massas. Por isso, a principal tarefa dos comunistas deve ser a construção de uma forte organização política, profundamente enraizada nas massas para, em seguida, lançar a classe operária e o povo no combate revolucionário. Sem essas tarefas, um grande partido revolucionário e um poderoso movimento de massas, não conseguiremos dar os passos seguintes, que são a organização militar das massas, a formação de destacamentos militares etc. Isto porque somente quando as massas se incorporam à luta política revolucionária nossa causa pode triunfar.

Em outras palavras, a luta da classe operária contra a classe capitalista deve ser necessariamente uma luta política. Por isso é muito importante a luta pela conquista e ampliação dos direitos políticos dos operários, pois, sem uma liberdade ampla, eles não têm nem podem ter influência nos assuntos públicos e continuarão privados de vários direitos.

Por último, sem estar profundamente ligado às massas, é impossível pensar em levá-las e mobilizá-las para a luta revolucionária. Daí a importância de atuar em todas as frentes de luta e em todas as organizações de massa, independentemente do nível de consciência ou de organização em que elas se encontram.

Nesse sentido, V. I. Lênin, respondendo sobre quais as exigências fundamentais que um verdadeiro marxista deve apresentar ao examinar a questão das formas de luta, escreveu em seu artigo *A Guerra de Guerrilhas*:

“O marxismo distingue-se de todas as formas primitivas de socialismo pelo fato de não amarrar o movimento a qualquer forma determinada e única de luta. Ele reconhece as mais diferentes formas de luta, e, além disso, não as inventa, mas apenas generaliza, organiza, dá consciência àquelas formas de luta das classes revolucionárias, que surgem por si no curso do movimento. Absolutamente hostil a todas as fórmulas abstratas, a todas as receitas doutrinárias, o marxismo exige uma atitude atenta em relação à luta de massas em curso, a qual, com o desenvolvimento do movimento, com o crescimento da consciência das massas, com o aprofundamento das crises econômicas e políticas, gera métodos sempre novos e cada vez mais diversos de defesa e ataque...O marxismo *aprende*, se assim nos podemos exprimir, com a prática das massas; está longe da pretensão de ensinar às massas formas de luta inventadas por sistematizadores de gabinete”.

E ainda:

“Tentar responder por *sim* ou *não* à questão da utilização de um determinado meio de luta, sem examinar detalhadamente a situação concreta do movimento dado no grau do seu desenvolvimento, significa abandonar completamente o terreno do marxismo”. (*Guerra de Guerrilhas*, OC, tomo 14)

Logo, os comunistas não desprezam nenhuma forma de luta, por mais primária e simples que seja. Ao contrário, buscam dominar todas as formas de luta e de organização do proletariado e se empenham sempre em estabelecer uma profunda vinculação com as massas, em particular com as massas proletárias.

Mas para alcançarmos êxito na luta pela conquista do poder é indispensável também a construção de um destacamento de vanguarda da classe operária que marche à sua frente, seja temperado no fogo da luta de classes e faça um resgate da doutrina revolucionária de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Um partido que dirija seu trabalho para que a classe operária e as massas populares tomem consciência da necessidade da revolução e da tomada do poder. Um partido operário que eduque o proletariado para, por meio de suas experiências de luta, promover o “assalto aos céus” e conduzir todo o povo ao socialismo. Pois só quando o proletariado se transforma numa classe consciente e organizada, capaz de

libertar-se do domínio do capital, é que a possibilidade da revolução se transforma numa revolução verdadeira e a burguesia não mais consegue impedi-la.

Vale destacar ainda a importância do trabalho político dos comunistas dentro das Forças Armadas, visando a diminuir a influência da burguesia sobre a grande massa de soldados e oficiais que por sua origem se identificam com as aspirações das camadas mais empobrecidas da população.

A conquista do poder e a luta contra o revisionismo de direita

Apesar de toda a história das classes e da luta de classes, os partidos revisionistas proclamam a inutilidade da luta revolucionária, propagando junto às massas a via das eleições para a conquista do poder. Dizem esses partidos reformistas que o poder se constrói e não se conquista e que a “distância entre a burguesia e o proletariado é menor e a pobreza diminuiu”. Ora, se o capitalismo pode abolir a fome, o desemprego e pobreza, qual seria, então, o objetivo do socialismo? Então, concluem, não é mais necessário realizar uma revolução para melhorar a situação da classe operária: “Basta apenas trocar os governos, não é preciso destruir o Estado capitalista nem pôr fim à propriedade privada dos meios de produção”.

Mas qual a verdade? A cada “avanço” do capitalismo, milhões de trabalhadores são desempregados e cresce a exploração. Uma multidão de homens, mulheres e crianças está hoje privada de se alimentar minimamente. Por sua vez, os trabalhadores que continuam empregados vêem seus salários reduzidos e vários de seus direitos eliminados. Portanto, no capitalismo, a classe operária, os camponeses e as massas populares estão condenados ao desemprego e à pobreza crescentes.

Embora seja essa a realidade, os partidos revisionistas continuam apresentando propostas de reforma que mantêm o capitalismo e suas características fundamentais, isto é, pretendem obter melhorias nas duras condições de vida das massas por meio de reformas que deixam intactas as bases dessa opressão, ou seja, as bases do imperialismo capitalista.

Na realidade, por trás desse reacionarismo, o revisionismo esconde o real pavor que tem em dar o passo à frente que realmente necessita ser dado: fazer uma revolução socialista. Dito de outro modo, o reformismo renunciou à luta pelo poder proletário e se resume a tentar melhorar o capitalismo sem, no entanto, conseguir. Para confirmar, basta olhar a situação dos países onde o revisionismo chegou ao governo. Neles, a classe operária continua sofrendo uma feroz exploração e todas as conseqüências do capitalismo (pobreza, fome, desemprego, prostituição, violência, narcotráfico etc.) são cada vez maiores.

O combate ao revolucionarismo pequeno-burguês

Vale aqui criticar, também, a concepção pequeno-burguesa e voluntarista da conquista do poder defendida pelo esquerdismo. São por demais conhecidas a inconstância e a esterilidade desses agrupamentos, assim como a facilidade com que se transformam rapidamente de uma posição de submissão, apatia, fantasia, para a de um entusiasmo “furioso” por essa ou aquela tendência burguesa “em moda”.

É devido a essa oscilação ideológica que os revisionistas de esquerda perdem com extraordinária rapidez a fé na possibilidade de ligar o movimento revolucionário e o movimento operário e, conseqüentemente, de desenvolver um movimento revolucionário de massas capaz de enfrentar os exploradores e derrotá-los. Em vez de arregaçar as mangas e trabalhar com as reais contradições que as massas sofrem debaixo do capitalismo (a superexploração, o desemprego, os baixos salários, a carestia, a moradia etc.) e realizar uma grande campanha de denúncias políticas e de agitação, preferem se dedicar a criar “novos meios” para excitar os trabalhadores e o povo. Tal euforia, chega até o ponto de transformar certas correntes do revisionismo de esquerda em entusiastas do

terrorismo.

Na realidade, o esquerdismo despreza a lei fundamental de todas as revoluções, qual seja, a de que para as grandes massas trabalhadoras passarem para o lado da revolução é essencial sua própria experiência de luta. Por isso, Lênin advertia que, sem derrotar o esquerdismo, o revisionismo de esquerda no movimento operário, é impossível os comunistas ganharem as amplas massas para a revolução e conquistar o poder. Assim, o esquerdismo, tanto quanto o revisionismo de direita, é um inimigo dos marxistas-leninistas que precisa ser combatido:

“Se a primeira tarefa histórica (ganhar para o Poder Soviético e para a ditadura da classe operária a vanguarda consciente do proletariado) não podia ser cumprida sem uma vitória ideológica e política completa sobre o oportunismo e o social-chauvinismo, a segunda tarefa, que é imediata e que consiste em saber atrair as massas para essa nova posição capaz de assegurar o triunfo da vanguarda na revolução, não pode ser cumprida sem liquidar o doutrinário de esquerda, sem extinguir completamente seus erros, sem desembaraçar-se deles”. (Lênin, *O esquerdismo, doença infantil do comunismo, OE*).

A luta de classe do proletariado contra a burguesia

O trabalho nas fábricas é a principal forma de trabalho da sociedade capitalista. É esse trabalho que praticamente garante todos os produtos que a sociedade consome. Mas para produzir essas mercadorias o operário é duramente explorado pelo capitalista.

De fato, o patrão, o dono da fábrica, exige que o operário renuncie por completo à sua vontade; a fábrica implanta em seu recinto uma disciplina rigorosa; impõe descontos no seu salário sem ele nem saber do que se trata; o operário é, portanto, um escravo, privado de sua vontade própria como a própria máquina.

Quando o operário resolve ir à Justiça reivindicar seus direitos, exigem tantas condições (testemunhas, documentos, advogados) e demora tanto tempo (às vezes anos) antes de uma decisão ser tomada, que muitos desistem. Além disso, os juízes em sua maioria pertencem às classes dominantes e são filhos de famílias ricas, tendo, assim, parentesco com os patrões, e quando vão julgar quase sempre julgam a favor das empresas. Por sua vez, as leis existentes favorecem muito mais o capitalista que o trabalhador. Enfim, os tribunais julgam em favor dos patrões e não do trabalhador. Além da injustiça da exploração que sofre, o operário sofre ainda com a injustiça da própria lei.

Por isso o trabalhador, sozinho diante do capitalista, está sempre impotente e indefeso. Nessa situação, o operário tem que buscar meios de opor resistência ao capitalista e de defender-se dessa exploração. Se só o trabalhador é impotente, ele se transforma em uma força quando se une a seus companheiros, podendo então lutar contra o capitalista e oferecer resistência. A união dos operários e a criação do sindicato são, então, necessidades para o operário, que tem à sua frente o grande capital.

Quanto mais se desenvolvem as grandes fábricas, tanto mais freqüentes e vigorosas são as greves operárias, isto é, quanto maior é a opressão do capitalismo, tanto mais se faz forte a resistência dos operários.

Entretanto, as greves são insuficientes para resolver os problemas da classe operária, uma vez que os capitalistas adotam contra as greves medidas conjuntas: realizam alianças entre si, contratam operários de outras localidades e usam o apoio do Estado para enfrentar os grevistas.

Toda a classe capitalista empreende a luta contra a classe operária, buscando medidas comuns contra as greves e reivindicando do governo leis antioperárias, transferindo fábricas para lugares onde o nível de organização dos trabalhadores for menor; incentivando o trabalho a domicílio; falsas cooperativas e diversas outras manobras para impedir a força da união dos operários. Desse modo, contra os operários não atua somente o dono da fábrica, mas toda a classe capitalista com o governo

que lhe ajuda.

Por isso, o sindicato de uma fábrica ou de um só ramo não basta para opor a resistência dos operários a toda essa ofensiva dos capitalistas. Faz-se necessária a ação de toda a classe operária. Nesse momento, a luta dos operários contra os patrões se torna uma luta de classes. Todos os capitalistas têm o mesmo interesse: manter os operários subjugados e pagar-lhes o salário mais baixo possível. Os patrões percebem que só podem garantir seus interesses por meio de uma ação comum de toda a classe burguesa e atraindo para suas posições o governo do Estado. O operário tem igualmente um interesse comum: não permitir que o capital o esmague, defender seus direitos à vida e à dignidade humana. E os operários se convencem de que também necessitam da união, da ação conjunta de toda a classe operária para conquistar a influência sobre o poder do Estado.

Para melhorar a situação do operário é necessário transformar a sociedade, mudar a ordem social, acabar com a exploração da força de trabalho pelo capital. Portanto, os trabalhadores nunca devem exagerar o resultado final das lutas por melhores salários, pois, como afirmou Marx, essa luta “é uma luta apenas contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos; aplica paliativos e não cura a doença. Os operários não devem, portanto, deixar-se absorver exclusivamente por essas escaramuças inevitáveis provocadas continuamente pelos abusos incessantes do capital ou as variações do mercado. Impõe-se que compreendam que o regime atual, com todas as misérias que os oprimem, origina, ao mesmo tempo, as condições materiais e formas sociais necessárias para a transformação econômica da sociedade. Em vez da palavra de ordem conservadora ‘um salário justo por um dia de trabalho justo’, devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado’.” (Karl Marx, *Salário, Preço e Lucro*).

Durante essa luta vai ficando claro para o operário que não é apenas um capitalista que explora, mas toda a classe capitalista, pois em todas as empresas ele sofre a mesma exploração. Um capitalista sozinho, mesmo que queira, não pode mudar essa situação, pois se diminui a jornada de trabalho na sua fábrica ou paga um salário maior, aumenta o custo da mercadoria e, então, o outro capitalista produz mais barato e vende mais barato sua mercadoria. Não é apenas a injustiça do patrão, a injustiça de um chefe, a injustiça de um tribunal, de uma lei, mas de um Estado que defende tudo isso; é todo o sistema que é injusto. Por isso, a luta dos operários contra os capitalistas se transforma numa luta contra todo o sistema social. Por isso também, a luta dos operários ganha um caráter social e se converte numa luta de todos os trabalhadores contra todas as classes que vivem à custa do trabalho. Como, então, a classe capitalista mantém esse sistema e esse domínio sobre toda a massa trabalhadora?

Como sabemos, é nas mãos dos capitalistas, em sua propriedade privada, que estão todas as fábricas, a terra, as máquinas e os instrumentos de trabalho.

Os operários, como não têm instrumentos de trabalho nem terra nem meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas, e estes pagam unicamente o indispensável para o seu sustento e se apropriam de tudo o que o operário produziu, pagando só uma parte do trabalho e ficando com o restante. Todo o aumento das riquezas provenientes do trabalho dos operários numa fábrica e da melhoria técnica vai parar nas mãos dos capitalistas. Por isso, trabalham os pais dos operários, os filhos, os netos. Mas os trabalhadores continuam pobres. Já cada geração de ricos nasce ainda mais rica.

Logo, só existe um meio para pôr fim à exploração do trabalho pelo capital: suprimir a propriedade privada dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho, colocar nas mãos de toda a sociedade as fábricas, assim como a terra, e organizar a produção socialista. Ou seja, os produtos do trabalho comum devem ser em benefício de todos os trabalhadores e de toda a sociedade. O tempo livre que o trabalhador terá, em vez de trabalhar para alguém, será utilizado pelo próprio trabalhador para ampliar seus conhecimentos e suas aptidões, para o divertimento e a cultura.

Que precisamos fazer para acabar com a pobreza no Brasil?

Em todos os países capitalistas, a situação da classe operária é praticamente a mesma. Há mais de um bilhão de desempregados em todo o mundo, quase 1 bilhão de analfabetos e 2,5 bilhões vivendo abaixo da linha de pobreza. No Brasil, o capitalismo é zeloso apenas com a vida, os interesses e os lucros dos capitalistas; com os trabalhadores é um regime insensível, cruel e explorador. Por isso, cresce entre todos os oprimidos e explorados a pergunta: o que precisamos fazer para acabar com a miséria do povo?

São cada vez maiores as riquezas produzidas, mas são milhões e milhões no Brasil, e bilhões e bilhões no mundo, os que criam com seu trabalho todas as riquezas e permanecem pobres vivendo na miséria. Os jornais estampam manchetes que afirmam que o Brasil vai exportar bilhões de dólares e que o Produto Interno Bruto será este ano superior a R\$ 1 trilhão. Mas nada disso é revertido para o povo.

Para onde vão, então, todas as riquezas produzidas pelos trabalhadores?

Numa sociedade capitalista, como esta em que vivemos, a terra, as fábricas, os supermercados, as máquinas, os edifícios, os navios, os aviões pertencem a um pequeno número de pessoas: os capitalistas. Tudo o que os trabalhadores produzem vai para o bolso dos proprietários dos meios de produção. Quer dizer, nas terras, nas fábricas e nas lojas, trabalham milhões de pessoas que produzem a cada dia um número gigantesco de mercadorias, mas o resultado do trabalho desses milhões de trabalhadores não é deles, mas dos donos das fábricas, das lojas e das terras. Os operários trabalham às vezes mais de dez horas por dia, mas são os ricos que ficam sempre mais ricos. Assim, os capitalistas vão acumulando riquezas e mais riquezas, enquanto o povo vai afundando numa miséria crescente.

No Brasil, apenas dois irmãos, Joseph e Moise Safra, reúnem uma fortuna superior a 4 bilhões de dólares. Isso num país onde a imensa maioria da população brasileira passa fome.

Mais: todo o progresso técnico, todos os avanços da ciência trazem benefícios apenas para os proprietários da terra e das fábricas, que acumulam uma quantidade de riqueza incalculável. Dizem que pagam o salário por este trabalho que os trabalhadores realizam, e assim, os alimentam, mas a grande verdade é que são os trabalhadores que, com seu trabalho, alimentam tanto a si próprios como aos capitalistas. O que os operários recebem de salário são apenas migalhas.

Apesar de sempre surgirem novas máquinas e novas tecnologias no processo de produção, os trabalhadores estão sempre trabalhando mais e ganhando menos, e, em consequência, vivendo mal. Ou seja, é sempre o capitalista quem leva vantagem em prejuízo dos operários, aproveitando as máquinas, que requerem menos esforço físico e colocando nelas as mulheres e crianças, pagando-lhes um salário mais baixo. Assim, valendo-se de que com o emprego de máquinas se necessita de menos operários, o capitalista demite em massa os trabalhadores da fábrica e se aproveita do desemprego para escravizar ainda mais, prolongando a jornada de trabalho, criando o trabalho noturno, convertendo os operários em meros apêndices da produção e pagando um menor salário. O trabalhador fica desempregado e cai no desamparo. Logo o trabalhador é descartado e um outro, mais jovem e com menor salário, é colocado em seu lugar. É a isso que se chama propriedade privada e que tanto a polícia, o exército, a justiça e o Estado atual defendem. Tal situação vem se repetindo ao longo dos anos, e somente uma revolução operária que acabe com a propriedade privada dos meios de produção porá fim a esse sofrimento.

Só a revolução salva o operário do desemprego e o camponês da miséria

É claro que fazer uma revolução não é uma tarefa fácil. Principalmente porque os operários trabalham tanto e vivem tão cansados que têm pouco tempo para pensar nas causas da exploração a que são submetidos e porque eles são pobres e os ricos são ricos.

Mas não há outro meio. É preciso se unir, se organizar e lutar para ser livre. Foi com luta que os escravos conquistaram sua liberdade; será com luta que os escravos modernos acabarão com a exploração do homem pelo homem.

Sem dúvida, o povo trabalhador não tem ninguém com quem contar, exceto ele próprio, e não há no mundo meio de libertar os pobres da cidade e do campo que não seja a revolução. Ninguém libertará o trabalhador da miséria, se ele próprio não se libertar. E, para se libertarem, os operários devem juntar-se em todo o país, numa única união e num único Partido, o Partido Comunista Revolucionário. O contrário, renunciar à luta pela transformação revolucionária da sociedade, significa manter o capitalismo e o que ele causa: desemprego, fome e pobreza.

Afinal, pode o povo trabalhador escapar à miséria, quando no Brasil, a grande maioria das terras está nas mãos de uma minoria de proprietários rurais e de grandes empresas agrícolas?

Pode o povo trabalhador ter uma vida digna, quando os ricos concentram nas suas mãos todas as terras, todo o dinheiro?

Podem também fazê-lo os camponeses quando são pobres, esfomeados e, por isso, têm de aceitar qualquer trabalho assalariado por um miserável bocado de pão?

Pode o operário ser livre se todas as fábricas que empregam os trabalhadores são propriedades de algumas centenas de famílias capitalistas?

Pode o povo trabalhador se livrar do desemprego e da fome, quando o dinheiro se tornou a força principal e pode comprar tudo: uma fábrica ou a terra ou até homens, como os operários assalariados? Pode fazê-lo, quando sem dinheiro não se pode comer nada?

Pode-se acabar com o desemprego e a fome, quando apenas algumas centenas de empresários, latifundiários e banqueiros reuniram nas suas mãos centenas de milhões e, além disso, dispõem de todos os bancos, nos quais são depositados milhares de milhões de reais?

Para estas perguntas não pode haver senão uma única resposta: a única salvação para os trabalhadores é a sua união. Só com a verdadeira cooperação pode o povo salvar-se da miséria. Só com a união dos camponeses pobres com os operários para lutar contra a burguesia se abrirá o caminho para a vitória.

A burguesia espalha que os comunistas querem roubar a propriedade dos pequenos e médios camponeses. É uma mentira. Os comunistas querem privar de propriedade apenas aqueles que vivem da exploração dos outros, os grandes proprietários, os grandes exploradores. A burguesia é que vive tomando as propriedades dos pequenos e médios proprietários rurais, e por isso, suas propriedades são cada vez maiores.

O que os comunistas defendem é que as classes pobres devem e podem controlar e confiscar as riquezas dos que os exploram e construíram essa riqueza sobre o suor de quem trabalha. Em outras palavras, romper revolucionariamente com os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, organizando o controle popular sobre toda a economia e acabando com os privilégios da burguesia, dos exploradores, já que sem medidas verdadeiramente revolucionárias é impossível pôr fim à grave e profunda crise que vive o Brasil e que infelicitava o povo.

Para que isso aconteça é necessário conquistar o poder político pelo proletariado, é necessário fazer uma revolução política.

O primeiro passo para fazer essa revolução é organizar um partido da classe operária, um partido comunista revolucionário, um partido diferente de todos os partidos hoje existentes. Sem esse partido e sem a luta revolucionária conduzida por ele, a classe operária não pode alcançar a libertação. Dito de outro modo, para acabar com o atual sofrimento os trabalhadores precisam estabelecer um novo governo, um governo só com os trabalhadores e sem os exploradores capitalistas. Este é o objetivo final da luta da classe operária: todos os operários conscientes devem participar dessa luta se querem pôr fim à exploração que sofrem. Esta é também a razão da palavra de ordem lançada por Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto do Partido Comunista*: “Proletários de todos os países, uni-vos”.

Só com esta união de todos os proletários, de todos os trabalhadores, a revolução pode ser vitoriosa.

Por que o Partido Comunista Revolucionário

Toda a experiência do movimento operário revolucionário nos ensina que a vitória da revolução proletária e do socialismo é impossível sem um partido revolucionário, sem a vanguarda da classe operária organizada política e ideologicamente. De fato, a luta pela transformação da sociedade capitalista em socialista exige a formação de uma organização política que unifique, organize e dirija a classe operária em sua luta contra a burguesia e pela conquista do poder. O partido é, portanto, uma necessidade e uma resposta histórica da classe operária à exploração que sofre da burguesia. Marx e Engels assim escreveram sobre a necessidade dessa organização política dos proletários nas *Resoluções da Conferência de Delegados da Associação Internacional dos Trabalhadores*, de 1847:

“...A classe operária não pode atuar como classe contra o poder partilhado pelas classes possuidoras a não ser organizando-se e formando um partido político próprio frente a todos os velhos partidos formados pelas classes possuidoras.”

“(...) Esta organização da classe operária para formar o partido político é indispensável para assegurar a vitória da revolução socialista e alcançar a sua meta final: a supressão das classes...”

Em *Carta a Gerson Trier*, de 18 de dezembro de 1889, Engels mostra que desde 1847 Marx e ele defendiam a formação de um partido da classe operária independente de todos os outros partidos:

“Estamos todos de acordo que o proletariado não pode conquistar o seu domínio político – única porta que dá acesso à nova sociedade – sem a revolução violenta. Para que o proletariado se veja bastante forte e possa vencer no momento decisivo, é indispensável – Marx e eu começamos a defender esta posição desde 1847 – que forme o seu próprio partido de classe independente de todos os outros partidos e oposto a eles”.

Logo, só com um partido que prepare o proletariado e as massas populares para os combates contra a burguesia, a classe operária pode vencer os exploradores e fazer triunfar a causa da revolução socialista e da ditadura do proletariado.

A organização dos revolucionários e a importância de uma vanguarda consciente

Foi, entretanto, V. I. Lênin quem aprofundou a posição de que para o triunfo da revolução socialista era necessário, antes de mais nada, a construção de um partido revolucionário e inteiramente contrário aos partidos revisionistas da II Internacional. Na verdade, desde 1902, Lênin passou a lutar pela criação de uma organização de revolucionários profissionais, defendendo enfaticamente que só um partido revolucionário, capaz de conduzir as massas à luta pelo poder, poderia derrubar o capitalismo e conquistar a ditadura do proletariado, o socialismo. Os princípios fundamentais desse partido, o partido de massas do proletariado revolucionário, foram sistematizados por Lênin em seu livro *Um passo adiante, dois passos atrás*, escrito logo depois do II Congresso do Partido Operário Social-democrata Russo (POSDR), em 1904:

“O proletariado, na sua luta pelo poder, não tem outra arma senão a organização. Dividido pela concorrência anárquica que reina no mundo burguês, esmagado pelos trabalhos forçados a serviço do capital, constantemente atirado ao abismo da miséria mais completa, do embrutecimento e da

degenerescência, o proletariado só pode tornar-se, e tornar-se-á inevitavelmente, uma força invencível, quando a sua união ideológica, baseada nos princípios do marxismo, é cimentada pela unidade material da organização, que reúne milhões de trabalhadores no exército da classe operária. A esse exército não poderão resistir nem o poder decrépito da autocracia, nem o poder caduco do capitalismo internacional”. (Lênin, *Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás*, tomo 1, Editora Alfa-Omega)

Desse modo, entre todas as organizações operárias, o partido é a forma mais alta de organização, a mais consciente e formada pelos melhores quadros da classe operária. Como forma superior de organização da classe operária, o partido tem como missão dirigir todas as outras organizações dos trabalhadores:

“Esquecer a diferença que existe entre o destacamento de vanguarda e toda a massa que marcha atrás dele, esquecer o dever constante que tem o destacamento de vanguarda de elevar a seu próprio nível avançado camadas cada vez mais amplas, só significa enganar-se a si mesmo, cerrar os olhos à imensidade de nossas tarefas e amesquinhar estas”. (Lênin, *Um Passo Adiante, Dois Passos Atrás*, tomo 1, Editora Alfa-Ômega).

Um outro princípio fundamental sobre o qual deve ser organizado o verdadeiro partido da classe operária é, segundo Lênin, o princípio do centralismo democrático, ou seja, a disciplina igual para todos os seus membros; subordinação da minoria à maioria; eleições democráticas para todos os seus órgãos e estatutos únicos. A força do partido está, assim, na união da consciência e na organização, está na capacidade do partido de unir a vontade de todos os seus militantes numa única vontade: a vontade de realizar a revolução.

No partido de novo tipo não existem privilégios e todos os seus membros têm de se submeter a uma disciplina proletária única. Dito de outra forma, para conquistar o poder é essencial que o partido seja organizado com base no centralismo democrático, isto é, disciplina igual para todos; um só órgão de direção e uma única vontade: fazer a revolução. O centralismo democrático significa, pois, a elegibilidade de todos os órgãos do partido, de baixo para cima; prestação de contas periódica pelos órgãos do partido aos seus organismos e aos escalões superiores; disciplina rigorosa para todos os seus membros e a subordinação da minoria à maioria. Sem dúvida, esta é uma das principais diferenças entre o partido leninista e os partidos revisionistas que se caracterizam pelo espírito amorfo e pelos privilégios de seus dirigentes, que são, ao fim e ao cabo, quem realmente toma as decisões políticas nos partidos burgueses e pequeno-burgueses.

Numa sociedade em que os meios de comunicação e todos os meios de produção se encontram nas mãos da burguesia, só é possível o proletariado desenvolver esta consciência revolucionária se seus membros mais conscientes, se organizarem em um partido político com missão de educar e elevar a consciência dos trabalhadores até a conquista do socialismo. Sem um partido que efetivamente lute e organize a classe operária para lutar pelo poder e pela derrubada do regime capitalista, os operários ficam à mercê da ideologia burguesa, que é a mais forte e mais antiga na sociedade capitalista.

É exatamente por esse papel decisivo que tem o Partido para a vitória da revolução, que a burguesia realiza toda uma campanha contra a principal organização dos trabalhadores, propagando mentiras como a que o partido dos comunistas é antidemocrático, entre outras. Mas também essa mentira foi desmascarada por Lênin que, em sua obra *O Que Fazer?*, definiu com precisão o que é uma organização de revolucionários:

“...a organização de revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso falo em organização de revolucionários, pensando nos revolucionários social-democratas). Perante esta característica geral dos membros de uma

organização, deve desaparecer por completo toda a distinção entre os operários e os intelectuais, para não falar já da distinção entre as diferentes profissões de uns e outros. Necessariamente, esta organização não deve ser muito extensa, e é preciso que seja o mais clandestina possível.”

Assim, enquanto a organização das massas deve ser a mais ampla possível e a menos clandestina possível, e nela podem e devem participar não só os operários comunistas, mas os os reformistas, os sem-partido, os religiosos, os ateus etc., na organização da vanguarda tomam parte os revolucionários e, conseqüentemente, ela não é muito extensa e dela devem participar, “sobretudo, pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária”.

Diante disso, a proposta de substituir o papel do partido da classe operária pelos “movimentos sociais” significa na prática desarmar ideologicamente os revolucionários e o proletariado do seu principal instrumento para enfrentar a burguesia. É evidente que os movimentos sociais têm grande importância na luta pela transformação social, e por isso mesmo, o proletariado desenvolve toda uma política de unidade e solidariedade com esses movimentos.

Tal necessidade, entretanto, se faz ainda maior quando vemos hoje o mundo marchar para um novo confronto de proporções gigantescas e conseqüências catastróficas, um período de choques abertos no qual a necessidade de uma revolução passa a ser uma questão de vida e morte para a humanidade.

Dessa forma, para a Revolução Proletária é fundamental desenvolver a consciência revolucionária no povo e, em particular, a consciência de classe do proletariado. Mas só alcançaremos esse objetivo com a existência de um partido proletário forte, inflexível e capaz de unificar todas as camadas populares, um partido que combata de forma resoluta toda e qualquer tentativa de revisão na doutrina do marxismo-leninismo. Pois, como afirmou Lênin em sua frase célebre: “Dêem-nos uma organização de revolucionários e revolucionaremos o mundo”. (*Que Fazer?*, Lênin).

Em resumo, o partido é a forma superior de organização política do proletariado e representa a união do socialismo científico com o movimento operário de massas, a união da teoria revolucionária com a prática revolucionária. A base ideológica e política do partido é o marxismo-leninismo. Porém, a capacidade combativa do partido só pode ser assegurada por sua unidade e pela disciplina dos seus membros, pela aplicação dos princípios do centralismo democrático e do respeito ao programa e aos estatutos por todos os militantes.

Uma vez que só unido por uma disciplina de ferro e um regime revolucionário rigoroso de centralismo democrático, formado pelos milhares de membros mais conscientes, mais ativos e mais corajosos do proletariado e estreitamente ligado às massas, o partido será capaz de comandar e realizar uma insurreição popular. Daí, porque é dever de cada militante lutar para que o partido não se desvie da sua ideologia e da sua linha revolucionária, como ressaltou o camarada Lênin:

“Nossa tarefa é velar pela firmeza, pela fidelidade aos princípios, pela pureza do nosso Partido. Devemos esforçar-nos por elevar mais alto, a qualidade e o papel de membro de Partido”. (Lênin, *II Congresso do POSDR, Obras Completas*, tomo 7, Editorial Progresso)

Concluindo, para alcançarmos êxito na luta pela conquista do poder é indispensável a construção de um partido operário marxista-leninista com a missão de educar o proletariado, principalmente por meio de suas experiências de luta, para conquistar o poder e estabelecer o socialismo no Brasil.

Graças à luta e à dedicação do camarada Manoel Lisboa de Moura, esse partido foi construído e se chama Partido Comunista Revolucionário (PCR). O Partido Comunista Revolucionário é o partido político revolucionário da classe operária brasileira e seu principal destacamento de luta pelo socialismo.

Todo militante do Partido tem como tarefa principal levar à prática sua linha política e lutar pelo crescimento de sua influência nas massas populares. Isso significa dirigir todas as lutas e estar sempre à frente delas. Portanto, trabalhar cada minuto de nossas vidas para construir o Partido e desenvolvê-lo, possibilitando que ele tenha cada vez mais capacidade e condições para pôr em prática sua política é nossa tarefa central.

Glória aos nossos heróis!

Viva Manoel Lisboa, Amaro Luiz de Carvalho, Emanuel Bezerra e Manoel Aleixo!

Camaradas, a cada dia crescem as riquezas da burguesia obtidas com a exploração de milhões de operários e de camponeses, uma exploração que produz enormes lucros para uma reduzida minoria e miséria e violência para a imensa maioria da população.

Desse modo, e apesar das muitas promessas, nosso povo continua sofrendo todos os males de um sistema baseado na exploração do homem pelo homem. Vão, assim, desaparecendo as ilusões de uma vida digna debaixo do capitalismo, e o socialismo passa a ser a única alternativa para a classe operária e todo o povo.

De fato, só uma revolução socialista pode solucionar os graves problemas econômicos do Brasil e pôr fim à pobreza e ao desemprego que afligem mais de 100 milhões de brasileiros.

Entretanto, uma revolução nunca cai do céu. Para realizá-la, é preciso trabalhar cotidianamente. Em decorrência, temos tarefas bastante claras: conquistar dezenas e centenas de sindicatos operários, construir e fortalecer as entidades estudantis sobre a direção da UJR, avançar em nosso trabalho nos bairros pobres, vilas e favelas, crescer o número de nossos militantes recrutando os melhores filhos do povo para o Partido e desenvolver um movimento de massas revolucionário. Tais tarefas exigem urgentemente ampliarmos nossos recursos materiais e nossa agitação e propaganda. Exigem ainda que nosso trabalho com as massas seja maior e mais profundo.

Portanto, temos diante de nós um imenso trabalho a realizar: construir um grande Partido revolucionário e organizar e educar a classe operária e o povo para edificar o poder popular e o socialismo em nosso país. Em outras palavras, para alcançarmos êxito em nossa causa é necessário nos dedicarmos de corpo e alma ao Partido e à Revolução. Foi assim que a revolução triunfou na Rússia, na China, no Vietnã e em Cuba. Foi assim também que os escravos conquistaram sua libertação e que os povos expulsaram e venceram todos os exércitos invasores que ocuparam suas nações.

Trabalhem, pois, com firmeza e dedicação.

Honremos nossos heróis!

Que vivam Manoel Lisboa, Emmanuel Bezerra, Manoel Aleixo e Amaro Luis Carvalho!

Nossa vitória é certa! O comunismo vencerá!

Por um Governo Revolucionário dos Trabalhadores!

Partido Comunista Revolucionário – PCR